

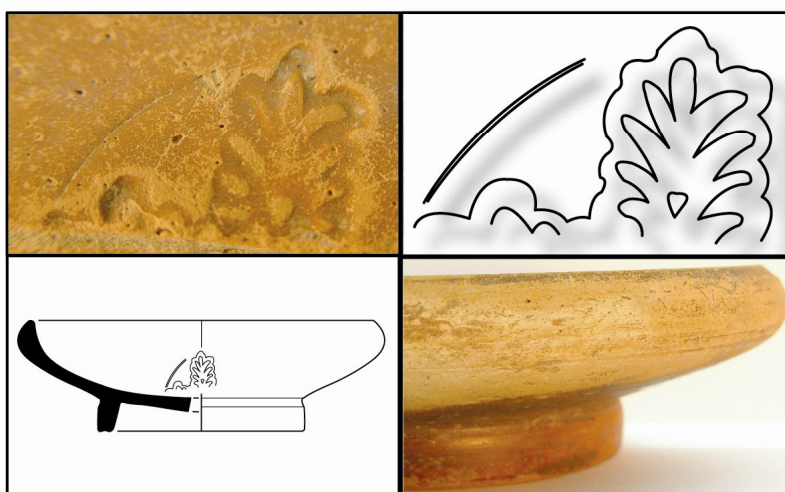


**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Elisa Rosa Barbosa de Sousa

**A CERÂMICA DE “TIPO KUASS”
DO CASTELO DE CASTRO MARIM E DE FARO**

VOL. I



Disertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação da Prof. Dra. Ana Margarida Arruda.

Lisboa, Setembro de 2005

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

À memória da minha mãe

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Resumo: A cerâmica de “tipo Kuass” é uma produção apenas recentemente sistematizada e representa um excelente “fóssil director” para os contextos dos momentos finais da Idade do Ferro no Ocidente Peninsular. A partir de finais do séc. IV a.C., é produzida em quantidades muito abundantes, reproduzindo formalmente as cerâmicas áticas de verniz negro, na área correntemente designada de “Círculo do Estreito de Gibraltar”. A característica mais marcante nestas produções é a aplicação de engobes de tonalidades cinzentas, acastanhadas, mas principalmente avermelhadas, que cobrem a totalidade das superfícies dos exemplares. Esta produção entra em decadência a partir do séc. II a.C., situação que se relaciona directamente com a chegada da cerâmica campaniense à Península Ibérica. A presença da cerâmica de “tipo Kuass” no território algarvio parece ser abundante, a julgar pelos conjuntos aqui analisados, e integra, claramente, esta área no âmbito dos circuitos comerciais, e mesmo culturais, do mundo mediterrânico ocidental. Os materiais que surgem estratigraficamente associados a estas produções quer ao nível da cerâmica comum quer dos contentores anfóricos, fornecem ainda dados importantes, em vários casos, para a caracterização de um momento cronológico bastante específico, além de revelar indícios sobre os principais produtos importados e possíveis zonas de proveniência.

Abstract: The pottery currently designated as “type Kuass” is a production only recently systematized, and it represents an excellent “fossil guide” for the contexts of the final moments of the Iron Age in the Western Mediterranean. After the end of the IVth century b.C., this pottery is produced in large quantities, reproducing formally the Greek black and plain ware, in the area currently designated as “Circle of the Strait of Gibraltar”. The most marking characteristic of these productions is the application of grey, brownish and especially reddish varnish that covers all the surface of the recipients. This production starts to decay in the IIInd century b.C., being related directly whit the arrival of the campanian pottery to the Iberian Peninsula. The presence of this pottery in the Algarve territory seems to be very abundant, judging by the groups analysed, and clearly integrates this area in the commercial e even cultural circuits of the western mediterranean world. The materials associated with this production, either of common pottery either amphorae, supplies also important data, in many cases, for the characterization of a specific chronological moment, besides revelling traces about the principal products imported, as well as the areas of provenance.

Agradecimentos

Este trabalho foi apenas possível de ser realizado graças ao auxílio de várias pessoas a quem, desde já, expresso o meu profundo agradecimento.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Professora Doutora Ana Margarida Arruda, por ter aceite a orientação científica deste estudo, assim como pela sua disponibilidade, acompanhamento, revisão e incentivo permanente que deu a este trabalho.

Ao Professor Doutor Victor Gonçalves, ao Professor Doutor Carlos Fabião e particularmente à Doutora Maria Belén Deamos, que constituíram parte do júri que avaliou a tese de mestrado, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na qual se baseia integralmente esta obra, agradeço todos os conselhos e correcções sugeridas.

À Prof. Dra. Catarina Viegas, agradeço toda a ajuda que me disponibilizou nas várias deslocações ao Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, assim como a cedência de alguma bibliografia importante, sugestões metodológicas e revisões efectuadas a alguns capítulos deste estudo.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia gostaria de agradecer pela concessão da bolsa de mestrado, em 2005, sem a qual teria sido impossível apresentar este trabalho.

À Dra. Dália Paulo e ao Dr. Nuno Beja, agradeço a cedência do espólio cerâmico pré-romano exumado nas escavações por eles dirigidas, no Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, que constitui uma parte muito significativa deste estudo. Agradeço ainda por toda a sua disponibilização quer ao nível da consulta dos relatórios, como pela cedência de informação gráfica sobre a cidade.

Gostaria também de agradecer a toda a equipa de escavação do Castelo de Castro Marim, especialmente à Patrícia Bargão, pelas várias conversas que me ajudaram a manter o bom senso e a boa disposição em muitos momentos difíceis. À Vera Freitas, agradeço-lhe ainda toda a informação que me disponibilizou sobre a estratigrafia do Castelo de Castro Marim. Ao João Gomes, agradeço a sua ajuda e as horas dispensadas na análise e descrição de pastas.

Por último, mas não menos importante, ao Carlos, pela enorme ajuda que me deu não só ao nível do desenho e tintagem de materiais, mas especialmente por todo o apoio, compreensão e encorajamento que me deu durante todo este percurso.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Agradecimentos	3
Índice	4
1. Preâmbulo	7
2. A cerâmica de “tipo Kuass”	10
2.1. O conceito e o seu conteúdo: questões terminológicas	10
2.2. História da investigação	11
2.3. Origem e cronologia	13
2.4. Definição e caracterização	16
2.5. Centros produtores	23
2.6. Distribuição	28
3. Os sítios arqueológicos	33
3.1. Castelo de Castro Marim	33
3.1.1. Localização geográfica	33
3.1.2. Trabalhos arqueológicos realizados e síntese dos seus resultados	34
3.2. Faro	36
3.2.1. Localização geográfica	36
3.2.2. Trabalhos arqueológicos realizados e síntese dos seus resultados	37
4. A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e Faro	40
4.1. Composição da amostra	40
4.2. Metodologia, critérios de quantificação e questões prévias	41
4.3. Grupos de fabrico estabelecidos para a cerâmica de “tipo Kuass”	43
4.3.1. Grupo I	43
4.3.1.1. Fabrico I A	44
4.3.1.2. Fabrico I B	44

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

4.3.2. Grupo II	45
4.3.3. Grupo III	45
4.3.1.1. Fabrico III A	46
4.3.1.2. Fabrico III B	46
4.3.4. Grupo IV	47
4.3.5. Grupo V	48
4.3.6. Análise e discussão	48
4.4. Formas	51
4.4.1. Forma I	51
4.4.2. Forma II	52
4.4.3. Forma IV	57
4.4.4. Forma V	58
4.4.5. Forma VI	59
4.4.6. Forma VII	59
4.4.7. Forma VIII	61
4.4.8. Forma IX	62
4.4.9. Forma X	67
4.4.10. Forma XI	68
4.4.11. Forma XV	69
4.4.12. Série 1331 de Morel	69
4.4.13. Série 2256 de Morel	70
4.4.14. Fundos de difícil classificação	70
4.4.15. Análise e discussão	73
4.5. Os contextos	79
4.5.1. Grupos de fabrico	80
4.5.1.1. Cerâmica comum e cerâmica pintada em bandas	80
4.5.1.2. Contentores anfóricos	81
4.5.2. As formas	83
4.5.2.1. Cerâmica comum e pintada em bandas a torno	84
4.5.2.1.1. Tigelas	84
4.5.2.1.2. Taças	85
4.5.2.1.3. Tigelas/Pratos	86
4.5.2.1.4. Pratos de peixe	87
4.5.2.1.5. Potes/Panelas	87
4.5.2.1.6. Outros recipientes	88

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

4.5.2.1.7. Almofarizes	89
4.5.2.1.8. Grandes taças	90
4.5.2.1.9. Grandes recipientes (bacias/alguidares)	91
4.5.2.1.10. Pequenos potes e unguentários	92
4.5.2.1.11. Cerâmica estampilhada	92
4.5.2.2. Cerâmica manual	93
4.5.2.2.1. Tigelas	93
4.5.2.2.2. Potes/Panelas	93
4.5.2.3. Ânforas	94
4.5.2.3.1. Tipo B/C de Pellicer	94
4.5.2.3.2. Tipo Maña Pascual A4	94
4.5.2.3.3. Tipo Tiñosa	95
4.5.2.3.4. Tipo D de Pellicer	95
4.5.2.3.5. Tipo Carmona	95
4.5.3. Os níveis conservados do Castelo de Castro Marim	96
4.5.4. Os níveis conservados de Faro	100
4.5.5. Análise e discussão	104
5. A cerâmica de “tipo Kuass” no restante território português	109
6. Considerações finais	113
7. Bibliografia	126

1. Preâmbulo

A cerâmica de “tipo Kuass” constitui uma das produções que melhor caracteriza a fase final da Idade do Ferro no sul da Península Ibérica. Trata-se de uma produção ocidental que se define, em linhas gerais, pela imitação dos protótipos formais das cerâmicas áticas de verniz negro. A sua cronologia é relativamente curta, iniciando-se em finais do séc. IV e perdurando durante todo o séc. III a.C. A partir de inícios do séc. II a.C., estas produções perdem progressivamente o seu lugar nos mercados ocidentais face à intensificação da importação das cerâmicas campanienses.

A especificidade cronológica destas cerâmicas desempenha um papel fundamental, embora apenas recentemente reconhecido, na caracterização de um período tradicionalmente mal definido. No Extremo Ocidente Peninsular, os contextos seguramente datados do séc. III a.C. eram raros. Os contentores anfóricos passíveis de caracterizar esta fase integram-se, na sua maioria, em cronologias mais amplas, a cerâmica comum apresenta escassas diferenças em relação aos séculos imediatamente anteriores e as importações de outras cerâmicas finas estão praticamente ausentes do sul peninsular. A cerâmica de “tipo Kuass” assume, desta forma, o papel de uma espécie de “fóssil director” na caracterização dos momentos finais da Idade do Ferro no sul da Península Ibérica.

As produções de “tipo Kuass” inserem-se num fenómeno de amplas dimensões que abrangeu todo o Mediterrâneo Central e Ocidental, que apenas foi reconhecido a partir de meados do último século. Esse reconhecimento partiu do estudo realizado por N. Lamboglia (1952) sobre as cerâmicas vulgarmente designadas de “verniz negro”, sendo posteriormente entendido que integravam diversas produções, de cronologias e geografias distintas. A subsequente identificação de inúmeros centros produtores, em várias áreas do Mediterrâneo, que substituíram nos mercados a cerâmica grega até à comercialização, em grande escala, da cerâmica campaniense, dos quais destacamos, a título de exemplo, o *atelier* das Pequenas Estampilhas (Morel, 1969), o *atelier* das Três Palmetas Radiais (Sanmartí-Gregó, 1978), as produções ebusitanas (Amo, 1970; Fernández e Granados, 1979) e a própria cerâmica de “tipo Kuass” (Ponsich, 1968; 1969), que apresentavam características formais, mas principalmente técnicas e decorativas, específicas, fez ressaltar a necessidade de realizar estudos específicos sobre essas produções, cujas geografias de distribuição se restringiam, em grande parte dos casos, a áreas bem definidas. O mundo das cerâmicas de “verniz negro”

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

afigurava-se, cada vez mais, como um mosaico de pequenos, médios e grandes centros de produção de distintas características, cronologias e geografias. “Con el cese de las importaciones áticas se produce, en todo el Mediterráneo occidental, un fenómeno generalizado y hasta hace pocos años desconocido, ya que se asiste a una proliferación espectacular de producciones y talleres, que apenas si alcanzan una difusión comarcal, suficiente sin embargo, para satisfacer las necesidades de la demanda local” (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 23).

A publicação dos materiais da Ágora de Atenas (Sparkes e Talcott, 1970) permitiu reconhecer os protótipos formais e, de certa forma, técnicos que influenciaram a produção de inúmeros centros oleiros de cerâmicas de “verniz negro” que abasteceram os mercados mediterrâneos até aos inícios do séc. II a.C. A publicação da obra *Céramique Campanienne: Les Formes*, da autoria de J. P. Morel (1981), que constituiu a primeira síntese geral sobre a cerâmica de “verniz negro” até então conhecida no Mediterrâneo Ocidental, contribuiu de forma decisiva para aclarar o panorama destas produções.

Num artigo relativamente recente, que pretendeu estabelecer uma reflexão sobre as produções de verniz negro no Mediterrâneo Ocidental, A. M. Adroher Auroux e A. López Marcos reuniram várias produções dessa área sob a designação comum de “producciones del área púnica” (1995, p. 36), recuperando uma noção elaborada por J. P. Morel (1978, p. 149 e p. 153, 1986, p. 27 e p. 29). Trata-se das produções dos territórios setentrionais do norte de África, da metade ocidental da Sicília, da Sardenha, das ilhas Baleares, do sudeste peninsular ibérico e das costas meridionais, que supostamente partilhariam uma série de características comuns, nomeadamente: diversidade na qualidade das produções e sua importância quantitativa; existência de vernizes vermelhos; abundância de pastas “tipo sandwich” e pastas cinzentas; persistência de determinados esquemas decorativos, destacando-se a impressão de quatro palmetas unidas pela base; capacidade de imitação junto à capacidade de criação; preferência por determinados tipos formais, como, por exemplo, o prato de peixe (Adroher Auroux e López Marcos, 1995, p. 37).

Contudo, o recente desenvolvimento da investigação em relação a essas produções incluídas sob a designação de “área púnica” parece evidenciar que se trata de um termo pouco apropriado. Mesmo podendo observar-se alguma semelhança ao nível das formas produzidas, ainda que não na sua proporção, e dos motivos decorativos, dos quais se destaca, sem dúvida, as quatro palmetas dispostas em cruz e unidas pela base, o mesmo não se pode assegurar nos restantes aspectos. Cada zona de fabrico evidencia características muito específicas e autónomas, relacionadas, certamente, com ambientes políticos e culturais

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

distintos. O revestimento através de tonalidades avermelhadas parece ser, até ao momento, uma característica específica das oficinas peninsulares, concretamente das produções ebusitanas e da área de fabrico de cerâmicas de “tipo Kuass”. Tanto quanto sabemos, na Sicília Ocidental, na Sardenha e na área de Cartago, as produções locais de cerâmicas de tipo helenístico, caracterizam-se, entre outros factores, pela utilização de revestimentos de tonalidade negra, mais de acordo com a tradição helenística (Tronchetti, 1991; Stefano, 2000; Aquilué Abadias et al., 2000; Morel, 1982, 1986). Por outro lado, as características físicas das pastas, resultantes de variações nos processos de cozedura, não parecem ser, por si só, uma evidência significativa, aplicando-se o mesmo ao grau de originalidade dos oleiros.

Assim, não nos parece ser apropriada a inclusão de todas essas produções num mesmo ambiente político-cultural, como alicia a utilização do termo “púnico”. Pelo contrário, todas se recobrem de especificidades próprias que, a nosso ver, apenas acentuam o seu carácter local e regional.

Este trabalho tem como principal objectivo o estudo da cerâmica de “tipo Kuass” exumada no decorrer das escavações realizadas no Castelo de Castro Marim e no Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, em Faro. No território actualmente português, ainda que a sua presença se limite, na sua maioria, à zona da costa algarvia, não é raro surgir em outros contextos arqueológicos, constituindo um importante dado cronológico para as datações desses mesmos contextos e relações comerciais dessas regiões com áreas mais meridionais. Ainda que não se encontre directamente relacionado com a temática principal deste estudo, optámos também por analisar os restantes materiais cerâmicos, concretamente a cerâmica comum, a cerâmica manual e os contentores anfóricos, que surgem, de forma sistemática, associados, nos níveis dos momentos finais da Idade do Ferro, às produções de “tipo Kuass”. A integração destes elementos permite-nos compreender não só o peso deste tipo de cerâmica de mesa na globalidade do espólio exumado, como também, através do estudo dos seus fabricos, estabelecer as principais áreas de abastecimento.

2. A cerâmica de “tipo Kuass”

2.1. O conceito e o seu conteúdo: questões terminológicas

A terminologia aplicada às produções de “tipo Kuass” é uma questão algo problemática. Recentemente, A. M. Niveau de Villedary y Mariñas, baseada nos trabalhos de M. A. Adroher Auroux e A. López Marcos (1995, p. 24), designa de “proto-campanienses” os centros produtores destas cerâmicas (Niveau, 1999, p. 116, 2000b, p. 182, 2002/2003, p. 176, 2003a, p. 24 e p. 195), ainda que tente atribuir uma conotação essencialmente cronológica a tal denominação.

O termo de “proto-campaniense” foi redefinido por M. A. Adroher Auroux e A. López Marco como aplicável “a todas aquellas cerámicas de barniz negro que se desarrollaron en el Mediterráneo Occidental a caballo entre las últimas importaciones áticas de barniz negro y la monopolización de los mercados del Oeste por parte de la Campaniense A. Cronológicamente este paréntesis cubriría desde el último cuarto del siglo IV hasta el último cuarto del siglo III” (1995, p. 24). Contudo, a utilização desta terminologia parece-nos ser uma escolha pouco prudente. O termo “proto” implica uma anterioridade e uma relação directa com as produções que se sucedem. Todavia, as cerâmicas de “tipo Kuass”, assim como a maioria das produções de cerâmicas com influências helenísticas que proliferam no Mediterrâneo a partir de meados do primeiro milénio a.C., não evoluem directamente para a cerâmica campaniense, mas, pelo contrário, são substituídas por esta.

Acreditamos que o termo de “proto-campaniense” deve ser utilizado apenas para as produções às quais originalmente se aplicava, ou seja às produções do actual território italiano (produções campanas, laciais e etruscas), que influenciaram e evoluíram directamente para a cerâmica campaniense. A generalização do termo deve assim, em nossa opinião, ser evitada, mesmo quando se reveste de um carácter meramente cronológico.

Na obra de síntese realizada sobre a produção peninsular, da autoria de A. M. Niveau de Villedary y Mariñas, a autora, paralelamente ao termo de cerâmicas de “tipo Kuass”, utiliza ainda o de “cerámicas gaditanas” ou “vajilla helenística gaditana” para se referir a elas (2003a, p. 279). Não acreditamos também serem estas as designações mais apropriadas, uma vez que estão profundamente imbuídas de pressupostos teóricos, relacionados com a

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

situação geopolítica do sul do território peninsular, e com o papel hegemónico exercido por Cádiz na Antiguidade que, embora consista numa leitura coerente e provável, não é ainda definitiva. A extrapolação do termo “gaditano” para definir as produções de “tipo Kuass” parece ser arriscado, não só pela adscrição de uma origem muito concreta e ainda não plenamente comprovada, até porque, mesmo que seja esse o caso, os indícios de uma multiplicidade de centros produtores são efectivos, permitindo rejeitar também essa terminologia.

Estamos conscientes que a designação mais habitual, de cerâmicas de “tipo Kuass”, se encontra desactualizada. Aquando da sua identificação, na década de sessenta, por M. Ponsich, e até à relativamente pouco tempo, o centro produtor de Kuass era o único que seguramente fabricava estas cerâmicas. A investigação decorrente parece indicar a existência de outros centros de fabrico, também em território peninsular, o que aponta para a existência de uma multiplicidade de centros de produção, de difusão essencialmente local e regional. Contudo, parece-nos ser prudente manter a sua designação original, e consensualmente reconhecida, de forma a evitar uma multiplicidade de conceitos e terminologias que apenas confundiriam a sua investigação. Por estas razões, a designação de cerâmica de “tipo Kuass” será a opção terminológica aplicada neste trabalho. Cabe, contudo, ainda referir que o mesmo termo é utilizado, concretamente nas monografias das escavações de *Lixus*, dirigidas por C. Aranegui Gascó, para definir um conjunto de produções que, não sendo de características semelhantes às do centro de Kuass, são consideradas também como produto de outros centros produtores afins (2001, p. 142, 2005, p. 92).

2.2. História da investigação

A identificação do que actualmente se designa de cerâmicas de “tipo Kuass” é relativamente recente.

Estas produções foram primeiramente identificadas por M. Ponsich (1968, 1969), durante a década de sessenta, no sítio norte africano epónimo. Tratava-se de um centro produtor cerâmico onde foi possível escavar alguns fornos e espaços anexos. A escavação do forno III de Kuass permitiu a recolha de um vasto conjunto de materiais, cronologicamente integráveis entre o séc. III a.C. e meados do II a.C. (Ponsich, 1968, p. 6; Aranegui Gascó, Kbirri Alaoui e Vives Ferraniz, 2004, p. 366). Nesse conjunto, M. Ponsich individualizou, pela primeira vez, uma considerável quantidade de cerâmicas interpretadas, na altura, como

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

imitações locais de cerâmica campaniense, ainda que nelas tenha reconhecido a existência de uma forte influência helenística (1968, p. 16, 1969, p. 60 e p. 71).

Infelizmente, este trabalho não teve sequência imediata, destacando-se talvez a sua inclusão na tipologia estabelecida por J. P. Morel (1981), sendo aí interpretada como uma produção local periférica (Morel, 1981, p. 493; Beltrán Lloris, 1990, p. 42). As cerâmicas de “tipo Kuass” permaneceram, salvo algumas exceções, incógnitas na publicação dos conjuntos artefactuais de finais da segunda metade do primeiro milénio a.C., ou, então, sendo integradas na categoria de campaniense de produção local ou de “pré-sigillatas” (Niveau de Villedary y Mariñas, 2000b, p. 180 a p. 181). Cabe destacar os trabalhos monográficos resultantes das campanhas de escavação de *Lixus*, dirigidas por C. Aranegui Gascó, que distinguem claramente estas cerâmicas, sistematizando-as formalmente e distinguindo-as em diferentes grupos de produção, consoante as características das pastas e engobes (Aranegui Gascó, 2001, 2005).

A investigadora que mais tem desenvolvido a temática das cerâmicas de “tipo Kuass” é, sem qualquer dúvida, A. M. Niveau de Villedary y Mariñas. Numa publicação recente (2003a), resultado da sua tese de doutoramento, a autora propõe a primeira tipologia elaborada especificamente para as produções de “tipo Kuass”, baseando-se nos exemplares recolhidos na província de Cádiz, concretamente no Castillo de Doña Blanca, em Las Cumbres e nas necrópoles de Cádiz. A tipologia, segundo a própria autora, “(...) está concebida conforme a un objectivo que consideramos primordial: su utilidad (...)” (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 42-43). Estabeleceu 17 formas atendendo ao seu perfil geral e à sua funcionalidade, subdividindo-as em tipos e variantes quando os atributos secundários ou variações nos detalhes assim o ditavam. Procedeu também, quando necessário, ao estudo detalhado e classificação de pormenores concretos, como é o caso dos bordos de algumas formas e também dos pés, dado poderem fornecer informações valiosas, especialmente para o investigador que se depara, como ocorre, em grande parte das vezes, com um conjunto fragmentado.

2.3. Origem e cronologia

Para compreender o que esteve na origem das produções de “tipo Kuass” é necessário, antes de mais, analisar as importações cerâmicas que as precederam.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

A partir de meados do primeiro milénio a.C., a importação de cerâmicas gregas de figuras vermelhas e de verniz negro para território peninsular intensificou-se notoriamente, tendo atingido o seu auge durante a primeira metade do séc. IV a.C. (Cabrera Bonet, 1997; Sánchez Fernández, 2001). Durante este período, é provável que se tenha criado, no seio das comunidades peninsulares mais integradas nestas rotas comerciais, especialmente no sul do território peninsular, um gosto particular pelos protótipos helenísticos, «una especie de *koine* estilística y formal» (Niveau de Villedary y Mariñas, 2000a, p. 374, 2000b, p. 189). Cabe destacar que, na área em questão, as cerâmicas gregas eram utilizadas não tanto como bens de prestígio, como ocorreu em outras zonas, concretamente na área ibérica, mas especialmente como objectos de uso quotidiano (Martín Ruiz, Martín Ruiz e Garcia Carretero, 1995).

O cessar destas importações, a partir de finais do séc. IV a.C., parece justificar-se por uma quebra na produção dos centros produtores gregos, motivada por profundas transformações geopolíticas, intrinsecamente relacionadas com as guerras desenvolvidas por Alexandre Magno contra o império Persa. Simultaneamente, no Mediterrâneo Central e Ocidental, assiste-se a uma reordenação dos poderes, ficando as colónias gregas cada vez mais frágeis face à crescente influência cartaginesa e ao nascente poder de Roma.

Em todo o Mediterrâneo, assiste-se, a partir deste momento, a uma proliferação de centros oleiros dedicados à produção de cerâmicas de “estética helenística” que procuram satisfazer a procura local desse tipo de recipientes (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 23). O início das produções de “tipo Kuass” integra-se claramente neste fenómeno.

Após o cessar das importações de cerâmica grega para a Península Ibérica, em finais do séc. IV a.C., alguns centros produtores ocidentais, que passaram a satisfazer a procura desse género de recipientes por parte das comunidades do ocidente peninsular, adoptaram, no seu repertório formal, esses mesmos protótipos helenísticos, ainda que utilizassem, no revestimento das suas superfícies, não só engobes de tonalidades escuras, mas principalmente de tons avermelhados, característicos da tendência estética fenício-púnica (Niveau de Villedary y Mariñas, 2000b, p. 189, 2002/2003, p. 178, 2003a, p. 25). A estes factores pode acrescentar-se o de, a partir do séc. V a.C., na Península Grega, o consumo dos preparados piscícolas ocidentais ter resultado na criação de novas formas cerâmicas apropriadas ao consumo desse tipo de alimentos, reproduzidas nos centros produtores de cerâmica ática, de que o “prato de peixe” consiste o exemplo mais significativo. As próprias características da economia e dieta alimentar do sul peninsular, baseada essencialmente na produção de preparados piscícolas, justificariam também a preferência da área por algumas

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

formas desses recipientes cerâmicos, propícios a esse tipo de consumo. A importação dessas formas em cerâmica ática de verniz negro, durante o séc. IV a.C., é bastante significativa, e certamente influenciaram o quotidiano das comunidades sul peninsulares.

As cerâmicas de “tipo Kuass”, segundo a estratigrafia obtida no Castillo de Doña Blanca (Niveau de Villedary y Mariñas, 2000b, p. 188) e em Carteia (Bendala Galán et al., 1994, p. 90), surgem nos finais do séc. IV a.C., convivendo ainda com algumas cerâmicas áticas de verniz negro que, embora escassas, ainda circulam (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 179-80). Contudo, em relação ao final da produção, é ligeiramente complicado atribuir uma cronologia específica. Tem sido proposto que o seu fabrico entra em decadência em inícios do século II a.C., permanecendo, durante a primeira metade desse século, como uma produção residual, acabando por desaparecer, por completo, nos seus finais (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 146). Contudo, existem alguns dados que parecem apontar um momento um pouco mais tardio, nomeadamente os dados estratigráficos obtidos em *Lixus*, que parecem demonstrar a utilização desse tipo de recipientes ainda durante o século I a.C., mesmo que pouco expressivos no conjunto da cerâmica dita fina de mesa (Aranegui Gascó, 2001, p. 149, 2005, p. 92). O mesmo parece depreender-se do aparecimento de alguns exemplares de cerâmica de “tipo Kuass” no centro de produção de ânforas localizado na Av. de Portugal (Cádiz), datado de finais do séc. II a.C. (Bernal Casasola et al., 2004, p. 624, p. 625 – fig. 7, n.º 4), e também em Pery Junquera, em níveis cronologia aproximada (Niveau de Villedary y Mariñas, 2004, p. 686-687). Independentemente deste factor, os momentos do início e do final da produção coincidem, grosso modo e respectivamente, ao cessar das importações de cerâmicas gregas e ao desencadear da exportação, de forma maciça, das produções campanienses para o Ocidente mediterrâneo (Niveau de Villedary y Mariñas, 2000b, 179), ainda que se mantenha no repertório cerâmico quotidiano das comunidades peninsulares durante mais algumas décadas.

A filiação da cerâmica de “tipo Kuass” nas cerâmicas áticas parece estar comprovada por dois factores. O primeiro é de âmbito cronológico. Os contextos arqueológicos mais antigos onde se recolheu cerâmica de “tipo Kuass”, nomeadamente em Carteia e no Castillo de Doña Blanca (Bendala Galán et al., 1994, p. 90; Niveau de Villedary y Mariñas, 2000b, p. 188), datam de finais do séc. IV a.C., documentando-se ainda a sua associação à última fase de importação de cerâmicas áticas, cujas formas são de idêntica cronologia. O segundo factor provém da análise morfológica dos recipientes da cerâmica de “tipo Kuass”, que, em várias formas, imitam fielmente os protótipos gregos ou então evidenciam uma clara inspiração naqueles (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 151). Num estudo recente, A.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

M. Niveau de Villedary y Mariñas esboçou uma análise comparativa e percentual entre as últimas importações áticas para a Península Ibérica, utilizando como amostragem o espólio recolhido do naufrágio de El Sec, e o conjunto de cerâmica de “tipo Kuass” recolhido no Castillo de Doña Blanca e em Las Cumbres. Embora consciente dos perigos de comparação entre duas realidades tão distintas como estas, ao nível do tipo de contexto e da sua duração cronológica, entre outros, a autora pôde concluir que muitas das formas de cerâmica de “tipo Kuass” imitam não só os perfis das cerâmicas áticas, mas também as suas dimensões, como se observa, por exemplo, no caso dos pratos de peixe. Parece ainda existir um elevado grau de correspondência a nível funcional entre as formas imitadas e os seus protótipos originais, no que diz respeito ao serviço de mesa, iluminação e mesmo de uso sumptuário (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 158). Contudo, parece-nos que a autora não valoriza alguns aspectos formais e também funcionais que, a nosso ver, conferem um certo grau de originalidade às produções de “tipo Kuass”, concretamente a existência de formas específicas ao mundo peninsular e a multiplicidade funcional de alguns recipientes (*vide supra*, 4.4.1. e 4.4.8).

Aparentemente, ao longo da sua produção, a cerâmica de “tipo Kuass” parece ainda ter recebido influências de outros centros de produtores mediterrâneos contemporâneos, como parece ser o caso do atelier das “Pequenas Estampilhas”, dos centros de Rosas e também da zona etrusca que marcaram, numa fase ligeiramente mais tardia, alguns aspectos no fabrico dos recipientes (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 158-159).

2.4. Definição e caracterização

A cerâmica de “tipo Kuass” define-se como uma produção de carácter semi-luxuoso, destinada, principalmente, e a julgar pela sua frequência em contextos de habitação, ao uso quotidiano (Niveau de Villedary y Mariñas, 1999, p. 118, 2000b, p. 188 e p. 195, 2003a, p. 172).

As oficinas responsáveis pela sua produção seriam de difusão essencialmente local e regional, destinando-se a satisfazer a procura de recipientes de tradição helenística. Essas oficinas possuíam já uma capacidade técnica suficiente que permitia o fabrico de cerâmica similar à dos modelos gregos, quer ao nível das formas, como também no que diz respeito ao acabamento das superfícies. Trata-se também de uma produção bastante estandardizada,

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

tendo em consideração a regularidade de formas e das suas dimensões e proporções, evidenciando a partilha de um sistema de fabrico organizado entre os centros oleiros (Niveau de Villedary y Mariñas, 1999, p. 116, p. 121, 2000a, p. 374-375, 2003a, p. 137). Trata-se, assim, de uma produção normalizada e planificada que fabrica, essencialmente, peças destinadas ao consumo de alimentos e, com menor frequência, recipientes de uso sumptuário e também de iluminação. O seu fabrico seria de tipo artesanal, dadas as diferentes qualidades de acabamentos, engobes e decorações (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 145-146 e p. 170, 2004, p. 678).

Durante todo o período de produção dos centros de fabrico de cerâmica de “tipo Kuass”, observa-se uma grande regularidade nas formas imitadas e produzidas, revelando algum conservadorismo. Realça-se apenas que existiu uma simplificação dos perfis, o que parece indicar, mais uma vez, que o início do fabrico destas cerâmicas esteve marcado por uma planificação prévia, decisiva em relação à escolha de formas a serem imitadas, tanto a nível morfológico como funcional, adequada, naturalmente, aos gostos locais (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 158).

Estas produções caracterizam-se, a nível formal, pela imitação de alguns dos protótipos de cerâmica ática de verniz negro. O repertório formal da cerâmica de “tipo Kuass” não é vasto, mas abrange algumas funcionalidades, como a iluminação (lucernas), o uso ritual/sumptuário (vasos e unguentários) e, especialmente, o serviço de mesa (pratos, vários tipos de taças e recipientes destinados ao consumo de líquidos) (Niveau de Villedary y Mariñas, 1999, p. 121, 2000b, p. 183, 2003a, p. 147 a p. 151).

Numa publicação recente, A. M. Niveau de Villedary y Mariñas (2003a) elaborou uma tipologia para as cerâmicas de “tipo Kuass”, baseada em materiais provenientes das escavações do Castillo de Doña Blanca e do povoado de Las Cumbres, ambos em Cádiz. Estabeleceu um total de dezassete formas, que passaremos a apresentar de forma sumária.

As formas compreendidas entre a forma I e a forma VI correspondem a pratos de diversas

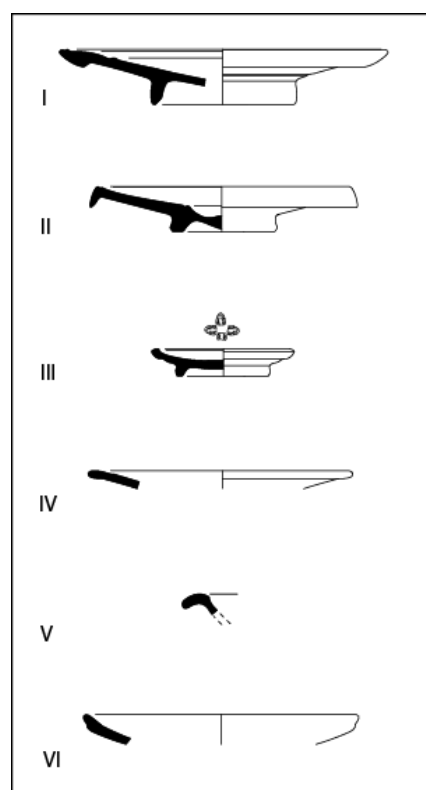


Fig. 1 – Tipos de pratos em cerâmica de “tipo Kuass” (segundo Niveau, 2003a).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

morfologias, supostamente utilizados para o consumo e serviço de alimentos sólidos (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 151). A forma I engloba os designados “pratos de bordo moldurado”, que, segundo dados recentes, parecem ter um significado eminentemente ritual (*vide supra*, 4.4.1.). Os tradicionalmente apelidados de “pratos de peixe” foram incluídos sob a designação de forma II. Na forma III, inseriram-se pratos pequenos e baixos. A forma IV engloba pratos de bordo simples, a forma V pratos de bordo côncavo e a forma VI pratos de bordo ligeiramente reentrante (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 44 a p. 59). A análise estratigráfica dos contextos em que estas últimas três formas aparecem documentadas parece mostrar que elas são mais características na fase final das produções de “tipo Kuass” (Niveau de Villedary y Mariñas, p. 147). Apenas um tipo de prato de cerâmica de “tipo Kuass” não se encontra representado nesta tipologia. Trata-se de uma forma identificada em Kuass (Ponsich, 1969, p. 68 – fig. 7), que corresponde a um pequeno prato de bordo largo, pouco profundo e de pé anelar, de perfil recto, que poderá corresponder a uma forma exclusiva do centro norte africano.

As formas compreendidas entre a forma VII e XII correspondem a recipientes destinados, em princípio, ao consumo de líquidos (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 147). A forma VII engloba os recipientes designados por “bolsais”. Na forma VIII incluíram-se pequenos vasos de bordo esvertido. A forma IX compreende três tipos distintos de taças. A forma IX-A engloba taças de bordo reentrante de tamanho médio; a forma IX-B taças mais largas e baixas que as anteriores; na forma IX-C integraram-se taças de reduzidas dimensões. A forma X engloba taças de grandes dimensões, e parece ser mais tardia

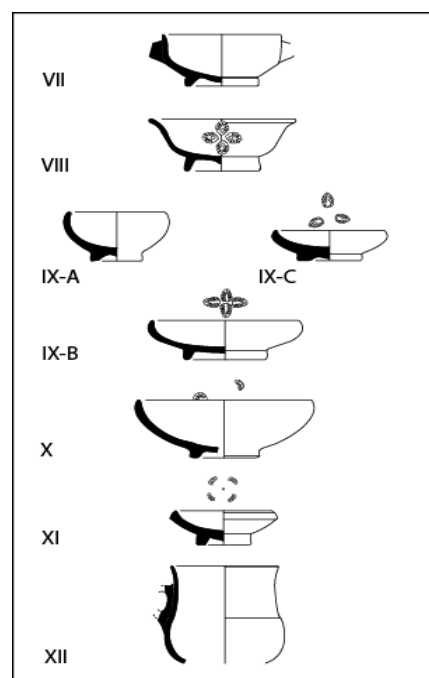


Fig. 2 – Recipientes destinados ao consumo de líquidos em cerâmica de “tipo Kuass” (segundo Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a).

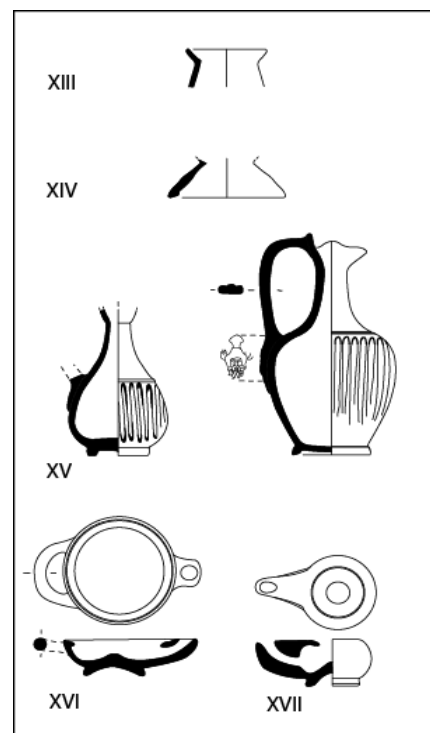


Fig. 3 – Recipientes de uso ritual/sumptuário e lucernas em cerâmica de “tipo Kuass” (segundo Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

comparativamente às anteriores (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 148). A forma XI consiste nos designados “saleiros”, que correspondem a pequenas taças. A forma XII engloba vasos profundos. Deste conjunto, apenas as formas VII, VIII e XII apresentam as características próprias ao consumo de líquidos. Contudo, não se exclui a hipótese de as restantes, embora menos profundas, poderem ter a mesma funcionalidade, paralelamente à de contenção de alimentos sólidos ou semi-sólidos. A forma XIII compreende os chamados “lécane”, a forma XIV suportes; a forma XV unguentários e outros recipientes de utilização sumptuária. Funcionalmente, estas formas poderiam ter servido de contentores de perfumes e unguentos, podendo ser utilizadas também em contextos funerários e rituais (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 151).

As lucernas foram incluídas sob as formas XVI e XVII. A primeira, e mais frequente, corresponde a lucernas abertas, de estilo similar às lucernas fenícias. A forma XVII, mais rara, compreende lucernas fechadas de morfologia nitidamente helenística (Niveau de Villedary y Mariñas, p. 44-94).

A autora propõe também um ensaio de periodização das produções de “tipo Kuass”, baseando-se essencialmente na evolução morfológica dos exemplares, dividindo-as em quatro fases.

A primeira fase, cronologicamente balizada entre finais do séc. IV e inícios do séc. III a.C., segundo a estratigrafia do Castillo de Doña Blanca (Niveau de Villedary y Mariñas, 2002/2003, p. 189), das necrópoles de Cádiz (Niveau de Villedary y Mariñas, 2001) e de Carteia (Bendala Galán et al., 1994, p. 90), corresponde, naturalmente, ao início da produção, momento em que as formas copiam fielmente os protótipos áticos, com os quais ainda conviviam, embora estes fossem já residuais. As formas que começam a ser fabricadas a partir deste momento, são a I, II, III, VII, VIII, IX-A, IX-B, IX-C, XV, XVI e XVII, que correspondem, na sua maioria, aos últimos recipientes de cerâmica ática de verniz negro importados (Niveau de Villedary y Mariñas, 2002/2003, p. 189, 2003a, p. 177-180).

A segunda fase, que abarca praticamente todo o séc. III a.C., cronologia comprovada pela estratigrafia de Castillo de Doña Blanca, de Las Cumbres (Niveau de Villedary y Mariñas, Ruiz Mata, 2000; Niveau de Villedary y Mariñas, 2002/2003), do Cerro Naranja (Gonzalez Rodriguez, 1985) e de Carteia (Bendala Galán et al., 1994), caracteriza-se pela fixação do repertório formal, ao nível morfológico, dimensional e decorativo. Os perfis das peças simplificam-se, evolução bem patente na forma II, VII, VIII, somam-se novas formas ao repertório, como é o caso da forma X, XIII, XIV e de algumas variantes da forma XV, o

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

que poderá constituir sinais de influências de outros centros de produção de cerâmicas helenísticas contemporâneos (Niveau de Villedary y Mariñas, 2002/2003, p. 192). Por outro lado, assiste-se a um incremento do fabrico de certas formas em relação a outras. A II e IX-A assumem, claramente, um índice de produção bastante superior às restantes, sendo as mais frequentes nos contextos meridionais de finais da Idade do Ferro (Niveau de Villedary y Mariñas, 2002/2003, p. 192 a p. 193, 2003a, p. 181 a p. 183).

A terceira fase, datada entre finais do séc. III e a primeira metade do séc. II a.C., segundo a estratigrafia obtida nas necrópoles de Cádiz (Niveau de Villedary y Mariñas, 2002/2003, p. 201; 2001), e nos centros produtores de Torre Alta e Pery Junquera (Niveau de Villedary y Mariñas, 2004, p. 677 e p. 680), caracteriza-se, basicamente, pela simplificação e standardização da produção a nível formal, técnico e decorativo, como por exemplo a perda de caneluras na forma II, adoptando-se ainda algumas formas influenciadas pelo repertório formal da Campaniense A, que começa a chegar, cada vez em maior quantidade, à Península Ibérica. É o caso da forma V, e possivelmente o da forma IV, VI e XI. (Niveau de Villedary y Mariñas, 2002/2003, p. 197 a p. 198, 2003a, p. 183 a p. 184, 2004, p. 681 a p. 682).

A autora individualiza ainda uma quarta fase, que engloba pervivências posteriores a meados do séc. II a.C. Esta fase é caracterizada pela continuidade do funcionamento dos centros produtores, ainda que fortemente influenciados pelos protótipos das cerâmicas campanienses, as quais se começam a imitar sistematicamente. Também o revestimento das superfícies se altera, sendo agora predominantemente de tonalidades escuras (cinzentos e negros), ainda que não se tenha abandonado totalmente as colorações avermelhadas (Niveau de Villedary y Mariñas, 2002/2003, p. 178, 2003a, p. 185, 2004, p. 677). Este momento parece estar documentado nos fornos escavados em Pery Junquera e Avda. Al-Andaluz (Niveau de Villedary y Mariñas, 2004, p. 680 e p. 686 a p. 687).

As dimensões das formas produzidas em cerâmica de “tipo Kuass” parecem indicar, no que diz respeito ao serviço de mesa, que eram utilizadas para consumo individual e, exceptuando algumas taças que poderão ter sido utilizadas para servir/apresentar certo tipo de produtos alimentares em pequenas quantidades, concretamente especiarias ou condimentos, não funcionavam para servir alimentos (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 162).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

A decoração estampilhada que, com alguma frequência, era aplicada em algumas formas de cerâmica de “tipo Kuass”, é uma outra característica distintiva destas produções. Os motivos decorativos imitam claramente as estampilhas presentes em algumas cerâmicas gregas, designadamente as rosetas e as palmetas (Ponsich, 1968, p. 17, 1969, p. 70; Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 118; Ventura Martínez, 2000, p. 185). Estas decorações estão presentes num número limitado de formas, nomeadamente na forma III, VII, VIII, IX-B, IX-C, X, XI, e ainda no prato de bordo largo exumado em Kuass, não englobado na tipologia.

Esta relação entre formas e decorações estampilhadas parece indicar que a utilização destas últimas era mais frequente em recipientes presumivelmente destinados ao consumo de líquidos (Niveau de Villedary y Mariñas, 2000b, p. 188), ou nos de provável utilização sumptuária. Contudo, no conjunto das produções de “tipo Kuass”, o uso destes elementos decorativos é uma prática claramente minoritária. A sua aplicação era efectuada através de selos (Ponsich, 1969, p. 67 a p. 70; Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 130 a p. 131). As rosetas são menos frequentes e surgem isoladas no fundo interno dos recipientes. A utilização de palmetas é mais recorrente, podendo surgir isoladas, em composições de cinco ou, com maior frequência, agrupadas em quatro e opostas diametralmente (Ponsich, 1969, p. 70 a p. 71; Niveau de Villedary y Mariñas, 2000b, p. 188). Com alguma frequência, estes motivos encontram-se contidos numa espécie de cartela de forma geométrica, simples ou de contornos que se adaptam às pétalas e folhas, sendo esta uma das características mais originais das cerâmicas de “tipo Kuass”.

Os esquemas decorativos utilizados nas produções de “tipo Kuass” sofrem alguma evolução ao longo do tempo, estandardizando-se. Nos exemplares mais antigos, destaca-se uma clara preocupação em relação aos detalhes, visível também no cuidado tido na aplicação dos mesmos, numa tentativa de aproximação aos motivos usados nas cerâmicas áticas de verniz negro. Com a evolução destas produções, os esquemas decorativos tendem à simplificação, destacando-se, por exemplo, a aplicação de uma só palmetas em vez de

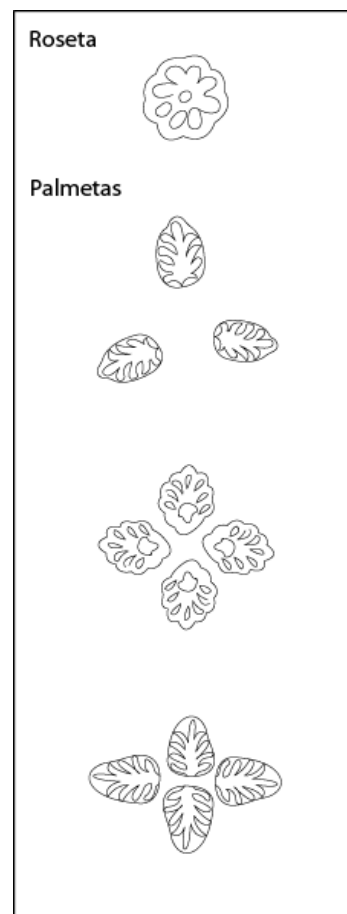


Fig. 4 – Principais esquemas decorativos utilizados na cerâmica de “tipo Kuass”.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

esquemas de quatro palmetas unidas pela base (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 191).

O elemento mais característico da cerâmica de “tipo Kuass” é a aplicação, na superfície das peças, de engobes de várias tonalidades, podendo variar entre vários tons de vermelho, castanho e negro (Niveau de Villedary y Mariñas, 2000b, p. 188; 2003a, p. 141; Ventura Martínez, 2000, p. 184). Esta gama de colorações pode, inclusive, identificar-se numa mesma peça. As características técnicas destes revestimentos são, contudo, muito variadas. Enquanto que em relação a algumas peças podemos afirmar, com certa segurança, que o revestimento se trata de uma espécie de verniz homogéneo e espesso, o mais frequente é depararmo-nos com engobes de fraca qualidade, que aparecem queimados, estalados e muito heterogéneos ao nível da sua coloração, o que prejudica também a sua conservação (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 137). A caracterização técnica do preparado utilizado no revestimento das superfícies das cerâmicas de “tipo Kuass” é também uma questão algo problemática. Não se trata de um verniz no sentido estrito do termo, embora também não apresente as características típicas de um engobe. Seguindo-se pelos critérios estabelecidos por E. Cuadrado (1953), A. M. Niveau de Villedary y Mariñas considera que o material de revestimento consistiria, essencialmente, em pigmentos vermelhos brilhantes com um elevado conteúdo de silicatos e de óxido de ferro, que era aplicado nas superfícies das peças mediante o uso de um pincel no torno. Contudo, parece que em alguns exemplares de cerâmicas de “tipo Kuass” se encontra evidenciada a utilização da técnica de imersão, embora este procedimento pareça ser mais tardio, tendo substituído o primeiro, de tradição helenística (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 142 e p. 191).

O engobe era aplicado numa fase prévia à cozedura e esse facto podia implicar grandes variações na sua tonalidade, dependendo da temperatura do forno (Ponsich, 1968, p. 6). Por essa razão é frequente depararmo-nos, num mesmo exemplar, com uma vasta variação ao nível da tonalidade do engobe, que pode ir, em casos extremos, do vermelho vivo ao negro. Contudo, em alguns casos, a aplicação de engobes de cores escuras parece não decorrer de falhas ocorridas durante a cozedura dos recipientes, mas derivar de um acto propositado, numa tentativa de aproximação às características dos protótipos que a cerâmica de “tipo Kuass” imitou (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 143).

As cerâmicas de “tipo Kuass” eram cozidas, como ficou comprovado no sítio norte africano escavado por Ponsich (1968, p. 7), em fornos onde eram também cozidas ânforas, ainda que, naturalmente, em fornadas distintas. Em outros centros de produção, como em

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Torre Alta, parece que eram cozidas em fornos de dimensões mais pequenas (Frutos Reyes e Muñoz Vicente, 1994, p. 398).

A análise das peças indicia uma grande regularidade de dimensões e proporções nas diferentes formas, atingindo um elevado grau de uniformização. No entanto, parece que os artesãos possuíam bastante liberdade, quer ao nível da execução de detalhes e inclinação das paredes quer na aplicação dos elementos decorativos (Niveau de Villedary y Mariñas, 1999, p. 121 a p. 122).

A identificação frequente de recipientes de “tipo Kuass” com as superfícies queimadas, sem que tal pareça relacionado com a sua funcionalidade, levou A. M. Niveau de Villedary y Mariñas a propor que estas produções representariam a baixela cerâmica de uso comum, mas ligeiramente cuidada, da zona tradicionalmente designada de “Círculo de Estreito de Gibraltar”, que poderiam ser facilmente substituídas (*Idem*, 2003a, p. 141).

Um outro factor que corrobora o papel eminentemente funcional destas produções é os recentes dados recolhidos nas várias escavações de zonas de necrópole de Cádiz. Não se documentou, até ao momento, nenhum exemplar de cerâmica de “tipo Kuass” no espólio das várias sepulturas escavadas, indicando que estas cerâmicas não seriam encaradas como “bens de prestígio”. Contudo, a sua identificação em fossas e poços “rituais” junto às sepulturas indica que teriam servido para uma utilização ritual nesses espaços, nunca se desligando, porém, da sua funcionalidade. Tratar-se-ia de rituais funerários secundários, como banquetes, sacrifícios, libações e oferendas, entre outros (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 165-173).

2.5. Centros produtores

O primeiro centro de produção de cerâmicas de “tipo Kuass” foi identificado por M. Ponsich no sítio arqueológico que lhes deu a sua designação. Trata-se, ao que parece, de uma área definida como “una verdadera aldea en la que se agrupan talleres de alfareros de época prerromana (...)”, apresentando uma ocupação contínua entre o séc. VI e o séc. I a.C. (Ponsich, 1968, p. 3 a p. 4). O estabelecimento encontrava-se implantado numa colina situada a cerca de oito quilómetros da actual cidade de Arcila, e produzia, principalmente, contentores anfóricos destinados à comercialização de produtos essencialmente piscícolas e seus derivados, que desempenhavam, certamente, um papel fundamental na economia

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

daquela região norte africana (Ponsich, 1968, p. 4 a p. 5, 1969, p. 59 a p. 60). Dos dez fornos identificados no local, procedeu-se à escavação de cinco (três na totalidade e dois parcialmente). Destes últimos, destacam-se os resultados obtidos no que foi designado de forno III, onde os materiais associados permitiram propor uma cronologia para o período de funcionamento do mesmo centrada no séc. III a.C., ainda que o seu *terminus* possa alcançar a segunda metade do séc. II a.C. (Ponsich, 1969, p. 61; Aranegui Gascó, Kbirí Alaoui e Vives Ferraniz, 2004, p. 366). Destes materiais, destacaram-se as cerâmicas de “tipo Kuass”, entendidas inicialmente como imitações de cerâmicas campanienses, que totalizavam 169 exemplares (Aranegui Gascó et al., 2000, p. 19). Embora a actividade principal do forno fosse a produção de contentores anfóricos, dos quais se destacam as ânforas de tipo Maña Pascual A4, ele era paralelamente utilizado, ao que parece com menor frequência, para o fabrico de cerâmicas comuns e de “tipo Kuass”, possivelmente destinadas ao abastecimento das áreas imediatamente circundantes (Ponsich, 1968, p. 8). Guiando-se pela tipologia proposta por N. Lamboglia (1952), M. Ponsich identifica, nas produções de “tipo Kuass”, a presença abundante da forma 23 e também das formas 21 (e seus derivados), 28 (e seus derivados), 29 e 36 (e seus derivados), que correspondem, respectivamente, às formas II, IX-A, IX-B, VII, VIII e V estabelecidas por A. M. Niveau de Villedary y Mariñas. Destaca também algumas formas singulares, entre as quais se encontram uma pequena taça de aspecto maciço (forma IX-C) e uma pequena pátera (forma XII) (Ponsich, 1969, p. 63-67). Deve-se, contudo referir, como aliás já foi realçado por Niveau de Villedary y Mariñas (2003a, p. 42), que algumas destas classificações de M. Ponsich foram forçadas e estabelecidas pelo grau de semelhança que as cerâmicas de “tipo Kuass” apresentavam com as da tipologia de N. Lamboglia, dado que uma significativa parte dos exemplares norte africanos não encaixavam na tipologia referida.

Apesar de algumas reservas que já foram apresentadas (Niveau de Villedary y Mariñas, 1999, p. 120, 2000a, p. 377 a p. 378, 2000b, p. 194), mas, ao que parece, pouco depois abandonadas, a produção destes materiais no sítio norte africano está sustentada não só pelo seu aparecimento no forno III, mas também pela identificação, no local, de exemplares com defeitos de cozedura, ainda que pouco numerosos (Ponsich, 1968, p. 16).

Em estudos recentes, A. M. Niveau de Villedary y Mariñas (1999, p. 117, 2000a, p. 375, 2000b, p. 182 e p. 194, 2004, p. 677) propôs a existência de um centro de produção principal na área de Cádiz, com base, essencialmente, na análise da distribuição e quantificação deste tipo de cerâmica no ocidente mediterrâneo. Efectivamente, os argumentos aduzidos por esta autora são, sem dúvida, aliciantes. A quantidade de

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

exemplares destas produções na Baía de Cádiz e sua área de influência directa é, sem dúvida, o mais numeroso do Mediterrâneo Ocidental. A qualidade mediana das produções de “tipo Kuass” faz indicar que se trata de cerâmicas de uso comum e quotidiano, dificilmente encaradas como bens de prestígio, e que seriam rápida e facilmente substituídas, pelo que se pode perfeitamente assumir uma produção local (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 141). Contudo, até ao momento, não existem ainda dados passíveis de suportarem esta proposta para o período inicial da produção (finais do séc. IV e inícios do séc. III a.C.), ainda que tal se possa dever ao facto de se desconhcerem largamente os fornos que se encontravam em funcionamento nesse momento (Sáez Romero, 2004, p. 700; Niveau de Villedary y Mariñas, 2004, p. 679).

Apenas se conhecem, no sul da Península Ibérica, dois centros de produção onde parece estar atestado o fabrico de cerâmicas de “tipo Kuass”. É o caso dos fornos de Torre Alta (Niveau de Villedary y Mariñas, 1999, p. 120, 2000b, p. 195) e de Pery Junquera (Niveau de Villedary y Mariñas, 1999, p. 120, 2004, p. 681).

No sítio de Torre Alta, localizado numa pequena elevação que, na antiguidade, se situava nas imediações da baía de Cádiz, efectuaram-se três intervenções arqueológicas de emergência. Os resultados traduziram-se na identificação de um conjunto de fornos e entulheiras que indiciavam a existência de um centro de produção cerâmica destinado, sobretudo, ao fabrico de contentores anfóricos. Contudo, a descoberta de possíveis estruturas de fábricas de preparados piscícolas, nas imediações dessas áreas de entulho, fazem supor que se trate de uma área industrial multifuncional. Inicialmente, a cronologia proposta para este complexo centrava-se entre finais do séc. IV e o séc. II a.C. (Frutos Reyes e Muñoz Vicente, 1994, p. 393). Contudo, revisões posteriores apontam para uma fase mais recente, compreendida entre meados/finais do séc. III a inícios do séc. II a.C. (Sáez Romero, 2004, p. 708).

Os argumentos aduzidos para o fabrico de cerâmicas de “tipo Kuass” neste local foram a presença, nos níveis de colmatação dos escombros, dessa categoria de cerâmica e o aparecimento de um punção, com representação de um motivo de palmeta destinado à aplicação de estampilhas (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 169).

O sítio arqueológico de Pery Junquera (San Fernando, Cádiz) consiste também num complexo que engloba um centro de fabrico de cerâmicas e uma indústria de preparados piscícolas, cuja cronologia se estende entre finais do séc. III e a primeira metade do séc. I d.C. (Carretero Poblete, 2004, p. 427). A primeira fase de utilização do complexo foi datada entre finais do séc. III e inícios da primeira metade do séc. II a.C. (Niveau de Villedary y

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Mariñas, 2004, p. 681). Contudo, embora se tenha documentado uma presença significativa de cerâmicas de “tipo Kuass” no sítio, nessa fase, não se detectaram evidências indiscutíveis do seu fabrico no local (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 170).

Como é reconhecido por A. M. Niveau de Villedary y Mariñas (1999, p. 120, 2000a, p. 378, 2000b, p. 195), estas possíveis evidências de produção são algo tardias, centrando-se entre meados/finais do séc. III e inícios do séc. II a.C., no caso de Torre Alta, e em meados do séc. II a.C. em Pery Junquera. Um outro factor a ter em consideração é a reduzida quantidade deste tipo cerâmico no local (Niveau de Villedary y Mariñas, 2000b, p. 195). Contudo, em intervenções recentes realizadas nos fornos de Torre Alta, parecem ter sido recolhidos, nas zonas de entulho, fragmentos de cerâmica de “tipo Kuass” com paredes disformes e rachadas, que a autora considera ser resultado de produtos defeituosos e rejeitados (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 143). Infelizmente, a sustentação desta hipótese terá de aguardar pela publicação desses materiais.

Assim, e embora a existência de um ou vários centros produtores de cerâmica de “tipo Kuass” na área da baía gaditana seja altamente provável, discordamos em alguns pontos com a leitura que a investigadora A. M. Niveau de Villedary y Mariñas efectuou para os materiais por ela estudados. Ainda que seja muito verosímil a proveniência gaditana dos exemplares, não nos parece que seja apenas pela sua quantificação que se possa, seguramente, impor uma produção gaditana e muito mais um domínio desse hipotético centro sobre os restantes que actuam nas zonas ocidentais. Não devemos esquecer também que o conjunto de mais de 5000 exemplares estudados provém de intervenções que ultrapassaram os 1500m², sendo esta a extensão escavada apenas no povoado de Las Cumbres, ocupado somente durante o séc. III a.C., e apresentando níveis perfeitamente conservados. Discordamos ainda em relação à importância atribuída ao presumível centro produtor gaditano, que reflectiria o estatuto de hegemonia da metrópole gaditana no espaço designado de “Círculo do Estreito de gibraltar” (Niveau de Villedary y Mariñas, 1998, p. 117, 2002-2003, p. 205).

Uma outra questão que convém não descartar relaciona-se com o desconhecimento das produções cerâmicas cartaginesas. As escassas informações relativas a esse problema remetem-se a referências de J. Blaquez, que afirma que é provável a existência de cerâmica de “tipo Kuass” em Cartago, baseando-se, contudo, em dados orais (1985, p. 471). O esclarecimento deste aspecto seria essencial não só para discernir se se trataria de produções locais, que permitiriam desenvolver novas leituras sobre as relações entre Cartago e a

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Península Ibérica, ou apenas de vestígios da actividade comercial desenvolvida entre as duas áreas.

Em suma, e tendo em consideração todos os aspectos referidos, parece-nos mais coerente visualizarmos um cenário de multiplicidade de centros produtores de cerâmicas de “tipo Kuass”, com uma distribuição a uma escala local e/ou regional tendo em vista o abastecimento de mercados próximos. As análises macroscópicas de pastas realizadas para os exemplares recolhidos em *Lixus* parecem confirmar esta possibilidade, uma vez que, além das produções do centro de Kuass propriamente dito, identificaram-se outras características, ao nível da pasta e do engobe, que indicam a existência de outros centros de produção, embora até ao momento a sua localização seja desconhecida, tendo sido também colocada a hipótese de uma produção em *Lixus* (Aranegui Gascó, 2001, p. 135, p. 144 e p. 149, 2005, p. 135), ainda que com poucas bases.

Não se pretende, naturalmente, negar a existência, em *Gadir*, onde certamente existiria uma maior procura, dado o contingente demográfico, de uma ou várias oficinas que abastecessem não só essa área, como também exportasse para outras zonas. Mas daí a encarar esta hipótese como uma manifestação material da hegemonia gaditana no “Círculo do Estreito de Gibraltar”, embora tentadora, apenas pode ser seriamente encarada após a realização de um estudo exaustivo e rigoroso das pastas, que passaria, necessariamente, pela identificação dos primeiros centros de fabrico de cerâmica de “tipo Kuass”, e pela realização de análises químicas entre nos centros de produção e nos centros de consumo. Convém aqui destacar estudos recentes realizados por K. Aloui, que envolveram a realização de análises químicas para comparar as características das produções provenientes do centro produtor de Kuass e de outros fragmentos de provável produção gaditana, provenientes do Castillo de Doña Blanca e de Cádiz. Os resultados obtidos permitiram diferenciar essas produções, caracterizando-se a produção norte africana por apresentar uma maior quantidade de elementos calcários nos fragmentos analisados (Aranegui Gascó, 2005, p. 135), mas evidenciando também a presença de cerâmicas de “tipo Kuass” de provável origem gaditana no centro norte-africano (Kbiri Alaoui, no prelo).

A referência a um outro centro de produção de cerâmicas de tipo “helenístico”, no âmbito das produções peninsulares, é incontornável para esclarecer os âmbitos geográficos da distribuição das cerâmicas de “tipo Kuass”. Trata-se de Ibiza, onde as imitações de protótipos áticos são cronologicamente mais antigas que no sul da Península Ibérica e na costa ocidental norte africana. As produções ebusitanas foram primeiramente identificadas por M. del Amo, e a sua origem está bem documentada quer pela recolha de punções de

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

aplicação decorativa, quer pela presença de vários exemplares defeituosos pelo processo de fabrico (Amo, 1970, p. 205, p. 210 e p. 213).

Estas produções dividem-se, essencialmente, em dois tipos, atendendo às suas características técnicas. O primeiro tipo foi designado de “cerâmica gris ibicenca”, e corresponde a cerâmicas cinzentas tecnicamente idênticas às conhecidas para o período orientalizante. O segundo tipo corresponde à denominada “cerâmica roja” ebusitana. Tratar-se-ia, segundo M. del Amo, de uma produção de fraca qualidade. Estas cerâmicas caracterizavam-se ainda por apresentarem, com alguma frequência, decorações estampilhadas, nomeadamente palmetas, rosetas e círculos de pequenas incisões. Estas produções de Ibiza foram inicialmente interpretadas, tal como ocorreu com as produções de Kuass, como imitações de cerâmicas campanienses (Amo, 1970, p. 202-204 e p. 220). Contudo, também aqui, estudos posteriores comprovaram a anterioridade destas “imitações” em relação à cerâmica campaniense e a forte influência que os protótipos da cerâmica grega exerceram no início da laboração destes centros de produção. A origem do fabrico destas cerâmicas parece centrar-se em torno do séc. V a.C., prolongando-se até ao período augustano (Fernández e Granados, 1979). Esta ocorrência parece destacar-se no âmbito das produções de cerâmicas de influência helenística, dado ser anterior ao cessar das exportações de cerâmica grega para o território peninsular.

A sua distribuição estende-se, ao que parece, pela costa oriental da Península Ibérica e pelo sul de França (Amo, 1970, p. 218).

Parece, assim, provável a existência de duas grandes áreas de produção de cerâmicas de tipo helenístico, com reportórios e técnicas de fabrico muito semelhantes, no Ocidente Mediterrâneo. A primeira situar-se-ia no “Círculo do Estreito”, manifestando-se em um ou vários centros produtores, entre os quais se destaca Kuass e, provavelmente, Cádiz. A segunda, abasteceria a costa leste da Península Ibérica, tendo como principal centro produtor Ibiza.

2.6. Distribuição

Desde os últimos anos, os sítios arqueológicos onde se têm identificado as produções de “tipo Kuass” multiplicaram-se enormemente. Para tal, muito contribuiu a progressiva investigação e publicação sobre as características que definem este tipo de cerâmica.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Esta área de distribuição “primária” foi interpretada, por A. M. Niveau de Villedary y Mariñas, como um factor que permite sustentar a hegemonia gaditana no “Círculo do Estreito de Gibraltar” (2000a, p. 375-376).

No Castillo de Doña Blanca e no vizinho povoado de Las Cumbres, foi recolhido, até ao momento, o conjunto mais numeroso de cerâmica de “tipo Kuass”, objecto de um estudo intensivo, por parte de A. M. Niveau de Villedary y Mariñas (2003a).

O sítio de Castillo de Doña Blanca está implantado na base da Serra de San Cristóbal, junto à antiga linha de costa. A estação arqueológica tem uma extensão de cerca 68000 m², com cerca de 9 m de potência estratigráfica. A ocupação do povoado estende-se desde a primeira metade do séc. VIII até meados do séc. III a.C. (Ruiz Mata, 1988, p. 40).

O sítio de Las Cumbres encontra-se localizado também na Serra de San Cristóbal, embora numa zona mais alta e na sua vertente oriental. Na estação arqueológica, foram escavados cerca de 1500 m², onde se identificaram 38 habitações, lagares e outras estruturas industriais, e armazéns. Apresenta um único nível de ocupação, cronologicamente integrável em finais do séc. III a.C. Também na área da necrópole, se identificaram cerâmicas de “tipo Kuass”. Tem uma extensão de mais de 100 hectares e localiza-se a norte do povoado, na área meridional da Serra de San Cristóbal (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a).

Ainda na zona de Cádiz, agora na sua área urbana, a presença desta cerâmica foi reconhecida em algumas zonas da necrópole gaditana, como em Casa del Pino, Playa de los Números, Avenida de López Pinto (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 207), Plaza de Asdrúbal (Muñoz, 1989, p. 92-93), Plaza de Asdrúbal e/ Amílcar Barca e Cuarteles de Varela (Niveau de Villedary y Mariñas, 2001), entre outros.

Na mesma área, a identificação de áreas de carácter industrial, especificamente fábricas de preparados piscícolas, nas quais foram identificadas as produções de “tipo Kuass”, foi numerosa. Trata-se dos sítios de Plaza de Asdrúbal (Perdigones et al., 1985), Avenida de Andalucía / Ciudad de Santander (Muñoz, Frutos e Berriatúa, 1988), Calle Enrique Calvo (Perdigones et al., 1985), Las Redes (Frutos, Chic e Berriatúa, 1988) e “Puerto 19” (Gutiérrez Lopez, 1997).

Destaca-se ainda a presença dessas cerâmicas em alguns centros oleiros, nomeadamente em Torre Alta (Niveau de Villedary y Mariñas, 2004), Pery Junquera (Gonzalez et al., 2000) e La Milagrosa (Bernal et al., 2003, p. 192).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Na zona tradicionalmente conhecida por Campiña Gaditana, as produções de “tipo Kuass” estão documentadas em Mesas de Asta, tanto no povoado como na sua necrópole (González Rodríguez, Barrionuevo Contreras e Aguilar Moya, 1997) e em Cerro Naranja (González Rodríguez, 1985).

Também na área da foz do Guadalquivir, estas cerâmicas surgem em Ébora e La Algaida e, a oeste, já na fachada atlântica, no sítio da Iglesia del Convento de las Monjas Concepcionistas (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 223 a p. 224). No vale do Guadalquivir, aparecem em Las Cabezas de San Juan, na zona urbana de Sevilha (*apud in* Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 245 a p. 246), em Itálica (Lúzon, 1973; *apud in* Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 246 a p. 247) e no Cerro Macareno (Pellicer, Escacena e Bendala, 1983).

Na área da Baía de Algeciras, surgem em Carteia (Bendala Galán et al., 1994; Roldán Gómez et al., 1998) e Gorham’s Cave (Belén Deamos e Pérez, 2000).

Na Costa onubense, identificaram-se cerâmicas de “tipo Kuass” na área urbana da actual cidade de Huelva, concretamente na zona conhecida como Cabezo de San Pedro (Belén e Garrido, 1997), em Niebla (Belén e Escacena, 1990) e La Tiñosa (Belén e Fernandez-Miranda, 1978).

Na costa de Málaga, em Salduba (Soto, 1988), Cerro de la Tortuga (Muñoz Gambero, 2001, p. 336), *Malaka* (Gran-Aymerich, 1991) e Morro de Mezquitilla (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 253). Na costa de Granada, em *Sexi*, Selambina, Baños de Alhama (*apud in* Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 254 a p. 256).

Na costa norte africana, as cerâmicas de “tipo Kuass” surgem em Kuass, Zilil (Aranegui et al., 2000, p. 21), *Lixus* (Aranegui Gascó, 2001, 2005), Suiar, Sidi Abdselam del Behar, Kudia Tebmain, Russagir e El Oranesado (*apud in* Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 239–242).

No território actualmente português, documentam-se no Castelo de Castro Marim (Arruda, 1997, 1999-2000, 2000, 2001), Tavira (Maia, 2004), Faro, Cerro da Rocha Branca (Varela Gomes, 1997), S. Bartolomeu de Messines, Monte Molião, Mértola (Rego, Guerrero e Gómez, 1996), Castelo Velho de Safara (Soares, 2001), Santiago do Cacém (Soares e Silva, 1979), Chibanes e em Santarém (Arruda, 2000, p. 6-173).

A referência a exemplares de morfologia e características técnicas semelhantes à cerâmica de “tipo Kuass” é frequente também na área oriental da Península Ibérica, como

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

por exemplo em Sagunto, El Amarejo (Blanquez Pérez, 1985), Almeria, Abdera, Clavieja, Baria, Cabecico de Parra, Tagilit, Cerro del Santuário, Los Nietos, Cabecico del Tesoro, Bolbax, Qart Hadasht, Tossal de Manises, La Albufereta, La Serreta, La Covalta, Emporion e em Rhode, assim como nas ilhas baleares, nomeadamente em Ibiza, Mallorca e Menorca (*apud in* Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 256-276). Contudo, o facto de não podermos discernir, de momento, se se trata de produções de “tipo Kuass” ou de exemplares oriundos dos centros produtores de Ibiza, determinou a sua não inclusão nas áreas de difusão da cerâmica de “tipo Kuass”.

Em relação à costa central norte africana, apenas dispomos de escassas notícias, concretamente referentes à existência de exemplares de formas e características técnicas similares às cerâmica de “tipo Kuass” sem que seja, de momento, possível confirmar se se trata, mais uma vez, do mesmo tipo de produção. Referimo-nos aos achados efectuados em Rabta (Tunes), na necrópole de Les Andalouses (Orán, Argélia) e em Cartago (*apud in* Blanquez Pérez, 1985, p. 471; *apud in* Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 276 a p. 277).

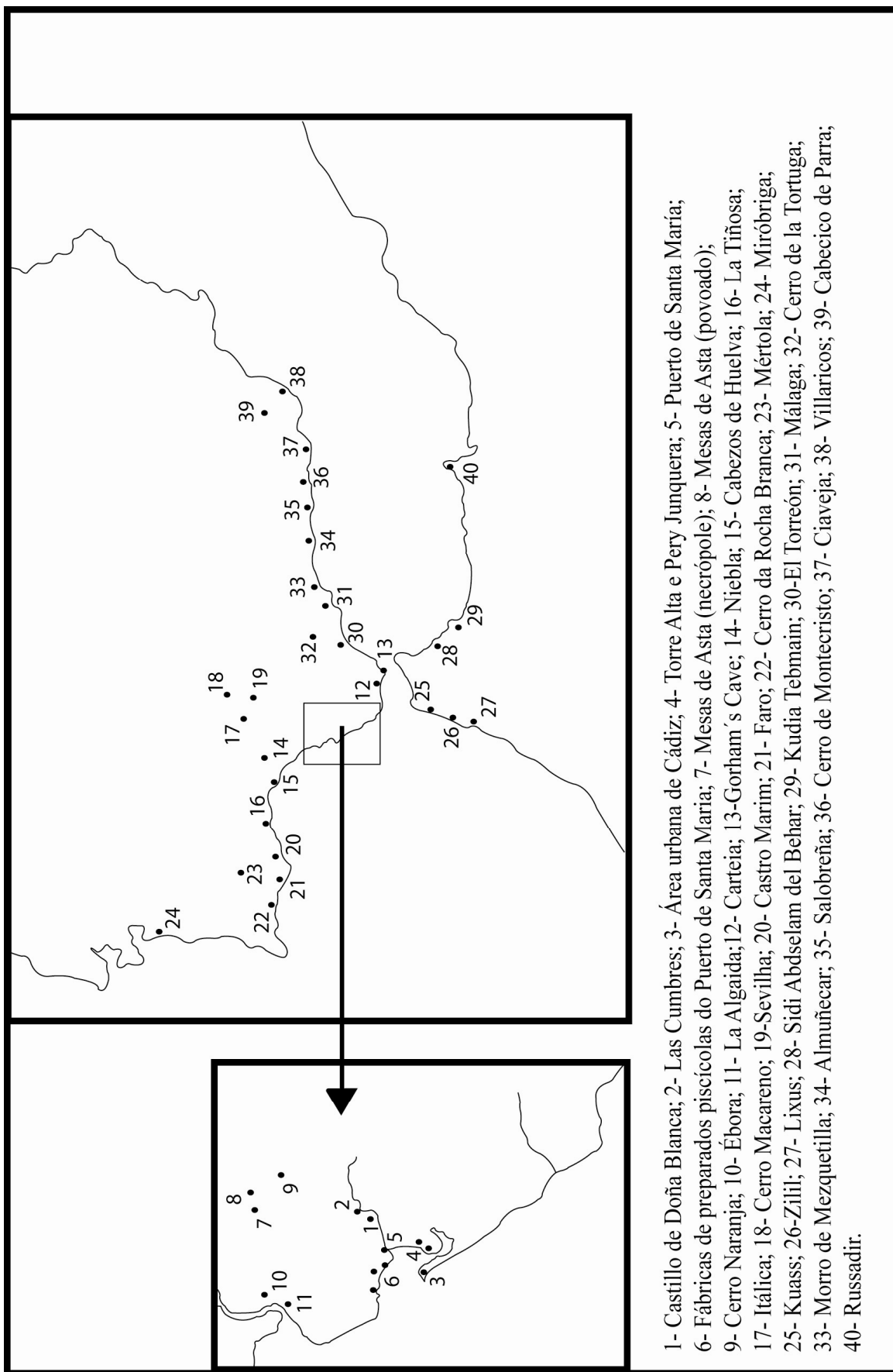


Fig. 5 – Mapa de distribuição da cerâmica de “tipo Kuass” (segundo Niveau, 1999).

3. Os sítios arqueológicos

3.1. Castelo de Castro Marim

3.1.1. Localização geográfica

O Castelo de Castro Marim localiza-se no Concelho de Castro Marim, no distrito de Faro, na actual província do Algarve. Foi edificado durante a I Dinastia, por ocasião das guerras da Reconquista. Ocupa uma colina de formato tendencialmente circular, com cerca de 42 m de altitude, situada na margem direita do Guadiana, próximo da sua foz, a $7^{\circ}26'30''$ de longitude e a $37^{\circ}12'50''$ de latitude, segundo a folha 600, da Carta Militar de Portugal (1:25000). Geologicamente, implanta-se numa região de depósitos quaternários, entre os xistos do maciço antigo a Norte, os calcários lacustres do Oligoceno e as rochas eruptivas da orla, a Oeste (Arruda, 1997, p. 109, 1999-2000, p. 36, 2001, p. 727).

Esta implantação foi certamente influenciada pelas favoráveis condições naturais de defesa e pelo amplo domínio visual do território envolvente, particularmente sobre o rio. Descrições datadas do séc. XVI parecem indicar que a área consistia, ainda nessa época, uma pequena península, ligada a terra apenas por uma estreita faixa na sua vertente oeste. Embora a evolução da linha de costa algarvia ainda não tenha sido estudada pormenorizadamente, podemos pressupor que, durante a Antiguidade, a colina do Castelo de

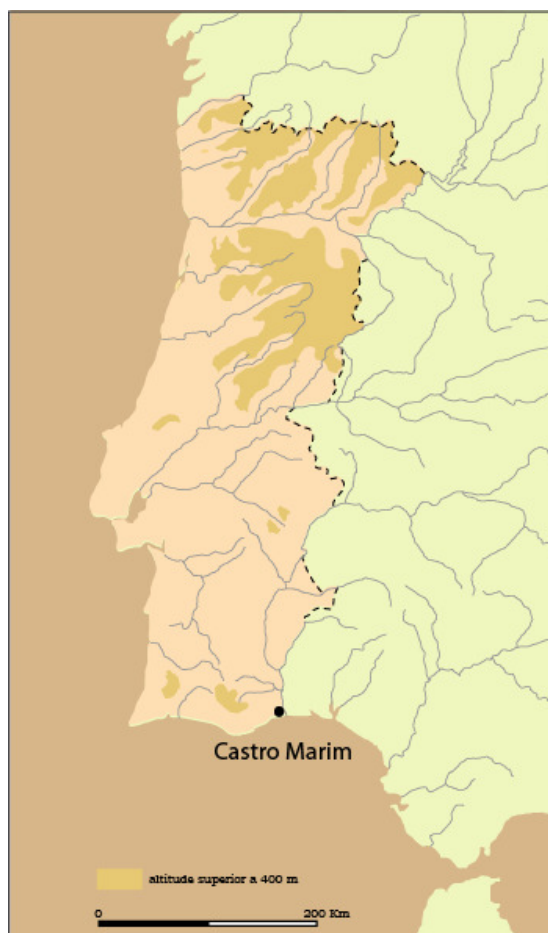


Fig. 6 – Localização de Castro Marim no território actualmente português (base cartográfica de Victor S. Gonçalves).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Castro Marim seria uma pequena ilha rodeada pelas águas do Guadiana (Arruda, 1997, p. 109, 1999-2000, p. 36).

3.1.2. Trabalhos arqueológicos realizados e síntese dos seus resultados

A importância do sítio do Castelo de Castro Marim foi destacada, pela primeira vez, por Estácio da Veiga e depois por José Leite de Vasconcellos, que identificou o local com a *Baesuris* referida no *Itinerário de Antonino*. A recolha em escavação arqueológica de uma moeda de chumbo, num nível tardo-republicano, com a inscrição BAE permitiu afastar quaisquer dúvidas sobre a correspondência entre o topónimo pré-romano e o local (Arruda, 1997, p. 111, 1999-2000, p. 36, 2001, p. 727). Os motivos até ao momento identificados nesta e noutras cunhagens do local consistem, essencialmente, em barcos e outros motivos marinhos, ramos e espigas (Faria, 1997, p. 362).

As escavações arqueológicas realizadas no Castelo de Castro Marim, dirigidas pela Doutora Ana Margarida Arruda, totalizam dez campanhas, com início em 1983 e prolongando-se até 2003, tendo sido interrompidas entre 1989 e 1999, e traduzem-se em 293 m² de área escavada (Arruda, Freitas e Oliveira, no prelo). Os materiais arqueológicos recolhidos à superfície indicavam a existência de uma ocupação humana que remontava à Idade do Bronze e se prolongava até à Idade Moderna, com níveis da Idade do Ferro, da época romana e medieval, o que foi comprovado pelas intervenções efectuadas na área do Castelo



Fig. 7 – Fotografia geral das escavações efectuadas no Castelo de Castro Marim (Sector 1).

(Arruda, 1999-2000, p. 37). Estas intervenções encontravam-se, inicialmente, inseridas num programa de investigação da UNIARCH (na altura Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa), designado de «O povoamento do Baixo Guadiana das origens à

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Idade Média», orientado pelo Doutor Victor Gonçalves e posteriormente desenvolvidas no projecto «Castro Marim e o seu território imediato durante a Antiguidade». Até ao ano de 1988, a metodologia de escavação utilizada foi a preconizada por Wheeler, corrigida com a actualização de Ferdière (Arruda, 1999-2000, p. 37). A partir da campanha de 2000, as intervenções foram orientadas segundo o princípio de estratigrafia de Harris, trabalhando-se em *open área*.

Grande parte das escavações arqueológicas realizadas na década de 80 do séc. XX e entre 2000 e 2003 incidiram na zona nordeste do Castelo, no que foi designado de Sector 1. A identificação de várias estruturas de carácter cultural, durante as intervenções realizadas entre 2000 e 2003, permitiu propor a existência, na área designada de Sector 1, de um espaço de culto em ambiente urbano, associado a áreas de depósitos (Arruda, Freitas e Oliveira, no prelo). Na campanha de 1987, abriram-se duas novas áreas de escavação, localizando-se uma delas, designada de Corte 2, no interior da fortaleza, e o Corte 3 no seu espaço fronteiriço (Arruda, 1997, p. 112 e p. 115, 1999-2000, p. 37).

Os dados recolhidos ao longo destas intervenções permitiram constatar que a ocupação humana do Castelo remonta a inícios do I milénio a.C., com uma ocupação do Bronze Final, cujos únicos vestígios identificados consistem em materiais encontrados em fossas escavadas na rocha, nomeadamente taças abertas e carenadas e vasos fechados de carena alta em cerâmica manual. Durante a primeira metade do I milénio a.C., especificamente a partir da segunda metade do séc. VII a.C., o povoado manifesta uma cultura material de filiação claramente mediterrânea, traduzida em importações de ânforas, cerâmica de engobe vermelho e cerâmica cinzenta fina polida. A segunda metade do I milénio a.C. caracteriza-se pela presença de importações de produtos manufacturados, como é o caso da cerâmica grega, e alimentares, como se pode constatar pela grande quantidade de contentores anfóricos encontrados (Arruda, 1999-2000, p. 40 a p. 42).

O sítio algarvio indicia ainda uma intensa ocupação durante o período romano, ainda que os dados disponíveis indiquem que esta só se iniciou em torno dos meados do séc. I a.C. Nesta fase, datada entre 50 e 30 a.C., destaca-se uma enorme quantidade de espólio cerâmico, nomeadamente cerâmica campaniense (Classe A, B e B-*óide*), cerâmica de paredes finas, ânforas da Classe 3, 4, 8, 32, 67, e as chamadas “ibero-púnicas” (Arruda, 1999-2000, p. 43).

Os vestígios do período alto imperial são também muito significativos, especialmente no que concerne às importações anfóricas e de *terra sigillata* itálica e sud-gálica. No Baixo

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Império assiste-se a uma ruptura das importações para o sítio algarvio, possivelmente relacionada com a crescente importância da cidade de Balsa (Tavira) (Arruda et al., no prelo; Viegas, 2003).

3.2. Faro

3.2.1. Localização geográfica

Os dados até ao momento disponíveis para a ocupação pré-romana da actual cidade de Faro parecem indicar que o povoado se localizaria na zona histórica da cidade, actualmente conhecida por “Vila-a-Dentro” ou por “Cidade Velha”. A extensão exacta da ocupação é ainda desconhecida, uma vez que se trata de uma área urbana, intensamente ocupada, pelo que se torna complicado diagnosticar arqueologicamente a ocupação humana.

A área consiste numa pequena colina, integrada num ambiente lagunar, pouco elevada, que não ultrapassa os 9 metros de altitude, constituindo, mesmo assim, uma área destacada na paisagem envolvente, a 7°56'01'' de longitude e a 37°00'45'' de latitude, segundo a folha 611, da Carta Militar de Portugal (1:25000). Geologicamente, implanta-se numa zona de aluviões e sapais.

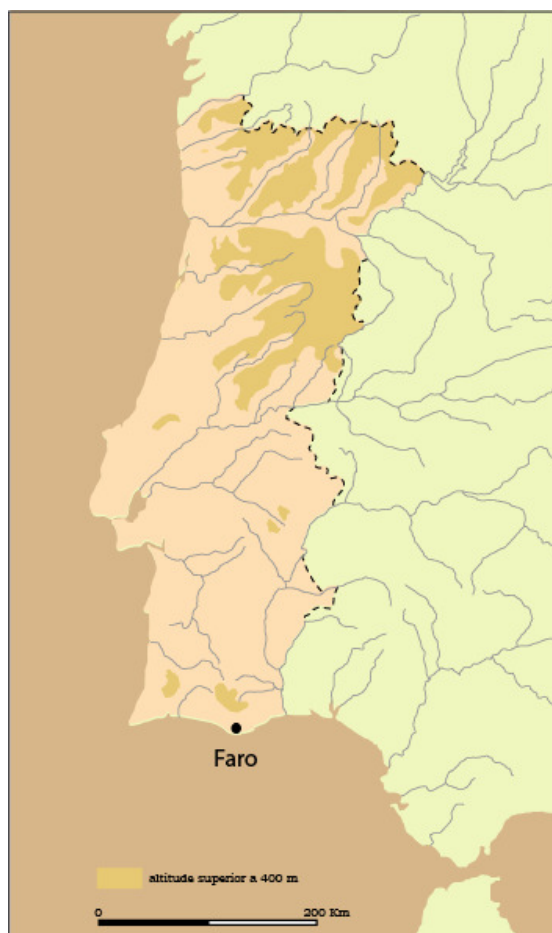


Fig. 8 – Localização de Faro no território actualmente português (base cartográfica de Victor S. Gonçalves).

Tal como ocorre no Castelo de Castro Marim e outros sítios algarvios, esta pequena colina parece ter-se configurado como uma ilha durante, pelo menos, o período pré-romano,

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

com boas condições portuárias e um bom domínio visual sobre o território envolvente (Arruda, 1999-2000, p. 35, 2000, p. 4 a p. 11; Mantas, 1993, p. 518, 1997, p. 297 a p. 298; Gamito, 1997, p. 346 a p. 347 e p. 350 a p. 351).

3.2.2. Trabalhos arqueológicos realizados e síntese dos seus resultados

A identificação do núcleo de *Ossonoba* citado nas fontes clássicas com a zona histórica da actual cidade de Faro é, actualmente, praticamente incontestável. O povoado é referido em várias fontes, donde destacamos as obras de Estrabão, Pompónio Mela e Plínio-o-Velho (Guerra, 1995, p. 96). Conhecem-se algumas cunhagens de *Ossonoba*, cronologicamente integráveis no séc. I a.C., nas quais predomina uma iconografia eminentemente marítima, à semelhança dos outros casos já referidos (Faria, 1997, p. 368 a p. 369).

Relativamente ao povoado da Idade do Ferro, parece hoje consensual que ele se encontre na pequena colina correspondente à zona histórica de Faro, ainda que sejam poucos os dados conhecidos, especialmente tendo em consideração o elevado número de áreas já intervencionadas. A cidade romana ocupou, posteriormente, o mesmo espaço, estendendo-se também para a zona menos elevada da actual cidade, constituindo, esta fase, um dos períodos mais áureos da sua história.

Além dos variados achados e notícias sobre descobertas de vestígios romanos na cidade (Rosa, 1984), as primeiras escavações efectuadas na zona histórica de que temos notícia foram realizadas em 1933, em frente à Sé de Faro, por Abel Viana, estendendo-se por uma área de cerca de 9 m². Proporcionaram a recolha de inúmeros metais e fragmentos de vidro e cerâmica, do qual se destaca o *dolium* completo presentemente exposto no Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, em Faro, além de vários fragmentos de cerâmica de cronologia medieval e romana (Viana, 1949). Ainda que não tenham sido referidos na publicação, recuperaram-se, no decurso dessa escavação, dois pratos de peixe de cerâmica de “tipo Kuass”, integráveis na forma II de Niveau. Seguiram-se outras intervenções, realizadas por M. Lyster Franco, em 1940, e por G. Lyster Franco, em 1969, das quais pouco foi publicado, exceptuando umas notícias sumárias apresentadas em jornais regionais, concretamente no “Correio do Sul”. Destas últimas, sabe-se apenas que permitiram a recolha de alguns fragmentos de *terra sigillata*, estudados posteriormente por

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

A. Pereira (2001/2002). Ainda na zona da “Vila-a-Dentro”, no local anteriormente ocupado pela Fábrica da Cerveja, foram efectuadas algumas sondagens, dirigidas pela arqueóloga da Câmara Municipal, Dra. Dália Paulo, que revelaram mais alguns vestígios da ocupação romana, concretamente cerâmica campaniense A, B e B-óide, *terra sigillata* itálica, sudgálica, hispânica e africana, ânforas itálicas tipo Dressel 1, ânforas de produção bética dos tipos Dressel 10 e 12, e ânforas de produção lusitana tipo Almagro 51, 51 C e Lusitana 7 (Paulo, 1999/2000).

Durante os anos de 2001 e 2002, foram efectuadas, em área anexa ao Museu Arqueológico de Faro, intervenções arqueológicas dirigidas pelos Dr.s Dália Paulo e Nuno Beja, no âmbito de um projecto de remodelação do Museu.



Fig. 9 – Fotografia geral das escavações efectuadas no Museu de Faro (Sondagem 1).

Essas escavações permitiram obter uma ampla estratigrafia de ocupação, que remonta desde a segunda metade do primeiro milénio

a.C. até à época contemporânea. Foram abertas duas sondagens de 8 x 4 m, totalizando a área de escavação 64 m², seguindo metodologicamente o princípio de estratigrafia de Harris (Paulo e Beja, 2002, 2003). A opção de não desmontar algumas estruturas modernas, relacionadas com o Convento de Nossa Senhora da Assunção, assim como o objectivo de deixar permanecer vestígios de ocupação de todos os períodos identificados, com vista à musealização, condicionou a continuação da escavação em profundidade. A escavação dos níveis da Idade do Ferro, depositados directamente sobre o substrato geológico, foram condicionados por esses factores, resumindo-se a pequenas extensões, como se pode observar pelos perfis da escavação. Estas condicionantes colocam fortes obstáculos a uma análise de cariz urbanístico, arquitectural e funcional da ocupação pré romana da actual cidade de Faro. Contudo, é de realçar a quantidade extraordinária de materiais cerâmicos recolhidos só em níveis da Idade do Ferro, que se aproxima dos 2000 fragmentos, sendo a área escavada tão reduzida.

Alguns dos materiais exumados no decurso destas intervenções foram já alvo de estudo, como é o caso da cerâmica grega (Barros, 2005), das ânforas pré romanas (Arruda, Bargão e Sousa, 2005) e das cerâmicas de importação de período romano (Viegas, no prelo).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

A análise deste conjunto permitiu constatar que o início da ocupação humana na zona histórica da actual cidade de Faro parece não remontar além de meados do primeiro milénio a.C. Embora não conheçamos ainda os dados provenientes de outras escavações efectuadas na área urbana da cidade de Faro, as vagas referências que existem a esse respeito, parecem não contrariar essa proposta (Arruda, Bargão e Sousa, 2005, p. 203).

Cabe ainda referir que a análise dos materiais provenientes dos níveis mais antigos da ocupação na área intervencionada não permite apontar para cronologias anteriores ao séc. III a.C., podendo recuar-se, apenas, e com algumas reservas, a finais do séc. IV a.C. Os dados que corroboram esta hipótese derivam da presença de cerâmica de “tipo Kuass” desde os primeiros níveis de ocupação, assim como de ânforas de tipo Carmona provenientes da zona da baía gaditana, cuja cronologia não é anterior ao séc. III a.C.

Contudo, exumaram-se alguns fragmentos que parecem indiciar uma ocupação ligeiramente mais antiga, concretamente os fragmentos de cerâmica ática (Barros, 2005) e de ânforas do tipo B/C 1 de Pellicer (Arruda, Bargão e Sousa, 2005, p. 184). Mesmo assim, a completa ausência de cerâmica de engobe vermelho e de cerâmica cinzenta entre os materiais exumados não permite recuar a cronologia para momentos anteriores a finais do séc. V a.C.

Anteriormente a estas escavações, já tinham sido realizadas, nas últimas décadas, alguns trabalhos arqueológicos sob a direcção de Teresa Júdice Gamito. Um deles incidiu na zona actualmente ocupada pelo edifício da Polícia Judiciária, onde se identificou, ao que parece, uma ampla estratigrafia desde a segunda metade do primeiro milénio a.C. até ao período medieval. Os materiais exumados não foram ainda publicados, referindo-se apenas a existência de “cerâmica ibérica pintada, cerâmica Ática, cerâmica campaniense, cerâmica de origem e influência púnica...” (Gamito, 1994a, p. 116). A cronologia proposta para a fase mais antiga de ocupação centrava-se no séc. V-VI a.C. (Gamito, 1994a, p. 116). Contudo, não sabemos quais os materiais que permitiram aferir tal cronologia, assim como não podemos assegurar que as cerâmicas áticas referidas tenham surgido em níveis onde materiais mais tardios, como a cerâmica de “tipo Kuass”, não se encontravam presentes, como ocorreu nas escavações realizadas, em 2001 e 2002, em área anexa ao Museu Arqueológico de Faro.

Como tal, parece que a ocupação humana sob o actual centro urbano de Faro parece ter-se iniciado em momentos já tardios da Idade do Ferro. Ainda que existam alguns vestígios que possam apontar para os meados do I milénio a.C., os dados estratigráficos

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

disponíveis até ao momento apontam, na melhor das hipóteses, para finais do séc. IV a.C. Contudo, apenas futuras escavações na zona ou a publicação de dados inéditos de outras escavações poderão confirmar, ou não, esta possibilidade.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

4. A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e Faro

4.1. Composição da amostra

A base deste estudo é composta pela totalidade dos fragmentos de cerâmica de “tipo Kuass” exumados no decorrer de intervenções arqueológicas efectuadas no sítio do Castelo de Castro Marim e na área do actual Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, em Faro. O número de exemplares totaliza os 569 fragmentos, correspondendo a 362 NMI. A quantidade mais significativa destes materiais, 448 fragmentos (258 NMI), é procedente de Faro, enquanto que apenas 125 fragmentos (104 NMI) são oriundos do Castelo de Castro Marim.

Do conjunto total de exemplares, 384 são fragmentos aos quais foi possível atribuir uma classificação formal. Destes, 280 fragmentos pertencem ao espólio de Faro e os restantes 104 ao Castelo de Castro Marim.

Alguns dos exemplares presentemente analisados já foram referidos em outras publicações. É o caso de parte do espólio da cerâmica de “tipo Kuass” exumada no Castelo de Castro Marim (concretamente seis fragmentos da forma II-A e dois fragmentos da forma IX-A) e de algum dos materiais cerâmicos associados a esses exemplares (Arruda, 1997, 1999-2000, 2000, 2001). O mesmo ocorre com a maioria do espólio anfórico exumado em Faro (Arruda, Bargão e Sousa, 2005).

A importância do estudo destes materiais reflecte-se em vários aspectos. Em primeiro lugar, o facto de, ao contrário de outras produções, se tratar de uma categoria cerâmica cuja individualização foi apenas recentemente reconhecida impõe uma maior divulgação dos dados até ao momento adquiridos sobre as suas principais características, especialmente no âmbito do território nacional. Embora a sua dispersão incida principalmente no actual território algarvio não é muito raro, como demonstraremos posteriormente, aparecer em sítios arqueológicos do restante território actualmente português, particularmente na sua zona sul. Por outro lado, a sua especificidade cronológica pode, certamente, auxiliar na datação de um momento cronológico geralmente pouco característico ao nível da restante cultura material.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

É também de salientar que o reconhecimento da sua presença em contextos arqueológicos preservados, como ocorre em Faro e no Castelo de Castro Marim, possibilita alguma extrapolação de dados de natureza essencialmente cronológica para os conjuntos artefactuais que a acompanham, ainda que, como iremos referir adiante, estes últimos tenham de ser manuseados com alguma prudência.

Ao conjunto da cerâmica de “tipo Kuass” acrescentamos, assim os exemplares de cerâmica comum, cerâmica manual e contentores anfóricos que surgem associados, nos níveis datados, grosso modo, entre finais do séc. IV e inícios do séc. II a.C. Não é nossa intenção criar qualquer espécie de quadro tipológico ou funcional destes materiais mas apenas poder caracterizar, ao nível da cultura material, todo um momento cronológico, ainda que este aparente ser apenas aplicável, na sua totalidade, ao território algarvio.

4.2. Metodologia, critérios de quantificação e questões prévias

A análise do espólio artefactual passou por diversas fases, concretamente o estudo das pastas dos exemplares, desenho, tintagem, classificação dos materiais e sua quantificação.

O estudo das características das pastas dos fragmentos de cerâmica de “tipo Kuass” foi efectuado, numa primeira fase, macroscopicamente, recorrendo à utilização de uma lupa de 15 aumentos para a identificação e caracterização dos elementos não plásticos. Foram distinguidos vários grupos, dentro dos quais, quando necessário, se efectuou a divisão em fabricos. Os critérios seguidos na sua descrição foram os propostos por Steinstra (1986). Na referência às tonalidades de pastas e engobes utilizámos o código de Munsell, Soil Color Charts (1998). Posteriormente e graças à disponibilidade do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, tivemos oportunidade documentar fotograficamente as pastas, recorrendo a uma lupa binocular, o que possibilitou incluir também esses dados no capítulo correspondente.

A tipologia utilizada para a classificação das cerâmicas de “tipo Kuass” presentemente estudadas foi a elaborada por A. M. Niveau de Villedary y Mariñas (2003a). Além de constituir um trabalho recente, tem o crédito de ser a primeira elaborada especificamente para estas produções, analisando uma série de questões e de detalhes inexistentes, até então, nas tipologias aplicáveis às cerâmicas de “verniz negro”. Tem

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

também o crédito de ser facilmente aplicável no estudo de um conjunto fragmentário, tendo em conta os dados exaustivos que apresenta quer ao nível das características e das dimensões das formas estabelecidas, quer no que se refere ao estudo detalhado dos fragmentos de fundo e das decorações. Contudo, para alguns exemplares mais tardios, já em período romano republicano, optámos por utilizar a tipologia de J. P. Morel (1981), uma vez que se tratam de formas passam a imitar os protótipos da cerâmica tipo campaniense.

A quantificação dos materiais procurou seguir a análise do número mínimo de indivíduos (NMI), segundo o protocolo estabelecido na mesa redonda realizada em Mont Beauvray (Arcelin e Tuffreau-Libre, 1998). Realizou-se previamente uma separação dos fragmentos em grupos de fabricos, seleccionando-se posteriormente os exemplares que permitiam uma classificação formal. Dentro desse grupo, o NMI foi estabelecido de acordo com o elemento caracterizador mais abundante que, dentro de cada unidade estratigráfica e de cada grupo de fabrico, possibilitava o reconhecimento da forma. O mesmo método foi aplicado à análise do espólio artefactual coetâneo dos níveis conservados da Idade do Ferro, onde se encontram associados a cerâmicas de “tipo Kuass”. Optámos por este critério de quantificação de forma a podermos comparar percentualmente a cerâmica de “tipo Kuass”, a cerâmica comum, a cerâmica manual e os contentores anfóricos aos quais se encontra estratigraficamente associada, o que permite também uma análise comparativa entre os espólios dos sítios analisados. Assim, todos os gráficos apresentados, quer ao nível da distribuição das formas quer dos grupos de fabrico estabelecidos, têm por base a quantificação prévia do NMI.

Em relação aos materiais cerâmicos de níveis da Idade do Ferro, associados, estratigraficamente, às produções de “tipo Kuass”, tomámos a opção de representar graficamente todos os tipos formais, seleccionando dentro destes os exemplares que proporcionavam um perfil mais completo. O catálogo dos materiais é apresentado em anexo.

A classificação formal da cerâmica comum e manual foi, naturalmente, dificultada pela escassez de ensaios tipológicos sobre esses materiais, para o período cronológico em questão. Contudo, a existência de várias publicações de espólios artefactuais de outros sítios, com culturas materiais e momentos de ocupação semelhantes, permitiu-nos classificar a nível formal e funcional a grande maioria dos recipientes analisados. Ao nível da análise dos contentores anfóricos estas questões já não se colocaram tão acentuadamente, uma vez que os seus tipos morfológicos e até principais conteúdos estão, em muitos casos, já bem documentados. Ainda que utilizemos as designações mais usuais para cada forma, fazemos a

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

sua correspondência, no capítulo correspondente, com os tipos definidos por Ramón Torres (1995).

É necessário fazer ainda uma última referência sobre o método escolhido para a análise aqui efectuada aos contextos. Dentro dos faseamentos da Idade do Ferro definidos tanto no Castelo de Castro Marim como em Faro, seleccionámos as unidades estratigráficas mais recentes onde surgiam associados exemplares de cerâmica de “tipo Kuass”. A escassa presença de materiais cerâmicos, em algumas destas unidades, ainda que sem dúvida pertencentes ao mesmo momento cronológico, fez-nos optar por englobar todos os níveis seleccionados numa mesma “fase”, de forma a estudar o máximo de informação disponível. Naturalmente, neste âmbito, apenas os exemplares de cerâmica de “tipo Kuass” recolhidos nas unidades estratigráficas seleccionadas são considerados na análise comparativa da presença das várias categorias cerâmicas.

Temos consciência que este tipo de abordagem pode gerar alguma confusão, uma vez que a cerâmica de “tipo Kuass” é analisada na sua totalidade, sendo pouco claro quais os exemplares recolhidos em contexto. Para tentar compensar este facto, optámos por ordenar as estampas desses materiais com a seguinte ordem. Em primeiro lugar, apresentamos os exemplares de cerâmica de “tipo Kuass” recolhidos em contextos primário no Castelo de Castro Marim (Estampa X a Estampa XII), seguidos os de contextos revolvidos ou recolhas de superfície (Estampa XIII a Estampa XVIII). Em relação a Faro, inclui-se apenas mais um elemento. Seguidamente às cerâmicas de “tipo Kuass” recolhidas em níveis da Idade do Ferro (Estampa XIX a Estampa XXVI), surgem os exemplares recolhidos em níveis romano-republicanos (Estampa XXVII a Estampa XXIX), e só depois os descontextualizados (Estampa XXX a Estampa XL).

4.3. Grupos de fabrico estabelecidos para a cerâmica de “tipo Kuass”

4.3.1. Grupo I

O Grupo I engloba dois fabricos de pastas mediamente depuradas, de textura esponjosa. Os elementos não plásticos têm uma frequência de cerca de 20% e são, maioritariamente, de formato sub-arredondado.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Neste grupo integram-se 171 exemplares (124 NMI). Destes, 62 exemplares (47 NMI) pertencem ao conjunto do Castelo de Castro Marim e os restantes 109 exemplares (77 NMI) ao de Faro.

4.3.1.1. Fabrico I A

O fabrico I A apresenta pastas não calcárias, cozidas em modo A, de tonalidade alaranjada (varia entre a cor Munsell 10 YR 6/4 e 5 YR 5/6). Os elementos não plásticos identificados macroscopicamente resumem-se a partículas abundantes de plagioclase de grande dimensão, várias micas e biotites, estando estas últimas



Fig. 10 – Fotografia da pasta do grupo I, fabrico I-A.

concentradas nos fragmentos de fundo, ambas de pequena dimensão, vários elementos de quartzo de média dimensão, alguns elementos ferruginosos de pequena e média dimensão e poucas calcites, de média dimensão.

O engobe da maioria dos exemplares é espesso, estalado, pouco aderente e heterogéneo, oscilando a sua coloração entre o vermelho e o castanho (entre a cor Munsell 2.5 YR 5/6 e 10 R 4/6).

Neste fabrico integram-se 145 exemplares (103 NMI). Destes, 53 exemplares (39 NMI) pertencem ao conjunto do Castelo de Castro Marim e os restantes 92 exemplares (64 NMI) ao de Faro.

4.3.1.2. Fabrico I B

O fabrico I B inclui pastas não calcárias, cozidas em modo B, de tom acinzentado (varia entre a cor Munsell 10 YR 6/3 e 10 YR 6/2). Os elementos não plásticos identificados macroscopicamente resumem-se a partículas abundantes de plagioclase de grande dimensão,

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

frequentes partículas de micas de pequena dimensão, vários elementos de quartzo de média dimensão, alguma calcite de média dimensão e raros elementos ferruginosos de pequena e média dimensão.

O engobe apresenta também tonalidades mais escuras, variando entre o castanho-escuro e o cinzento (Munsell 5 YR 4/3 e 10 YR 4/1), sendo as suas restantes características idênticas às descritas no caso do fabrico I A.

Neste fabrico integram-se 26 exemplares (21 NMI). Destes, 9 exemplares (8 NMI) pertencem ao conjunto do Castelo de Castro Marim e os restantes 17 exemplares (13 NMI) ao de Faro.

4.3.2. Grupo II

O fabrico II apresenta pastas não calcárias, cozidas em modo A, bem depuradas (entre 3% e 5% de elementos não plásticos), duras e muito compactas. A sua tonalidade varia entre o alaranjado e o cinzento claro (entre a cor Munsell 5 YR 6/6 e 7.5 YR 5/3). Os elementos não plásticos que pudemos identificar



Fig. 12 – Fotografia da pasta do grupo II.

macroscopicamente resumem-se a partículas abundantes de mica de pequena dimensão, várias calcites de média dimensão, algumas biotites, concentradas geralmente nos exemplares de fundo, de pequena dimensão, poucos elementos de quartzo de média dimensão, poucos elementos ferruginosos de pequena e média dimensão e raras partículas de plagioclase de grande dimensão.

O engobe é fino, homogêneo e aderente, apresentando uma cor predominantemente avermelhada (varia entre a cor Munsell 2.5 YR 4/6 e 2.5 YR 4/4).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Neste grupo integram-se 47 exemplares (34 NMI). Destes, 32 exemplares (27 NMI) pertencem ao conjunto do Castelo de Castro Marim e os restantes 15 exemplares (7 NMI) ao de Faro.

4.3.3. Grupo III

O Grupo III engloba dois fabricos de pastas mediamente compactas e depuradas. Os elementos não plásticos têm uma frequência entre 5 e 10% e são de formato sub-arredondado e sub-anguloso.

Neste grupo integram-se 230 exemplares (133 NMI). Destes, 20 exemplares (19 NMI) pertencem ao conjunto do Castelo de Castro Marim e os restantes 210 exemplares (114 NMI) ao de Faro.

4.3.3.1. Fabrico III A

O fabrico III A engloba pastas calcárias, cozidas em modo A, com colorações que variam entre o amarelo alaranjado e o amarelo (entre a cor Munsell 7.5 YR 6/4 e 5 YR 6/6). Os elementos não plásticos identificados macroscopicamente resumem-se a partículas abundantes de plagioclase de grande dimensão, algumas calcites



Fig. 13 – Fotografia da pasta do grupo III, fabrico III-A.

de média dimensão, alguns elementos de quartzo de média dimensão, poucas partículas de mica de pequena dimensão, raros elementos ferruginosos de pequena e média dimensão, raras biotites, de pequena dimensão, concentradas principalmente nos exemplares de fundo, e muito raras partículas de moscovite, de pequena dimensão.

O engobe é pouco homogéneo, ligeiramente estalado e apresenta tonalidades predominantemente avermelhadas (varia entre a cor Munsell 2.5 YR 4/6 e 7.5 YR 3/2).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Neste fabrico integram-se 92 exemplares (127 NMI). Destes, 13 exemplares (13 NMI) pertencem ao conjunto do Castelo de Castro Marim e os restantes 79 exemplares (114 NMI) ao de Faro.

4.3.3.2. Fabrico III B

O fabrico III B inclui pastas calcárias, cozidas em modo A, de tonalidade amarelada (varia entre a cor Munsell 10 YR 7/4 e 7.5 YR 6/4). Os elementos não plásticos identificados macroscopicamente resumem-se a algumas partículas de plagioclase de grande dimensão, algumas calcites de média dimensão, poucas partículas de mica de pequena dimensão, poucos elementos de quartzo de média dimensão, poucos elementos ferruginosos de pequena e média dimensão e raras partículas de biotite, de pequena dimensão, e concentradas predominantemente, nos exemplares de fundo.

O engobe apresenta-se também estalado, sendo pouco homogéneo, e de coloração cinzenta escura (varia entre a cor Munsell 5 YR 4/4 e 2.5 Y 4/1), com ocasionais manchas avermelhadas.



Fig. 14 – Fotografia da pasta do grupo III, fabrico III-B.

Neste grupo integram-se 138 exemplares (77 NMI). Destes, 7 exemplares (6 NMI) pertencem ao conjunto do Castelo de Castro Marim e os restantes 131 exemplares (71 NMI) ao de Faro.

4.3.4. Grupo IV

O grupo IV apresenta pastas não calcárias, cozidas em modo A, escassamente depuradas, de dureza média e de textura algo esponjosa. Os elementos não plásticos têm uma frequência de cerca de 20%, sendo, contudo de maior dimensão, e de formato sub-arredondado, sub-anguloso e anguloso. A tonalidade das pastas oscila entre o laranja

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

avermelhado e o vermelho (varia entre a cor Munsell 5/6 e 5/8 2.5 YR). Os elementos não plásticos identificados macroscopicamente resumem-se a frequentes partículas de plagioclase de grande dimensão, frequentes calcites de média dimensão, poucas partículas de mica de pequena dimensão, poucos elementos ferruginosos de pequena e média dimensão, poucas partículas de biotite de pequena dimensão, principalmente concentradas nos exemplares de fundo, e raros elementos de quartzo de média dimensão.



Fig. 15 – Fotografia da pasta do grupo IV.

O engobe dos exemplares apresenta uma espessura entre o grau médio e fino, sendo pouco homogéneo e ligeiramente estalado. A sua coloração varia entre o vermelho acastanhado (Munsell 5/4 2.5 Y.R) e o castanho escuro (3/1 2.5 Y.R).

Neste grupo integram-se 124 exemplares (72 NMI). Destes, 11 exemplares (11 NMI) pertencem ao conjunto do Castelo de Castro Marim e os restantes 113 exemplares (61 NMI) ao de Faro.

4.3.5. Grupo V

O grupo V engloba pastas calcárias, cozidas em modo A, depuradas, duras e mediamente compactas. Os elementos não plásticos apresentam uma frequência entre 5% e 10%, sendo de pequena dimensão e de formato sub-anguloso. A tonalidade das pastas é cinzenta clara (Munsell 7/2 5Y). Os elementos não plásticos identificados macroscopicamente foram algumas partículas de plagioclase de média dimensão e algumas partículas de mica de pequena dimensão.



Fig. 16 – Fotografia da pasta do grupo V.

O engobe é de espessura média, homogéneo e aderente. A sua coloração é cinzenta escura (Munsell 2.5/1 5Y).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Neste grupo integra-se um único exemplar (1 NMI), proveniente de Faro.

4.3.6. Análise e discussão

Os grupos de fabrico anteriormente definidos são baseados, essencialmente, em análises macroscópicas e a sua adscrição a áreas de produções, ainda que alargadas, não são, naturalmente, conclusivas. Fragmentos de alguns dos exemplares foram enviados para o Instituto Tecnológico e Nuclear, de forma a realizar análises químicas, ao abrigo do projecto «Castro Marim e o seu território imediato durante a Antiguidade». Infelizmente, o resultado das análises não foi realizado atempadamente de forma que os resultados pudessem ser incluídos neste estudo.

A comparação dos dados provenientes das análises macroscópicas dos exemplares de cerâmica de “tipo Kuass” recolhidos em Faro e no Castelo de Castro Marim com as descrições publicadas de outros conjuntos de materiais resulta numa abordagem bastante problemática. Os critérios de descrição raramente são idênticos e a referência a um catálogo universal de cores, como é o caso do de Munsell, é uma ocorrência bastante rara.

Contudo, aventuramo-nos a propor algumas origens possíveis para os grupos definidos, baseando-nos na visualização de exemplares de cerâmica de “tipo Kuass” de outros locais e ainda nas descrições dos mesmos realizadas em outras publicações.

Parece-nos provável que os grupos designados de I, II e III tenham uma origem possivelmente localizada, genericamente, na zona de Cádiz, ainda que em áreas distintas. Em descrições efectuadas sobre as pastas das cerâmicas de “tipo Kuass” de Castillo de Doña Blanca e Las Cumbres, parece possível estabelecer uma relação entre o seu Tipo 1 de fabrico, que engloba pastas de qualidade, bastante depuradas, com inclusões de pequeno tamanho de calcites e micas, e ocasionalmente núcleos de calcites de maior tamanho, de coloração, geralmente, vermelha-alaranjada, fractura irregular e textura escamosa e pouco consistente (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 140 a p. 141), com o que designámos também de Grupo 1. O seu Tipo 2 engloba as peças de maior qualidade, de fracturas regulares, apresentando uma pasta muito depurada, dura, resistente, com alguma sonoridade metálica, de coloração que varia entre o avermelhado e o rosa-acastanhado (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 140 a p. 141). Este fabrico parece corresponder também ao nosso grupo II. As pastas do Tipo 3, 4 e 7 apresentam exemplares de pior qualidade, sendo

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

mais porosas e menos depuradas e compactas, de colorações mais escuras e pouco uniformes, variando entre o amarelo-esverdeado, o alaranjado e o acastanhado, características de uma cozedura defeituosa a temperaturas baixas (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 140 a p. 141). Poderão, eventualmente, corresponder ao nosso grupo III. A este último, pela característica das pastas, poderá ser uma produção da baía de Cádiz, enquanto que os dois anteriores poderão corresponder a uma produção de zonas mais interiores.

Em relação ao grupo IV, a questão torna-se mais complexa. Ainda que sem grandes certezas, a abundância de calcites identificada macroscopicamente nas pastas dos exemplares que compõem o grupo poderão indicar uma origem norte africana, possivelmente do centro de Kuass, considerando as características dos fragmentos aí exumados (Kbiri Aloui, no prelo).

Resta um grupo de fabrico, o grupo V, para o qual não foi possível propor qualquer origem. Contudo, produções de idênticas características foram identificadas na baía gaditana (Ventura Martínez, 2000, p. 185), em sítios como Pery Junquera (Niveau de Villedary y Mariñas, 2004, p. 687), e na costa norte africana, concretamente em *Lixus*, sendo aqui integrado no grupo designado de “imitações de verniz negro e imitações “en gris” (Aranegui Gascó, 2005, p. 90). Produções com estas características parecem surgir apenas em momentos tardios, grosso modo a partir do séc. II a.C., parecendo sofrer grandes influências das características da cerâmica campaniense.

Nas primeiras publicações efectuadas relativamente à cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim, pensava-se, até porque se desconhecia, em grande parte, os dados hoje disponíveis sobre uma provável existência de centros de produção destas cerâmicas na zona gaditana, que os exemplares recolhidos no sítio algarvio eram provenientes da área norte africana, concretamente de Kuass, sendo este o local onde o seu fabrico se encontrava atestado. Contudo, não se excluía totalmente a hipótese de um fabrico gaditano (Arruda, 1999-2000, p. 49, 2000, p. 729-730, 2001, p. 79 e p. 81).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

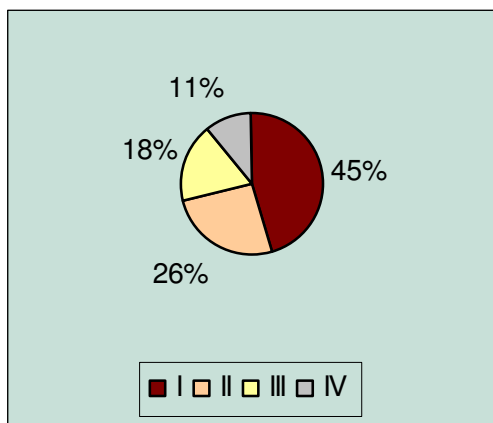


Fig. 17 – Distribuição dos grupos de fabrico da cerâmica de “tipo Kuass” exumada no Castelo de Castro Marim.

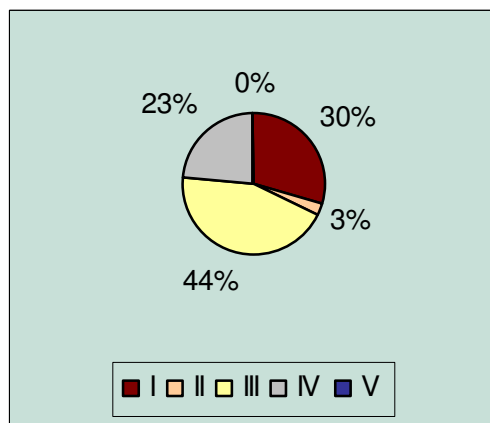


Fig. 18 – Distribuição dos grupos de fabrico da cerâmica de “tipo Kuass” exumada em Faro.

A análise comparativa entre as percentagens de cada grupo nos dois sítios algarvios presentemente estudados indica, genericamente, uma presença predominante das produções supostamente provenientes da zona gaditana. No Castelo de Castro Marim, essas produções (grupos I, II e III) atingem 89% do conjunto, sendo os restantes 11% de origem indeterminada, ainda que possam ser provenientes de centros da costa marroquina. Em Faro, as supostas produções de Cádiz representam 77% da totalidade do conjunto de cerâmica de “tipo Kuass”, seguindo-se, de forma também expressiva, o grupo IV, de possível origem norte africana, com 23%. O grupo V, de origem indeterminada, com um único fragmento, não é representativo no conjunto. Gostaríamos, contudo, de assinalar a presença expressiva de exemplares do grupo II no Castelo de Castro Marim, que engloba os exemplares de melhor qualidade.

4.4. Formas

4.4.1. Forma I

A forma I de Niveau de Villedary y Mariñas corresponde aos genericamente designados “pratos de bordo moldurado”. Trata-se de formas abertas, largas e baixas, que se caracterizam por apresentar uma série de caneluras e/ou protuberâncias no seu perfil, geralmente concentradas na zona do bordo. O diâmetro de bordo desta forma oscila entre os 198 e os 225 mm. O único exemplar de perfil completo recolhido nas escavações do Castillo de Doña Blanca possui uma altura de 36 mm e o seu diâmetro de fundo é de 97 mm. Não é certo que se trate de uma forma em que tenha sido aplicada decoração estampilhada. A evolução desta forma parece caracterizar-se, em linhas gerais, pela diminuição do diâmetro de fundo e pela simplificação dos perfis, perdendo grande parte das caneluras e protuberâncias. Os bordos adquirem uma secção amendoada, ao invés da angulosa dos inícios da produção (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 44 e p. 187).

A origem desta forma constitui ainda uma incógnita. A. M. Niveau de Villedary y Mariñas propôs (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 44) uma influência derivada dos “thickened edge plate” e dos “rilled rim plates” identificados na Agora de Atenas (Sparkes e Talcott, 1970), atendendo às especificidades dos perfis do bordo, não sendo de excluir também uma influência etrusca, dada a semelhança com as formas da série 1114 e 1116 de Morel (1981), no que diz respeito à forma geral do prato (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 44 a p. 46 e p. 159). Contudo, é algo difícil visualizar esta influência, e mesmo a origem do protótipo, quando se comparam os perfis das formas em questão, e mais ainda quando tais formas são, de certa forma, raras nos contextos dos finais da Idade do Ferro na Península Ibérica. Parece, assim, ser também admissível considerar a possibilidade de se tratar de uma forma que evidencia alguma originalidade no repertório formal das produções de “tipo Kuass”.

Trata-se de um tipo formal raro no conjunto das produções de “tipo Kuass”, tendo sido documentado, até ao momento, apenas em Castillo de Doña Blanca (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 44) e na necrópole de Cádiz (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003b, p. 11 – fig. 8, n.º 1).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

A. M. Niveau de Villedary y Mariñas propôs, recentemente, que a produção e utilização deste protótipo se relaciona, principalmente, com contextos de tipo ritual, de acordo com alguns dados auferidos dos resultados de escavações realizadas na zona da necrópole de Cádiz (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 44; 2003b, p. 12).

No Castelo de Castro Marim, identificaram-se dois exemplares (2 NMI) passíveis de integração nesta forma (Est. X, n.º 1; Est. XIII, n.º 28), o que corresponde a 2% do conjunto de cerâmica de “tipo Kuass” do sítio. Ambos se integram no tipo I-B-2 estabelecido por Niveau de Villedary y Mariñas, que se caracteriza por apresentar bordos de secção triangular, de tendência mais vertical em relação às restantes variantes (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 44).

As pastas de ambos os exemplares pertencem ao que foi designado por grupo II, caracterizado por uma das produções de maior qualidade detectadas na cerâmica de “tipo Kuass”.

Em Faro não se documentaram exemplares pertencentes a esta forma.

4.4.2. Forma II

A forma II de A. M. Niveau de Villedary y Mariñas engloba os tradicionalmente denominados “pratos de peixe”. Esta designação deriva do facto de nas produções áticas, alguns dos exemplares desta forma ostentarem uma decoração de figuras vermelhas baseada em motivos piscícolas, concretamente peixes e cefalópodes. Para além deste facto consiste, deste a sua origem, uma forma destinada ao consumo desse tipo de alimentos (Lamboglia, 1952, p. 172; Sparkes e Talcott, 1970, p. 147; Morel, 1981, p. 82; Arruda, 1997, p. 134). Correspondem à forma 23 de Lamboglia (1952) e à espécie 1120 de Morel (1981). Trata-se de formas abertas, largas e baixas, de paredes com tendência horizontal, que apresentam um bordo pendente, uma depressão central interna e pés anulares. O diâmetro de bordo varia entre os 160 mm e os 220 mm, situando-se a maioria dos exemplares entre os 180 mm e os 200 mm. O diâmetro de fundo oscila entre os 70 mm e os 110 mm, sendo a média de 85 mm. A altura média da forma II encontra-se nos 38 mm, podendo variar entre os 32 mm e os 45 mm. Não existe, até ao momento, nenhum exemplar com decoração estampilhada. A evolução desta forma, pouco marcada, caracteriza-se, essencialmente, pelo estreitamento das bases, pelo alargamento do lábio, e pela perda das caneluras junto ao bordo e rodeando a

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

depressão central, depressão essa que vai adquirindo também mais profundidade (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 46 a p. 48 e p. 187).

Trata-se de um protótipo formal amplamente difundido pelo Mediterrâneo a partir da segunda metade do primeiro milénio a.C. e encontra-se bem documentado em cerâmica ática, pintada ou não, na Ágora de Atenas em níveis datados a partir de finais do séc. V a.C. (Sparkes e Talcott, 1970, p. 147). Relativamente à sua origem, alguns investigadores admitem a possibilidade de uma convergência entre alguns tipos formais da cerâmica de engobe vermelho de bordo largo e aplanado e pratos de cerâmica ática anteriores (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 53). Funcionalmente, as características morfológicas, aliadas aos motivos que por vezes decoram os exemplares deste tipo cerâmico, parecem estar associadas ao consumo de peixe e preparados piscícolas, sendo a depressão central, possivelmente, utilizada para escoamento ou para conter alguma espécie de molhos (Sparkes e Talcott, 1970, p. 147; Aranegui Gascó, 1996, p. 401). Também a sua presença frequente em contextos de habitat, paralelamente à sua escassez nos de necrópole indica que esta forma teria um uso eminentemente quotidiano (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 55).

A forma II de Niveau de Villedary y Mariñas é, sem dúvida, o tipo mais frequente em contextos ocidentais onde se identifica a presença de cerâmica de “tipo Kuass”, desde La Tiñosa (Belén e Fernandez-Miranda, 1978, p. 218 – fig. 11, n.º 19), Castillo de Doña Blana, Las Cumbres (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a), na necrópole de Cádiz (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003b, p. 12), Pery Junquera (Niveau de Villedary y Mariñas, 2004, p. 682 – fig. 2, n.º 1), Cerro Naranja (Gonzalez Rodriguez, 1985, p. 94 – fig. 5, n.º 24), Mesas de Asta (González Rodríguez, Barrionuevo Contreras e Aguilar Moya, 1997, p. 265 – Lam. 3, n.º 25 e p. 266 – Lam. 4, n.º 33), Gorham’s Cave (Belén e Pérez, 2000, p. 533 - fig. 5, n.º 8, n.º 11-12), Málaga (Gran-Aymerich, 1991, p. 277 – n.º 8-11), *Lixus* (Aranegui Gascó, 2001, p. 53 – fig. 1, n.º 3, 2005, p. 89 - fig. 2, n.º 5), Zilil (*apud in* López Pardo, 1990, p. 22 – fig. 7, c), Kuass (Ponsich, 1969, p. 64 – fig. 3; Aranegui et al., 2000, p. 20 – n.º 1), Mértola (Rego, Guerrero e Gómez, 1996, p. 132 – n.º 14-15) e Santiago do Cacém (Soares e Tavares da Silva, 1979, p. 183 – n.º 57).

Recentemente, A. M. Niveau de Villedary y Mariñas estabeleceu uma série de variantes para esta forma tendo em consideração as diferenças observáveis quer nos exemplares de perfil completo quer nos fragmentos de bordo e de fundo (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 48 a p. 55). Contudo, as variantes apresentadas parecem ser pouco significativas tanto ao nível do seu âmbito cronológico como da caracterização de

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

produções diferenciadas. Apenas em alguns casos é possível constatar um carácter mais arcaizante da produção, concretamente em alguns tipos de fundo. As diferenciações estabelecidas para os perfis completos foram, no caso concreto dos materiais aqui estudados, de pouca utilidade, uma vez que a combinação das variantes de bordo e fundo nos nossos exemplares completos não correspondem às dos tipos estabelecidos por Niveau de Villedary y Mariñas, pelo que optámos por excluir, no presente trabalho, as características que definem cada Tipo. Contudo, no que diz respeito às restantes diferenciações, e por se tratar da única tipologia que contempla concretamente as produções de “tipo Kuass”, escolhemos por seguir os critérios aí definidos. Optámos ainda por diferenciar previamente as variantes de bordo e de fundo presentes no conjunto aqui estudado para evitar a repetição da sua descrição e tornar mais clara a leitura.

Em primeiro lugar, estabelece-se uma distinção entre os fragmentos de bordo que apresentam ou não uma canelura na zona do bordo. Os primeiros foram intitulados de Tipo II-A, enquanto que os segundos foram designados, genericamente, por Tipo II.

Dentro dos exemplares de Tipo II-A, A. M. Niveau de Villedary y Mariñas estabeleceu três tipos de bordo. O Tipo 1 caracteriza-se pela tendência vertical do lábio, subdividindo-o em quatro variantes. Na variante 1-a foram englobados os fragmentos que apresentam uma terminação do lábio em bico; na variante 1-b os que apresentam um lábio arredondado; na variante 1-c os que apresentam um lábio curto; na variante 1-d os exemplares cujo lábio apresenta uma tendência reentrante. O Tipo 2 caracteriza-se pela tendência esvasada do lábio, distinguindo-se aqui apenas três variantes. A variante 2-a corresponde a lábios com a terminação em bico; a variante 2-b a lábios arredondados; a variante 2-c a lábios curtos. O Tipo 3 engloba lábios de tendência côncava, apresentando duas variantes. A variante 3-a inclui lábios de terminação em bico; a variante 3-b lábios arredondados (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 49).

No âmbito dos fragmentos de bordo da forma II que não apresentam a canelura no bordo, distinguiram-se também três tipos. O Tipo 1 caracteriza-se por lábios de tendência vertical, sendo subdividido em três variantes. A variante 1-a engloba lábios de terminação em bico; a variante 1-b lábios arredondados; a variante 1-c bordos curtos. O Tipo 2 caracteriza-se pela tendência esvasada do lábio, distinguindo-se outras três variantes. A variante 2-a corresponde a lábios de terminação em bico; a variante 2-b a lábios de perfil arredondado; a variante 2-c a lábios curtos. O Tipo 3 engloba lábios de tendência côncava, apresentando três variantes. A variante 3-a inclui lábios de terminação em bico; a variante 3-

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

b lábios arredondados; a variante 3-c lábios curtos (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 49-51).

Também no que concerne aos fundos da forma II, a investigadora elaborou uma tipologia, distinguindo cinco tipos. O Tipo 1 engloba os pés de tipo “garra de leão”, característicos dos protótipos de cerâmica ática. Trata-se de pés anulares, de perfil esvasado, com a depressão central bem marcada na secção externa. Podem apresentar três variantes. A variante 1-a é assinalada por uma canelura na zona de repouso; a variante 1-b por uma incisão na mesma zona; a variante 1-c engloba zonas de repouso lisas. O Tipo 2 caracteriza-se por pés anulares de perfil recto, e não apresenta variantes. O Tipo 3 corresponde a pés de perfil arredondado, sendo estes os mais frequentes. Foi subdividido em seis variantes. A variante 3-a apresenta pés em dupla curva convexa-côncava; a variante 3-b pés com um suave perfil em “S”; a variante 3-c pés de perfil côncavo, onde a curva superior se reduz, formando uma espécie de canelura; a variante 3-d pés de perfil convexo, onde a curva superior se alarga marcando a quase totalidade do perfil do pé; a variante 3-e engloba pés de perfil semelhante aos da variante 3-a, apresentando contudo uma incisão na zona de repouso; a variante 3-f pés de perfil moldurado, caracterizados pela presença de uma série de caneluras e incisões na zona de repouso e no perfil externo. O Tipo 4 engloba pés anulares, de perfil recto, separados da parede do prato por uma canelura bem assinalada. Por último, o Tipo 5 caracteriza-se por pés anulares, de perfil biselado na zona da base (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 51-52).

No Castelo de Castro Marim, identificaram-se 33 fragmentos integráveis nesta forma (31 NMI), o que corresponde a 30% do conjunto. Destes, 22 exemplares foram passíveis de reconstituição gráfica. Os restantes foram apenas catalogados na forma II-A dado tratarem-se de pequenos fragmentos que, contudo, apresentavam o sulco característico junto ao bordo.

A quase totalidade de fragmentos de bordo representados insere-se na variante II-A. Neste grupo, nove fragmentos (Est. X, n.º 2 a n.º 5; Est. XI, n.º 6 a n.º 7; Est. XIII, n.º 29 a n.º 31) integram-se na variante de bordo 2-b. Destes, quatro exemplares apresentam o perfil completo, cujos fundos se distribuem pelas variantes 2 (Est. X, n.º 3), 3-b (Est. X, n.º 2) e 3-e (Est. X, n.º 4 e n.º 5). Como já foi referido, estes exemplares de perfil completo não puderam ser integrados nas variantes estabelecidas, dada a incompatibilidade entre os tipos de bordo e os tipos de fundo, que não foram contempladas na tipologia elaborada por Niveau de Villedary y Mariñas (2003a), possivelmente devido à inexistência, até ao momento, no Castillo de Doña Blanca e em Las Cumbres, de exemplares completos com características

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

idênticas aos exumados no Castelo de Castro Marim. Cinco outros exemplares apresentam um bordo análogo aos apresentados na variante 3-a (Est. XI, n.º 8; Est. XIII, n.º 32 a n.º 35).

Quanto aos bordos sem canelura na sua zona superior, apenas dois exemplares foram recolhidos no Castelo de Castro Marim (Est. XIV, n.º 36 e n.º 37). Pertencem ao Tipo 2-b definido por Niveau de Villedary y Mariñas e caracteriza-se pela tendência esvasada e pelo bordo arredondado (2003a, p. 49).

Seis fragmentos de fundo foram passíveis também de serem incluídos na forma II. Um deles (Est. XI, n.º 9) foi englobado no Tipo 1, variante 1-c. Um outro fragmento (Est. XIV, n.º 39) integra-se nos fundos de Tipo 3, na variante 3-a, e quatro outros (Est. XIV, n.º 40 a n.º 43) na variante 3-b.

As pastas do conjunto total de exemplares integráveis nesta forma distribuem-se pelo grupo I-A (13 fragmentos), I-B (sete fragmentos), III-A (quatro fragmentos), III-B (quatro fragmentos) e IV (cinco fragmentos).

Em Faro, documentaram-se 153 exemplares (133 NMI) pertencentes à forma II, o que corresponde a 53 % do conjunto. Destes, 100 fragmentos foram passíveis de representação gráfica. Dos 39 fragmentos que puderam ser adscritos à forma II-A, 33 foram objecto de reconstituição gráfica. Os restantes consistiam em fragmentos de bordo/lábio nos quais se podia observar a canelura típica junto à zona do bordo. Um único fragmento (Est. XIX, n.º 94) pode ser incluído nos bordos de tipo 1-a definido por Niveau de Villedary y Mariñas. Um outro fragmento (Est. XIX, n.º 95) foi passível de ser adscrito aos bordos de tipo 1-b. Outros 11 fragmentos (Est. XIX, n.º 96 a n.º 102; Est. XXX, n.º 211 a n.º 214) foram englobados nos bordos de tipo 2-a. Dez fragmentos (Est. XX, n.º 103 a n.º 109; Est. XXVII, n.º 179; Est. XXX, n.º 215 e n.º 216) parecem corresponder aos bordos de tipo 2-b. Cinco fragmentos (Est. XX, n.º 110 e n.º 111; Est. XXI, n.º 112 e n.º 113; Est. XXXIII, n.º 243) inserem-se nos bordos de tipo 2-c. Cinco exemplares (Est. XXI, n.º 114 a n.º 117; Est. XXX, n.º 217) foram passíveis de integração nos bordos de tipo 3-a.

Os restantes fragmentos de bordo, integráveis genericamente no tipo II, pelas razões anteriormente referidas, distribuem-se da seguinte forma. Três fragmentos foram integráveis nos bordos de Tipo 1, sendo um da variante 1-a (Est. XXXI, n.º 218), e os outros dois da variante 1-b (Est. XXVII, n.º 180; Est. XXXI, n.º 219). Três fragmentos foram integráveis na variante 2-a (Est. XXI, n.º 118 e n.º 119; Est. XXXI, n.º 220). Doze exemplares pertencem à variante 2-b (Est. XXVII, n.º 181 a n.º 183; Est. XXXI, n.º 221 a n.º 228; Est. XXXII, n.º 229), e dezanove à variante 2-c (Est. XXVII, n.º 184 e n.º 185; Est. XXXII, n.º

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

230 a n.º 240; Est. XXXIII, n.º 241 a n.º 247). Apenas dois fragmentos de bordo da forma II (Est. XXXIII, n.º 248 e n.º 249) não foram possíveis de serem classificados, uma vez que, embora pareçam, no início, apresentar uma tendência vertical, tornam-se esvasados e engrossados a partir do meio do lábio, não sendo, portanto, integráveis em qualquer das variantes apresentadas por A. M. Niveau de Villedary y Mariñas.

Recuperaram-se ainda em *Ossonoba* 28 fragmentos de fundo que puderam ser incluídos, genericamente, na forma II. Quatro (Est. XXII, n.º 120 a n.º 121; Est. XXXIV, n.º 250) correspondem a fundos de tipo 1-c. Seis fragmentos (Est. XXII, n.º 123; Est. XXVIII, n.º 186; Est. XXXIV, n.º 251 a n.º 254) integram-se no tipo 2. Oito (Est. XXII, n.º 124 a n.º 125; Est. XXVIII, n.º 187; Est. XXXIV, n.º 255 a n.º 259) pertencem a fundos de tipo 3-a, e cinco outros (Est. XXII, n.º 126 a n.º 128; Est. XXXIV, n.º 260 a n.º 261) ao tipo 3-b. Quatro exemplares (Est. XXII, n.º 129; Est. XXVIII, n.º 188; Est. XXXIV, n.º 262 e n.º 263) integram-se no tipo 3-c. Um último exemplar pertence ao tipo 3-d (Est. XXVIII, n.º 189).

As pastas dos exemplares *ossonubenses* distribuem-se pelos grupos I A (34 fragmentos), I-B (10 fragmentos), II (um fragmento), III-A (23 fragmentos), III-B (46 fragmentos), IV (38 fragmentos) e A (dois fragmentos).

4.4.3. Forma IV

A forma IV engloba pratos abertos, largos e baixos, cujas paredes seguem a tendência horizontal e apresentam um bordo simples (*Ibidem*, p. 57-58).

Trata-se de uma forma rara, e o seu protótipo formal poderá relacionar-se quer com os pratos da cerâmica de engobe vermelho quer com os “broad rim plates”, identificados na Ágora de Atenas (Sparkes e Talcott, 1970, p. 144 a p. 145; Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 57), ainda que seja, mais uma vez, problemática a existência de correspondência entre os perfis. Soma-se ainda o factor cronológico, dado que os “broad rim plates” parecem desaparecer ainda no séc. V (Sparkes e Talcott, 1970, p. 145), sendo substituídos por outros perfis, sendo, do nosso ponto de vista, difícil admitir que aqueles tenham sido recordados por oleiros ocidentais em finais do séc. IV a.C., especialmente sendo uma forma escassamente representada em contextos peninsulares nos séculos anteriores. Parece corresponder à série 1646 de Morel (1981).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Até ao momento, a forma está documentada em Las Cumbres (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a) e Pery Junquera (Niveau de Villedary y Mariñas, 2004, p. 684 – fig. 6, n.º 3).

No Castelo de Castro Marim não se recolheram exemplares integráveis nesta forma.

Do conjunto exumado em Faro, seis fragmentos (6 NMI) são passíveis de inclusão na forma IV, representando 2% do conjunto. Apenas três permitiram uma representação gráfica (Est. XXXV, n.º 264 a n.º 266). Inserem-se na variante IV-A, dado apresentarem uma canelura na superfície interna, junto ao bordo (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 57).

As pastas dos exemplares distribuem-se pelo grupo I-A (um fragmento), III-A (um fragmento) e III-B (quatro fragmentos).

4.4.4. Forma V

A forma V engloba pratos de bordo geralmente côncavo, esvasado e largo. Pressupõe-se tratar-se de recipientes largos e relativamente profundos. Pode surgir, em algumas ocasiões, com decoração estampilhada (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 58, 2004, p. 680). Corresponde à forma 36 de Lamboglia (1952) e à espécie 1310 de Morel (1981).

A origem da forma é uma questão algo complexa de determinar uma vez que até ao momento são escassos os exemplares completos em produções de “tipo Kuass”. Foi proposta uma influência dos “broad rim plates” áticos (Sparkes e Talcott, 1970, p. 144 a p. 145; Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 58-59), ainda que aqui se coloquem as mesmas questões apresentadas para a forma IV.

Parece tratar-se de uma forma tardia, reconhecendo-se a sua presença apenas a partir do último quartel do séc. III a.C., tendo atingido o momento de auge do século seguinte (Niveau de Villedary y Mariñas, 2004, p. 680 e p. 683). Em alguns casos, documentou-se a sua presença ainda em contextos do séc. I a.C. (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 59).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Até ao momento, esta forma está documentada em Las Cumbres (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a), Torre Alta (Niveau de Villedary y Mariñas, 2004, p. 679 a p. 680) e, aparentemente, em Kuass (Ponsich, 1969, p. 68 – fig. 7).

A inclusão de fragmentos de bordo nesta forma é bastante problemática, dado que os exemplares recolhidos quer no Castelo de Castro Marim quer em Faro não apresentam perfis muito aproximados dos protótipos referidos na tipologia de Niveau de Villedary y Mariñas. Contudo, por ser a forma que mais se aproxima, consideramos ser relativamente fiável esta integração.

Do Castelo de Castro Marim, apenas um fragmento (1 NMI) pôde ser incluído nesta forma (Est. XIV, n.º 38), sendo integrável na variante V-A, na qual o bordo se separa da parede por uma espécie de escalão (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 58). Corresponde a 1% do conjunto.

A pasta do exemplar pertence ao grupo IV.

Dos materiais exumados em Faro, sete fragmentos (7 NMI) de bordo foram incluídos na mesma variante (Est. XXVIII, n.º 190; Est. XXXV, n.º 267 a n.º 272), representando 2% do conjunto.

As suas pastas distribuem-se pelos grupos I-A (dois fragmentos), III-A (dois fragmentos), III-B (um fragmentos) e IV (dois fragmentos).

4.4.5. Forma VI

A forma VI de Niveau de Villedary y Mariñas engloba pratos abertos, largos e baixos. O diâmetro de bordo aproxima-se dos 195 mm. O bordo segue a tendência geral da parede, apresentando, contudo, uma ligeira tendência reentrante. A individualização desta forma foi, aparentemente, algo problemática, dado existir um único exemplar documentado, proveniente de Las Cumbres.

Foi sugerido que esta forma pode corresponder a uma evolução, mediante a simplificação morfológica, dos pratos da forma I (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 59).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Um único exemplar (Est. XV, n.º 44) (1 NMI), proveniente do Castelo de Castro Marim, é passível de ser englobado nesta forma, correspondendo a 1% do conjunto.

A sua pasta integra-se no grupo III-A.

Em Faro não se documentaram exemplares pertencentes a esta forma.

4.4.6. Forma VII

A forma VII estabelecida por Niveau de Villedary y Mariñas integra o que geralmente é designado de “bolsal” (Sparkes e Talcott, 1970, p. 107). Engloba recipientes profundos de paredes rectas e de pé elaborado. O bordo é simples e recto, não se distinguindo da parede do vaso. A metade inferior da peça é marcada por uma carena. Por vezes apresentam asas, de tendência horizontal, que arrancam da zona abaixo do bordo. Frequentemente ostentam uma incisão na superfície externa, que separa o pé das paredes do vaso. É também comum esta forma possuir uma decoração estampilhada no fundo interno. O diâmetro do bordo oscila entre os 90 e os 160 mm, situando-se a média entre os 90 e os 100 mm. O diâmetro de fundo oscila entre os 49 mm e os 76 mm, com uma média de 51 mm (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 59). A forma parece sofrer alguma evolução, tornando-se a parede e o bordo mais esvasados e o pé mais engrossado. A zona de repouso do pé fica reservada. As paredes do recipiente também engrossam e os perfis tornam-se mais angulosos. Esta forma perde ainda as asas e a característica canelura sob o arranque do fundo externo (*Ibidem*, p. 62 e p. 188-189). Corresponde à forma 42-B de Lamboglia (1952) e à série 4162 de Morel (1981).

A cronologia inicial da sua produção, em cerâmica ática, situa-se no terceiro quartel do séc. V a.C. e perdura até finais do séc. IV a.C. (Sparkes e Talcott, 1970, p. 107 a p. 108). Segundo A. M. Niveau de Villedary y Mariñas, os centros de produção de cerâmica de “tipo Kuass” parecem fabricar esta forma apenas a partir do séc. III a.C. (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 64).

Os bolsais parecem ter gozado de uma certa popularidade nos mercados mediterrâneos, tendo sido imitados em grande escala. Funcionalmente parecem destinados ao consumo de líquidos.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Até ao momento, esta forma foi identificada no Castillo de Doña Blanca, em Las Cumbres (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a), na necrópole de Cádiz (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003b, p. 12), em Pery Junquera (Niveau de Villedary y Mariñas, 2004, p. 682 – fig. 1, n.º 1 e fig. 3 n.º 1), em Málaga (Gran-Aymerich, 1991, p. 277 – n.º 7), em *Lixus* (Aranegui Gascó, 2001, p. 53 – fig. 1, n.º 2, 2005, p. 142 e p. 143 – fig. 3, n.º 11) e em Kuass (Ponsich, 1969, p. 64 – fig. 7 e p. 68 – fig. 8),

Está representada no Castelo de Castro Marim por dois exemplares (2 NMI), o que corresponde a 2% do conjunto. São ambos fragmentos de bordo (Est. XV, n.º 45 e n.º 46). Integram o tipo VII-D, diferenciando-se por apresentarem diâmetros maiores. Os bordos parecem pertencer ao tipo 2-a, caracterizados pela sua tendência esvasada e pela terminação do bordo em bico (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 60).

As pastas distribuem-se pelos grupos I-A e III-B.

Em Faro não se documentaram exemplares pertencentes a esta forma.

4.4.7. Forma VIII

A forma VIII de Niveau de Villedary y Mariñas engloba recipientes abertos, esvasados, sem asas, com alguma profundidade, de perfil em dupla curva, côncava - convexa, marcado por uma carena mais ou menos acentuada. O pé é anular e esbelto. É frequentemente decorada no fundo interno. O diâmetro de bordo oscila entre 72 e os 170 mm, com uma média de 136 mm. O diâmetro de fundo varia entre os 40 e os 62 mm, com uma média de 53 mm, e a altura dos recipientes oscila entre os 32 e os 64 mm, com uma média de 45 mm. A evolução parece manifestar-se na elevação dos pés, na existência de uma canelura na zona de repouso, e na simplificação dos esquemas decorativos (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 63 e p. 190). Corresponde à forma 28/29 de Lamboglia (1952) e ao género 2600 de Morel (1981). A origem da forma parece relacionar-se com as formas conhecidas como “outturned rim bowl” (Sparkes e Talcott, 1970, p. 128 a p. 130).

Começa a ser fabricada, em cerâmica ática, a partir do último quartel do séc. V, atingindo o seu auge no séc. IV a.C. (Sparkes e Talcott, 1970, p. 128), durante o qual constitui uma importante presença em contextos peninsulares (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 70).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Embora na sua origem tivesse, possivelmente, sido produzida para conter alimentos sólidos (Sparkes e Talcott, 1970, p. 128), as características das imitações peninsulares fazer pensar no consumo de líquidos ou até na sua utilização como tampas (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 71).

Está presente no Castillo de Doña Blanca, em Las Cumbres (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a), na necrópole de Cádiz (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003b, p. 12), em Pery Junquera (Niveau de Villedary y Mariñas, 2004, p. 683 – fig. 3, n.º 2-3 e p. 685 – fig. 7, n.º 3), em Málaga (Gran-Aymerich, 1991, p. 277 – n.º 6), em *Lixus* (Aranegui Gascó, 2001, p. 148 - fig. 3, n.º 8-10) e em Kuass (Ponsich, 1969, p. 66 – fig. 5-6, p. 68 – fig. 7, n.º 1 e p. 72 – fig. 9, n.º 1; Aranegui et al., 2000, p. 19 – n.º 1-2 e n.º 4).

No Castelo de Castro Marim, um único exemplar (1 NMI) pôde ser incluído nesta forma (Est. XI, n.º 10), concretamente na sua variante VIII-C-1, caracterizada por vasos com uma abertura de bordo maior (o seu diâmetro oscila entre os 14 e 15 cm), mais largos, menos profundos, e onde o bordo está escassamente diferenciado da parede do recipiente. O bordo deste exemplar pode ainda ser incluído na variante 1-e, dado ser um bordo contínuo, de tendência esvasada e horizontal, e arredondado (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 67). Corresponde a 1% do conjunto.

A pasta do exemplar insere-se no grupo III-A.

Em Faro, foram exumados cinco fragmentos (4 NMI) pertencentes a esta forma, correspondendo a 2% do conjunto. Um fragmento foi classificado segundo a variante VIII-A-1 (Est. XXXVI, n.º 276), que engloba recipientes de tamanho médio, com um bordo contínuo. O bordo é de tipo 1-b, com terminação em bico (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 64 e p. 67). Outro exemplar integra-se na variante VIII-C-1 (Est. XXII, n.º 131), já anteriormente descrita, sendo o bordo integrável no tipo 1-b, que, embora também pouco diferenciado da parede do vaso, apresenta uma terminação em bico. Um outro fragmento está integrado na variante VIII-C-2 (Est. XXII, n.º 130), diferenciando-se da variante anterior por apresentar um bordo assinalado por engrossamento. O bordo do exemplar integra-se no tipo 2-b, que, como já foi referido, é engrossado e apresenta uma secção de tendência circular (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 67). Dois fragmentos de fundo foram integráveis na tipologia de fundos estabelecida por Niveau de Villedary y Mariñas na variante 1-b (Est. XXII, n.º 132; Est. XXXVIII, n.º 299). Esta variante caracteriza-se por pés anulares, altos, esbeltos, bem marcados e de secção triangular, que, segundo a autora, é muito provável que pertençam à forma VIII (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 95).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

As pastas dos exemplares distribuem-se pelos grupos II (um fragmento) e IV (quatro fragmentos).

4.4.8. Forma IX

A. M. Niveau de Villedary y Mariñas distinguiu três variantes dentro desta forma, que até então, em outras tipologias, tinham sido estudadas individualmente. O facto de partilharem um perfil globular e de tendência, geralmente, hemisférica, um bordo mais ou menos reentrante e pés anulares e maciços, foram os critérios que levaram à inclusão destes vários tipos de taças na mesma forma. Tem sido sugerido, com base em algumas fontes gregas, que esta forma servia para consumir bebidas quentes em pequena quantidade, ou para conter pequenas quantidades de sal e de outros condimentos.

A forma IX-A engloba taças globulares, correspondendo aos “footed saltcellar” áticos de pé anular, cuja cronologia remonta ao segundo e terceiro quartel do séc. IV a.C. (Sparkes e Talcott, 1970, p. 137), e parece estar bem documentada em contextos peninsulares (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 77). Corresponde à forma 24 de Lamboglia (1952) e à espécie 2780 de Morel (1981). O diâmetro de bordo dos exemplares da forma IX-A varia entre os 68 mm e os 125 mm, situando-se a média nos 85 mm. O diâmetro do fundo varia entre os 30 mm e os 60 mm, com uma média de 45 mm. A altura dos exemplares corresponde, geralmente, à medida do seu fundo. Até ao momento, não se documentaram exemplares decorados com estampilhas (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 71). A sua evolução caracteriza-se pela presença de pés mais robustos e por uma quebra no perfil, frequentemente marcada por uma carena (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 190).

Pela sua profundidade, estas pequenas taças poderão ainda ter sido utilizadas no consumo de líquidos. O estudo do espólio proveniente da necrópole de Cádiz parece também apontar nesse sentido, dado o seu contexto ritual de recolha e a escassa representatividade de outros protótipos formais (como é o caso da forma VII e VIII) específicos para o consumo de líquidos (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003b, p. 24).

Esta forma está presente no Castillo de Doña Blanca, em Las Cumbres (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a), em Pery Junquera (Niveau de Villedary y Mariñas, 2004, p. 682 – fig. 2, n.º 4), no Cerro Naranja (Gonzalez Rodriguez, 1985, p. 94 – fig. 5, n.º 23), em

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Mesas de Asta (González Rodríguez, Barrionuevo Contreras e Aguilar Moya, 1997, p. 265 – Lam. 3, n.º 27), em Gorham’s Cave (Belén e Pérez, 2000, p. 533, fig. 3, n.º 10), em Kuass (Ponsich, 1969, p. 64 – fig. 4, n.º 1; Aranegui Gascó et al., 2000, p. 19 – n.º 5), em *Lixus* (Aranegui Gascó, 2005, p. 142 e p. 143 – fig. 3, n.º 5), no Cerro de la Tortuga (Muñoz Gambero, 2001, p. 344, n.º 1), em Málaga (Gran-Aymerich, 1991, p. 205 – n.º 5) e em Mértola (Rego, Guerrero e Gómez, 1996, p. 131 – n.º 7-10).

No Castelo de Castro Marim, identificaram-se 39 exemplares desta forma (38 NMI), o que corresponde a 36% do conjunto.

Trinta fragmentos inserem-se na variante IX-A-1, caracterizada, fundamentalmente, pelo bordo reentrante. Destes, 21 fragmentos apresentam um bordo de tipo 1-a, distinguível pela sua terminação em bico (Est. XI, n.º 11 a n.º 14; Est. XV, n.º 47 a n.º 58; Est. XVI, n.º 59 a n.º 63). Outros sete fragmentos ostentam bordos integráveis no tipo 1-c (Est. XII, n.º 15 a n.º 18; Est. XVI, n.º 64 a n.º 66), caracterizado pela terminação arredondada. Apenas dois fragmentos apresentam bordos de tipo 1-d (Est. XII, n.º 19; Est. XVI, n.º 67), definido pela presença de uma carena junto à zona do bordo.

Sete exemplares integram-se na variante IX-A-2, que se distingue da anterior apenas pela presença de um bordo de tendência vertical. A maioria dos exemplares (seis fragmentos) apresenta bordos de tipo 2-a (Est. XII, n.º 20 e n.º 21; Est. XVI, n.º 68 a n.º 71), caracterizados pela terminação em bico. Apenas um apresenta um bordo de tipo 2-b (Est. XVI, n.º 72), de terminação arredondada.

Um outro exemplar é ainda integrável na variante IX-A. Trata-se de um fragmento de fundo (Est. XVIII, n.º 90), integrável na tipologia de fundos elaborada por A. M. Niveau de Villedary y Mariñas, na variante 2-d, caracterizada por fundos de tamanho médio, de pé anular e curto, e sem engrossamento da parede do fundo, sendo que a autora considera muito provável que pertençam à forma IX-A (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 106-107).

Cabe ainda fazer referência a um exemplar de características particulares (Est. XVII, n.º 73). Embora, morfologicamente, se integre plenamente na forma IX-A, as suas reduzidas dimensões distinguem-no claramente das restantes. Trata-se de um exemplar único, até ao momento, em todos os contextos meridionais, podendo relacionar-se, possivelmente, com uma utilização sumptuária.

As pastas dos exemplares distribuem-se pelos grupos I-A (19 fragmentos), II (11 fragmentos), III-A (cinco fragmentos), III-B (um fragmento) e IV (dois fragmentos).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Em Faro, documentaram-se 51 exemplares (49 NMI) pertencentes a esta forma, que correspondem a 18% do conjunto. Sete fragmentos puderam ser classificados genericamente na forma IX-A. Destes, três fragmentos de bordo foram integrados na variante 3 (Est. XXVIII, n.º 196; Est. XXXVII, n.º 290 e n.º 291), caracterizada pela sua tendência esvasada, embora não tenha sido possível integrá-los nas suas variantes. O mesmo não aconteceu com outros dois fragmentos de bordo, integráveis na variante 3-a, com a terminação em bico (Est. XXVIII, n.º 195; Est. XXXVII, n.º 289). Cabe referir ainda dois fragmentos de fundo, integráveis na variante 2-c da tipologia de fundos estabelecida por A. M. Niveau de Villedary y Mariñas, que, embora a autora indique que podem corresponder quer à forma IX-A ou VIII, o desenvolvimento da parede dos nossos recipientes parece indicar que se integram na primeira (Est. XXIV, n.º 161 e n.º 162).

Na variante IX-A-1, integrámos 21 fragmentos de bordo. Destes, dez fragmentos apresentavam bordos englobáveis na variante 1-a (Est. XXIII, n.º 133 a n.º 138; Est. XXVIII, n.º 192; Est. XXXVI, n.º 277 a n.º 279) e outros dez na variante 1-c (Est. XXIII, n.º 139 a n.º 146; Est. XXXVI, n.º 280 e n.º 281). Um único fragmento foi integrável na variante 1-d (Est. XXIII, n.º 147).

Na variante IX-A-2 classificámos 21 fragmentos. Oito destes fragmentos pertencem à variante 2-a (Est. XXIV, n.º 148 a n.º 152; Est. XXVIII, n.º 193; Est. XXXVI, n.º 282 e n.º 283), 12 à variante 2-b (Est. XXIV, n.º 153 a n.º 158; Est. XXV, n.º 165; Est. XXVIII, n.º 194; Est. XXXVI, n.º 284 a n.º 287), e um único fragmento à variante 2-c (Est. XXXVII, n.º 288).

Um único fragmento foi passível de ser integrado na forma IX-A-3, apresentando um bordo de tipo 1-d (Est. XXIV, n.º 159), e um outro, genericamente, na variante IX-A (Est. XXIV, n.º 160), sendo neste caso um fragmento de fundo do tipo 2-d.

As pastas dos exemplares distribuem-se pelos grupos I-A (15 fragmentos), I-B (quatro fragmentos), II (três fragmentos), III-A (cinco fragmentos), III-B (14 fragmentos), IV (oito fragmentos) e A (um fragmento).

A forma IX-B reúne taças de tendência hemisférica, menos profundas e mais largas quando comparadas com a variante anterior. A sua origem parece estar vinculada às “incurving rim bowl” áticas, cuja cronologia remonta ao séc. IV a.C. (Sparkes e Talcott, 1970, p. 131). Corresponde à forma 21 de Lamboglia (1952) e à espécie 2770 de Morel

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

(1981). O diâmetro de bordo oscila entre os 105 mm e os 142 mm, situando-se a média nos 122 mm. O diâmetro de fundo varia entre os 62 e os 76 mm, e a altura entre os 33 mm e os 37 mm. É relativamente frequente apresentarem decorações estampilhadas no fundo interno. A sua evolução materializa-se no estreitamento da base e na perda da reentrância do bordo (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 71 e p. 190).

Esta forma está presente no Castillo de Doña Blanca, em Las Cumbres (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a), na necrópole de Cádiz (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003b, p. 12), em Torre Alta (Sáez Romero, 2004, p. 704 – fig. 5, n.º 3), no centro de produção localizado na Av. de Portugal (Cádiz) (Bernal et al., 2004, p. 624 e p. 625 – fig. 7, n.º 4), em Gorham’s Cave (Belén, Pérez, 2000, p. 533 - fig. 3, n.º 7), e também em *Lixus* (Aranegui Gascó, 2005, p. 96 – fig. 11, n.º 4).

No Castelo de Castro Marim, identificaram-se sete exemplares (7 NMI) desta forma, o que corresponde a 7% do conjunto.

Cinco fragmentos são integráveis na variante IX-B-1 (Est. XII, n.º 22 e n.º 23; Est. XVII, n.º 74 a n.º 76), caracterizada pelo seu bordo reentrante. Os restantes dois fragmentos foram classificados de acordo com a variante IX-B-3, definida pelo seu bordo vertical (Est. XII, n.º 24; Est. XVII, n.º 77).

As pastas dos exemplares distribuem-se pelos grupos I-A (um fragmento) e II (seis fragmentos).

Em Faro, documentaram-se seis exemplares (6 NMI) pertencentes a esta forma, que corresponde a 2% do conjunto. Dois deles foram integrados, ainda que com algumas dúvidas, na variante IX-B-1 (Est. XXIX, n.º 202 e n.º 203). Os restantes foram incluídos na variante IX-B-3 (Est. XXV, n.º 163; Est. XXXIX, n.º 316 a n.º 318), sendo os três fragmentos de fundo, classificados na variante de fundo 2-e que, segundo a autora, podem pertencer à referida forma, ainda que não se exclua a possibilidade de fazerem parte de um outro tipo de taças (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 107).

As pastas dos exemplares distribuem-se pelos grupos I-A (dois fragmentos), III-A (dois fragmentos), III-B (um fragmento) e IV (um fragmento).

A forma IX-C corresponde a taças de pequenas dimensões, de escassa profundidade, com base espessa e maciça e um largo pé, e a sua origem parece estar enraizada nas “small

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

bowl broad base” da Agora de Atenas, que remontam ao séc. IV a.C. (Sparkes e Talcott, 1970, p. 135), sendo relativamente frequente a sua presença em contextos peninsulares (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 78). Corresponde à forma 21/25-B de Lamboglia (1952) e à espécie 2710 de Morel (1981). O diâmetro de bordo parece variar entre os 72 e os 90 mm (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 73 a p. 74). A evolução da forma é pouco marcada, destacando-se talvez apenas a perda da canelura sob o pé, o ganhar de um perfil mais robusto e a esquematização dos motivos decorativos, geralmente uma cruz de palmetas.

Funcionalmente, e tendo em consideração o conservadorismo das dimensões dos exemplares, foi proposto que possa ter constituído uma unidade de medida, ainda que não se ponha de parte outras funções, nomeadamente para o consumo de líquidos, sal, condimentos e usos sumptuários entre outros (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 78 e p. 190).

Esta forma parece constar dos materiais exumados no Castillo de Doña Blanca, em Las Cumbres (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a), em Pery Junquera (Niveau de Villedary y Mariñas, 2004, p. 682 – fig. 1, n.º 3) e em Gorham’s Cave (Belén e Pérez, 2000, p. 533-fig. 3, n.º 12).

No Castelo de Castro Marim, identificaram-se três exemplares (3 NMI) desta forma, o que corresponde a 3% do conjunto. Dois dos exemplares enquadram-se na variante IX-C-1 (Est. XVII, n.º 78 e n.º 79), caracterizada pelos bordos de tendência reentrante, enquanto que o restante se integra na variante IX-C-3 (Est. XII, n.º 25), definida por bordos de tendência horizontal (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 74).

As pastas dos exemplares distribuem-se pelos grupos I-A (dois fragmentos) e III-A (um fragmento).

Em Faro, documentaram-se outros três exemplares (3 NMI) pertencentes a esta forma, que corresponde a 1% do conjunto. Dois fragmentos de bordo incluíram-se na variante IX-C-3 (Est. XXVIII, n.º 197; Est. XXXVII, n.º 292), cujo bordo apresenta uma tendência vertical. O outro fragmento, um fundo, foi classificado segundo a tipologia dos fundos no tipo 2, variante 2-a. O facto de apresentar uma decoração estampilhada permite-nos integrá-lo, com alguma segurança, na forma IX-C (Est. XXV, n.º 164),

As pastas dos exemplares distribuem-se pelos grupos I-A (um fragmento), II (um fragmento) e III-B (um fragmento).

4.4.9. Forma X

A forma X de Niveau de Villedary y Mariñas corresponde a uma taça hemisférica que apresenta um bordo algo reentrante, embora não equiparável aos anteriormente descritos para a forma IX, e um fundo de pé anular. A semelhança do seu perfil em relação às taças de cerâmica comum conhecidas, no sul da Península Ibérica, desde o início da Idade do Ferro, é bastante clara, diferenciando-se apenas nos dois aspectos já referidos: a ligeira reentrância do bordo e a presença de um fundo com pé anular. As dimensões do bordo oscilam entre os 11,6 cm e os 17,2 cm, com uma média de 13,8 cm. O único exemplar de perfil completo identificado apresenta um diâmetro de fundo de 5,2 cm e uma altura de 5,4 cm, e apresenta decoração estampilhada (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 78). Corresponde à forma 27 de Lamboglia (1952).

Segundo A. M. Niveau de Villedary y Mariñas, a origem desta peça está relacionada com influências que a produção de “tipo Kuass” sofreu de outros centros de fabrico mediterrâneos seus contemporâneos, concretamente o atelier das “Pequenas Estampilhas” e o centro oleiro de Rosas. Para suportar esta proposta, a autora argumenta a inexistência desse protótipo na cerâmica ática, donde provieram os protótipos que foram imitados na primeira fase, o aparecimento tardio da forma X no âmbito da produção, o facto de a sua funcionalidade ser já exercida por outras formas, como é o caso da forma IX-A e, finalmente, a grande semelhança entre estas formas e outras fabricadas nos centros produtores anteriormente referidos. Contudo, provas directas dessa suposta influência, concretamente a existência de materiais com essa proveniência na área gaditana, são, até ao momento, inexistentes (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 158 a p. 159), podendo tratar-se de uma evolução das taças da forma IX-A. A autora refere ainda alguma semelhança com os “incurving rim bowl” áticos, ainda que difiram ao nível das dimensões (Sparkes e Talcott, 1970, p. 131 a p. 132; Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 80).

Esta forma está presente em Las Cumbres (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a), Pery Junquera (Niveau de Villedary y Mariñas, 2004, p. 682 – fig. 1, n.º 2 e fig. 2, n.º 5), Gorham’s Cave (Belén e Pérez, 2000, p. 533 - fig. 3, n.º 9 e n.º 11), Kuass (Ponsich, 1969, p. 64 – fig. 4, n.º 3; Aranegui Gascó et al., 2000, p. 19 – n.º 3), *Lixus* (Aranegui Gascó, 2001, p. 53 – fig. 1, n.º 1) e Mértola (Rego, Guerrero e Gómez, 1996, p. 132 – n.º 16).

No Castelo de Castro Marim, identificou-se um único exemplar (1 NMI) pertencente a esta forma, o que corresponde a 1% do conjunto. O fragmento integra-se na variante X-B

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

(Est. XVII, n.º 80), de bordo engrossado na superfície interna (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 79). A pasta do exemplar integra-se no grupo II.

Em Faro, documentaram-se nove exemplares (9 NMI) pertencentes a esta forma, que corresponde a 4% do conjunto. Quatro dos fragmentos integraram-se na variante X-A (Est. XXV, n.º 166; Est. XXIX, n.º 198 e n.º 199; Est. XXXVII, n.º 293), de bordo reentrante, um na variante X-D (Est. XXXVII, n.º 294), de bordo reentrante e carenado e os restantes quatro na variante X-E (Est. XXV, n.º 167; Est. XXIX, n.º 200; Est. XXXVII, n.º 295 e n.º 296), de tendência esvasada (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 79-80).

As pastas dos exemplares distribuem-se pelos grupos I-A (dois fragmentos), I-B (um fragmento), III-A (dois fragmentos), III-B (três fragmentos) e IV (dois fragmentos).

4.4.10. Forma XI

A forma XI corresponde a recipientes genericamente designados de “saleiros”. Engloba taças abertas, de dimensões reduzidas, que apresentam, geralmente, um bordo de secção triangular. Os fundos são anulares e altos, apresentando uma canelura na zona de repouso. O diâmetro de bordo desta forma é constante, oscilando entre os 60 e os 70 mm, e o de fundo ronda os 40 mm. Os recipientes desta forma podem apresentar decoração estampilhada (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 80).

A origem desta forma parece estar vinculada aos “saltcellars” áticos, cuja cronologia remonta ao séc. V a.C., estendendo-se pela centúria seguinte (Sparkes e Talcott, 1970, p. 136). Apresenta algumas semelhanças com a forma 35-A de Lamboglia (1952) e com espécie 1571 de Morel (1981).

Esta forma está escassamente representada no conjunto das produções de “tipo Kuass”, tendo sido documentada, até ao momento, apenas em Castillo de Doña Blanca (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 80-81).

No Castelo de Castro Marim, identificou-se apenas um exemplar (1 NMI) passível de ser integrado nesta forma (Est. XVIII, n.º 89), o que corresponde a 1% do conjunto. Ainda que não constitua um paralelo exacto, o fragmento do sítio da foz do Guadiana assemelha-se mais à variante XI-B estabelecida por Niveau de Villedary y Mariñas, que se caracteriza por

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

apresentar um bordo engrossado, de secção triangular que não quebra a tendência geral da parede do recipiente (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 81).

A pasta do exemplar pertence ao que foi designado por grupo II.

Em Faro não se documentaram exemplares pertencentes a esta forma.

4.4.11. Forma XV

A forma XV estabelecida por A. M. Niveau de Villedary y Mariñas corresponde a pequenos vasos globulares, fechados e profundos, de colo troncocónico. Funcionalmente parecem destinadas ao conter e verter de líquidos, concretamente unguentos e perfumes (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 84 e p. 88).

Surgiram, até ao momento, em Las Cumbres (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a) e na necrópole de Cádiz (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003b).

Apenas dois fragmentos (2 NMI), exumados no Castelo de Castro Marim, foram passíveis de serem integrados nesta forma, correspondendo a 2% do conjunto. Um trata-se de um fragmento de bordo que, embora não tenha sido possível incluir em qualquer variante, parece ser claramente de uma espécie de unguentário (Est. XII, n.º 26). O restante exemplar é um fragmento de fundo (Est. XVIII, n.º 92), classificado no tipo 4-a estabelecido por A. M. Niveau de Villedary y Mariñas, que, segundo a investigadora, pode corresponder a fundos da forma XV (2003a, p. 110).

4.4.12. Série 1331 de Morel

A série 1331 estabelecida por J.-P. Morel engloba pratos de bordo relativamente amplo (Morel, 1981, p. 107), de lábio largo e esvasado, geralmente marcado por uma canelura no seu início.

Segundo este autor, esta forma parece surgir em Itália, na primeira metade do séc. III a.C. Contudo, a sua imitação nos centros peninsulares que produziam cerâmica de “tipo Kuass” só parece ocorrer no séc. II a.C.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

A presença desta forma parece estar atestada, até ao momento, apenas em *Lixus*, onde foi integrada, pelas características da sua produção, no grupo designado de “imitações de verniz negro e imitações “en gris”, tendo sido exumada em níveis datados entre 130 e 80 a.C. (Aranegui Gascó, 2005, p. 90 e p. 91 – fig. 4, n.º 6).

Apenas cinco exemplares (5 NMI), todos provenientes de Faro, podem ser integráveis nesta categoria (Est. XXVIII, n.º 191; Est. XXXVI, n.º 273 a n.º 275). Correspondem a 2% do conjunto. Os seus diâmetros de bordo situam-se entre os 196mm e os 236mm.

As pastas dos exemplares distribuem-se pelos grupos I A (um fragmento), III A (um fragmento) e III B (três fragmentos).

4.4.13. Série 2256 de Morel

Os exemplares que integram a série 2256 de Morel integram-se na categoria de páteras com escassa profundidade e de bordo esvasado, que parecem surgir em Itália em torno do séc. III ou II a.C. (Morel, 1981, p. 154 a p. 155).

Não se detectaram, até ao momento, paralelos para esta forma em cerâmica de “tipo Kuass”.

Um único fragmento (1 NMI), de perfil completo, exumado em Faro, é passível de ser classificado nesta forma (Est. XXIX, n.º 201). Corresponde a 1% do conjunto. Apresenta um diâmetro de bordo de 168mm, uma altura de 38mm e um diâmetro de fundo de 58mm.

A pasta do exemplar pertence ao grupo IV.

4.4.14. Fundos de difícil classificação

Do conjunto de cerâmica de “tipo Kuass” presentemente estudado, restam 45 fragmentos de fundo que não foram possíveis de serem adscritos a nenhum tipo formal concreto. Contudo, e dada a existência de uma secção da tipologia elaborada recentemente

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

para as produções de “tipo Kuass” estudar esse aspecto concreto, optámos por classificar esses fragmentos, seguindo os critérios aí estabelecidos.

No Castelo de Castro Marim, exumaram-se 11 fragmentos de fundo. Dois desses exemplares correspondem aos fundos de tipo 2, variante 2-a (Est. XVIII, n.º 81 e n.º 82). Trata-se de fundos de aspecto maciço, com um pé largo, e uma zona central espessada, formando uma espécie de cone na superfície exterior. Segundo a autora, este tipo de fundo pode pertencer às formas IX-A ou IX-C (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 102). Quatro fragmentos inserem-se na variante 2-b (Est. XVIII, n.º 83 a n.º 86), caracterizada por fundos com diâmetros mais largos e abertos e de pé anular curto. Correspondem, geralmente, às formas III, VII, VIII e IX-B (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 102-104). Outros quatro fragmentos integram-se na variante 2-c (Est. XII, n.º 27; Est. XVIII, n.º 87 a n.º 88), que engloba fundos de pequeno tamanho, de pé anular e engrossados na zona central. Pertencem às formas VIII e IX-A (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 104-106). Um único fragmento integra-se nos fundos de tipo 3, na variante 3-a (Est. XVIII, n.º 91). Trata-se de fundos que na superfície externa da zona do pé se encontram marcados por uma saliência aguda, que o separa do resto do perfil da peça e que não apresentam uma canelura na zona de repouso. Corresponde às formas VII e IX-A (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 107). Destaca-se ainda a recolha de um fragmento de fundo que não foi possível classificar, mas que apresenta uma decoração estampilhada (Est. XVIII, n.º 93).

Em Faro, recolheram-se 34 fragmentos de fundo. Um integra-se no tipo 1, variante 1-a (Est. XXVI, n.º 168), que engloba fundos de pé anular e de perfil recto, que podem corresponder às formas I, IV, V, VI, VII, VIII e IX-A (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 95). Três fragmentos inserem-se no tipo 2, variante 2-a (Est. XXVI, n.º 169; Est. XXXVIII, n.º 300 e n.º 301), sete na variante 2-b (Est. XXIX, n.º 204 e n.º 205; Est. XXXVIII, n.º 302 a n.º 306) e 22 no tipo 2-c (Est. XXVI, n.º 170 a n.º 177; Est. XXIX, n.º 206 a n.º 210; Est. XXXIX, n.º 307 a n.º 315). Um único fragmento pertence ao tipo 3, variante 3-b (Est. XXVI, n.º 178), de características idênticas à da já descrita variante 3-a, distinguindo-se apenas por apresentar uma canelura na zona de repouso. Corresponde às formas VII e IX-A (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 107-108).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

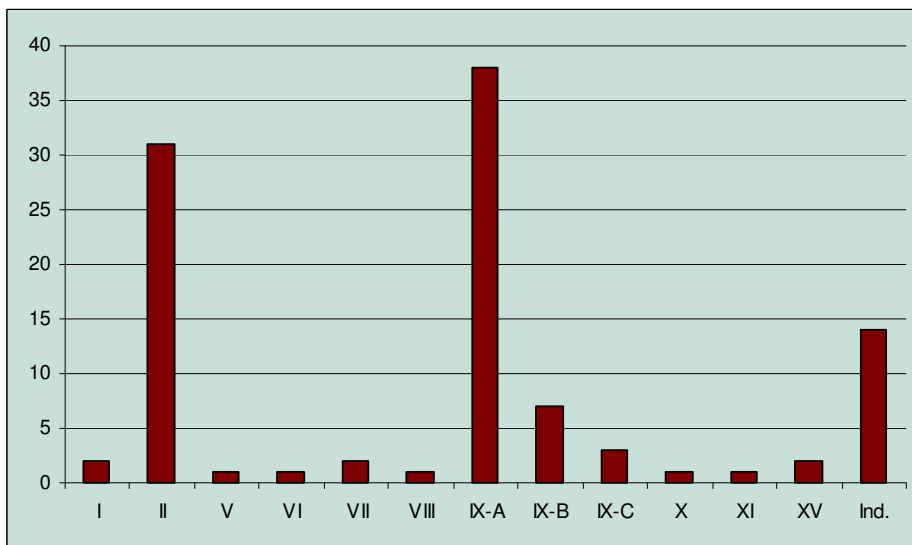


Fig. 19 – Distribuição das formas de cerâmica de “tipo Kuass” exumadas no Castelo de Castro Marim.

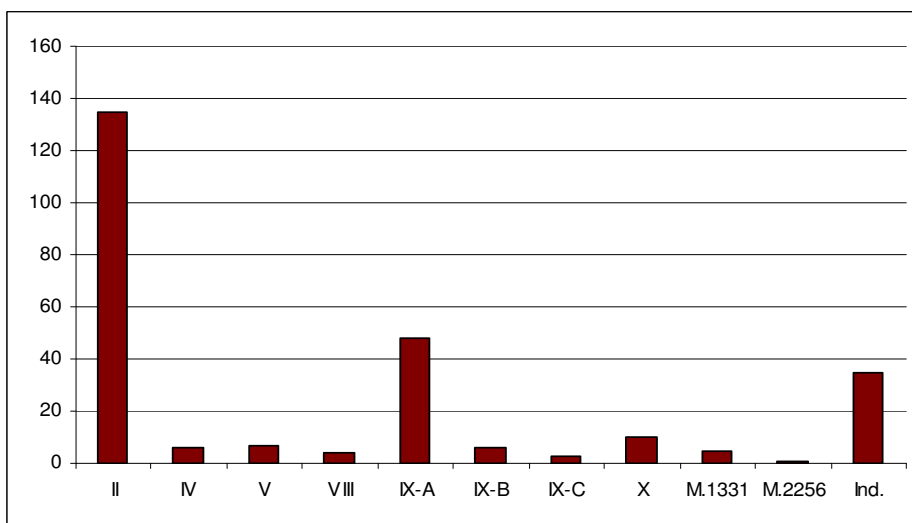


Fig. 20 – Distribuição das formas de cerâmica de “tipo Kuass” exumadas em Faro.

4.4.15. Análise e discussão

A análise comparativa entre os conjuntos de cerâmica de “tipo Kuass” recolhidos no Castelo de Castro Marim e em Faro permitiu-nos tecer algumas considerações.

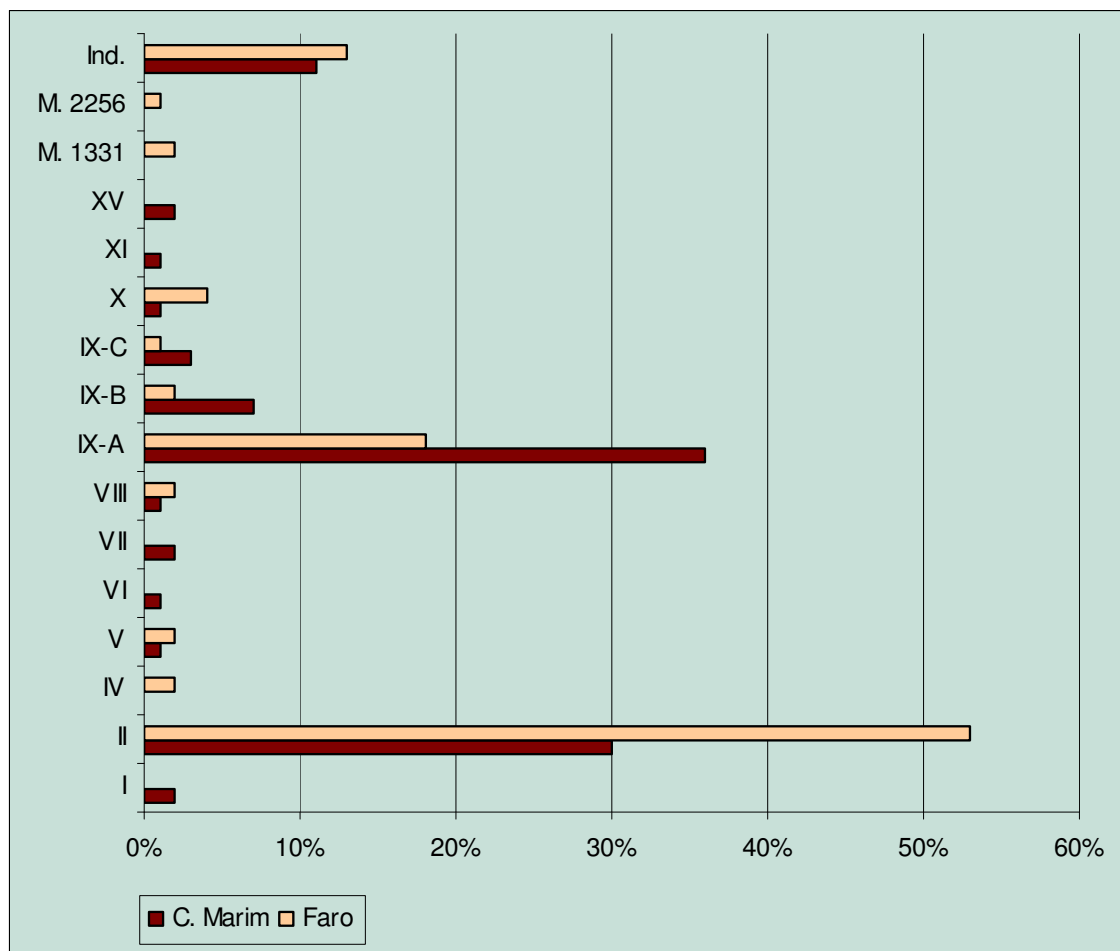


Fig. 21 – Análise percentual da distribuição das formas de cerâmica de “tipo Kuass” exumadas no Castelo de Castro Marim e em Faro.

As diferenças assinaláveis entre os conjuntos artefactuais de ambos os locais parecem ser justificadas, principalmente, por dois factores: o cronológico e o funcional.

Em primeiro lugar, cabe destacar o aspecto cronológico. O conjunto recolhido no Castelo de Castro Marim parece ser relativamente mais antigo que o de Faro. A presença predominante, no sítio situado na foz do Guadiana, de bordos integráveis na variante II-A de Niveau de Villedary y Mariñas (25 NMI), comparativamente com os exemplares mais tardios, integrados genericamente na forma II, e que já não apresentam a canelura típica na

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

zona do bordo (2 NMI), parecem indicar uma certa antiguidade do conjunto. Em Faro, pelo contrário, os bordos sem a canelura no bordo são mais frequentes (85 NMI) do que os da variante II-A (38 NMI), não esquecendo que esta permanece no repertório das cerâmicas de “tipo Kuass” até ao final da sua produção. Outros aspectos a ter em consideração e que suportam esta proposta é a existência, em Faro, de formas mais tardias, concretamente a forma IV, V e X de Niveau de Villedary y Mariñas e as formas da série 1331 e 2256 de Morel, que, na sua maioria, não se encontram sequer representadas no Castelo de Castro Marim e, quando o estão, são apenas residuais. Este retrocesso ao nível das importações, no Castelo de Castro Marim, possivelmente a partir de meados do séc. III a.C., tinha sido já intuído (Arruda, 2000, p. 727). Parece-nos relevante, contudo, referir que estes indicadores se limitam aos resultados obtidos nas respectivas áreas onde se realizaram escavações arqueológicas, podendo futuras intervenções nos locais revelar outros dados.

Convém ainda realçar que, tal como ocorre na área andaluza, as formas de cerâmica de “tipo Kuass” vêm preencher, no sítio da foz do Guadiana, o espaço anteriormente ocupado pela cerâmica grega, como se pode observar por uma certa continuidade formal, visível, nomeadamente, nas “incurving rim bowl” e nos pratos de peixe áticos, que, paralelamente às formas correntemente designadas por “taças Cástulo”, foram os tipos mais representados em meados do I milénio a.C. (Arruda, 1997, p. 130 a p. 131 e p. 133 a p. 134).

Um segundo factor a ter em consideração é o da funcionalidade dos respectivos sítios arqueológicos. Em relação a Faro, não parecem existir grandes dúvidas que a zona intervencionada, da qual provem a quase totalidade dos materiais aqui estudados, incidiu na zona do povoado da Idade do Ferro, em ambientes domésticos, ainda que os dados relativos ao urbanismo sejam pouco esclarecedores por condicionantes já anteriormente referidas. Contudo, no Castelo de Castro Marim, as escavações arqueológicas realizadas durante os últimos anos, na área designada de Sector 1, revelou o carácter ritual deste espaço desde o séc. VII a.C., marcado pela existência de altares, pisos de conchas e outros aspectos arquitecturais, carácter que parece ter perdurado até à época moderna (Arruda, Freitas e Oliveira, no prelo). Embora a maioria dos exemplares de cerâmica de “tipo Kuass” recolhida no sítio provenha de contextos revolvidos, destacamos um contexto primário (Quadrado E1, Nível [6]), onde se identificou uma zona de depósito na qual se exumaram vários exemplares de perfil completo da forma II-A e da forma IX de Niveau de Villedary y Mariñas, que surgiram empilhados. Estas indicações permitem-nos talvez supor que, também durante finais do séc. IV e inícios do séc. III a.C., a área pudesse ter tido uma funcionalidade semelhante à desempenhada anteriormente. A estes dados podem adscrever-

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

se a recolha de alguns fragmentos, ainda que sem um contexto estratigráfico conservado, das formas I, IX-B, IX-C e XV, formas que, segundo A. M. Niveau de Villedary y Mariñas, aparecem sistematicamente associadas, na zona da baía gaditana, a depósitos de carácter ritual (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003b, p. 12-13).

Uma análise geral do espólio proveniente de ambos os sítios arqueológicos permite ainda realçar alguns aspectos. O primeiro é a clara predominância das formas II e IX-A em relação às restantes, ainda que no Castelo de Castro Marim sejam estas últimas as formas mais representadas, mesmo com pouca margem de diferença em relação aos “pratos de peixe”, enquanto que em Faro se nota uma clara superioridade destes. Esta ocorrência pode estar relacionada com um aspecto essencialmente cronológico, e que já foi referido anteriormente. Enquanto que, no Castelo de Castro Marim, a cerâmica de “tipo Kuass” representada parece corresponder, essencialmente, aos momentos iniciais da sua produção, a maioria dos materiais de Faro integram-se numa fase ligeiramente mais tardia, quando o repertório formal dessas cerâmicas está já plenamente configurado, e algumas formas, concretamente os pratos de peixe, adquirem o seu momento de apogeu.

Em segundo lugar, cabe destacar a total ausência de fragmentos de lucernas, quer de tipo helenístico, quer abertas, que também foram produzidas, com bastante frequência, em cerâmica de “tipo Kuass”. São relativamente frequentes na zona da baía gaditana, concretamente no Castillo de Doña Blanca e em Las Cumbres (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 147), pelo que causa alguma estranheza a sua completa ausência nos conjuntos do território actualmente português, especialmente tendo em consideração a similaridade existente nas restantes formas. Uma das explicações que poderá justificar esta ocorrência é o transporte marítimo destas cerâmicas que, como é frequente, privilegia o transporte de formas abertas e facilmente empilháveis, em detrimento de formas fechadas.

Para finalizar, gostaríamos ainda de referir a notável escassez de fragmentos que apresentem decoração estampilhada. Em todo o conjunto analisado, apenas quatro fragmentos apresentam vestígios de decoração. Do Castelo de Castro Marim, provêm dois fragmentos. O primeiro (Est. XVII, n.º 74 – forma IX-B-1) parece integrar-se, ainda que fragmentado, nas decorações de tipo III estabelecidas por A. M. Niveau de Villedary y Mariñas, de quatro palmetas opostas e unidas pela base, que parecem aplicar-se com um único selo. Corresponde ainda ao subtipo III-A, variante 1, que engloba as decorações onde a cartela exterior parece adaptar-se ao motivo, composto por folhas voltadas para o exterior (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 121). O segundo fragmento (Est. XVIII, n.º 93) integra-se nas decorações de tipo II, de quatro palmetas opostas, no subtipo II-C, variante 3,

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

que engloba as decorações de cartela geométrica em esquemas radiais, onde as folhas surgem com uma orientação bastante recta, dispendo-se em torno da base da palmeta (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 124). De Faro, são provenientes os restantes dois fragmentos. O primeiro (Est. XXV, n.º 164 – forma IX-C) integra-se também no tipo II, mas no subtipo II-B, uma vez que não se identificaram vestígios da presença de uma cartela. As folhas são voltadas para o exterior, integrando-se, assim, na variante II-B-1 (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 121). Resta um último fragmento (Est. XXIX, n.º 204), que corresponde ao tipo IV, apresentando uma roseta, e à variante IV-B-1, uma vez que ostenta uma cartela geométrica, com pétalas e um ponto central (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, p. 426-428).

No que diz respeito a outros conjuntos artefactuais que possam permitir uma análise comparativa, apenas possuímos dados suficientes relativos a três sítios arqueológicos, concretamente o Castillo de Doña Blanca, Las Cumbres e *Lixus*.

A cerâmica de “tipo Kuass” dos dois primeiros foi analisada conjuntamente por A. M. Niveau de Villedary y Mariñas. Ainda que o método de quantificação não pareça ser idêntico ao que aqui aplicámos, podemos concluir que, tal como ocorre no Castelo de Castro Marim e em Faro, as formas II-A e IX são as mais numerosas de todo o conjunto. Contudo, na zona da antiga *Gadir*, outras formas têm um peso ainda considerável, concretamente as formas VII e VIII, considerados os recipientes funcionalmente mais adequados para o consumo de líquidos. Nos sítios algarvios, dada a escassez destas formas, parece que essa função seria desempenhada, quase exclusivamente, pelas taças da forma IX-A. Por último, cabe referir a presença, no Castillo de Doña Blanca e em Las Cumbres, de pratos da forma III e lucernas da forma XVI e XVII, que também são representados em proporções consideráveis. Trata-se, por outro lado, de formas inexistentes, até ao momento, no território actualmente português. Estas diferenças formais poderiam, eventualmente, ser explicadas, além da condição algo periférica do Algarve em relação à baía gaditana, pelo transporte marítimo desses recipientes, certamente subsidiário da comercialização dos contentores anfóricos, dando-se preferência a formas mais abertas e facilmente empilháveis.

Em *Lixus*, no âmbito das escavações dirigidas por C. Aranegui Gascó (2001, 2005), foi também possível exumar conjuntos consideráveis de cerâmicas de “tipo Kuass”, no que foi designado pelos autores de fase “púnica”. As formas representadas são também semelhantes às presentes nos sítios algarvios, destacando-se a presença da forma II, VII, IX-A e, possivelmente, a forma X. Infelizmente, a escassez estratigráfica de níveis datáveis

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

deste momento de ocupação, não permite, de momento, tecer outras considerações comparativas ao nível das produções de “tipo Kuass”.

Para terminar, gostaríamos ainda de abordar o assunto da presença de cerâmicas de “tipo Kuass” durante o período republicano. Nas escavações realizadas em Faro, foi possível exumar um conjunto relativamente abundante dessas cerâmicas em níveis romano-republicanos. Ainda que, comparativamente às importações de cerâmicas campanienses, tenha uma presença mais diminuta (cerca de 30% da cerâmica fina), tudo indica que a sua utilização seria ainda relativamente frequente. As formas mais comuns, neste momento, são, tal como no momento anterior, a II e a IX-A de Niveau de Villedary y Mariñas. Contudo, é agora que surgem e se impõem outras formas, cujos perfis indicam claras influências de outros centros de produção, concretamente da zona itálica, concretamente a forma de série 1331 e 2256 de Morel, e as formas V e X de Niveau de Villedary y Mariñas (Est. XXVII a Est. XXIX). Em relação aos pratos da forma II, nota-se uma clara evolução ao nível dos perfis, desaparecendo o característico sulco sobre o bordo, na grande maioria dos exemplares. Os lábios dos pratos também se tornam mais curtos e os seus diâmetros diminuem consideravelmente. Perfis semelhantes identificam-se também em outros conteúdos, dos quais destacamos, a título de exemplo, as fases “púnico-romanas” de Málaga (Gran-Aymerich, 1991, p. 277 – n.º 8-11) e a fase mauritana de *Lixus* (Aranegui Gascó, 2005, p. 90-91).

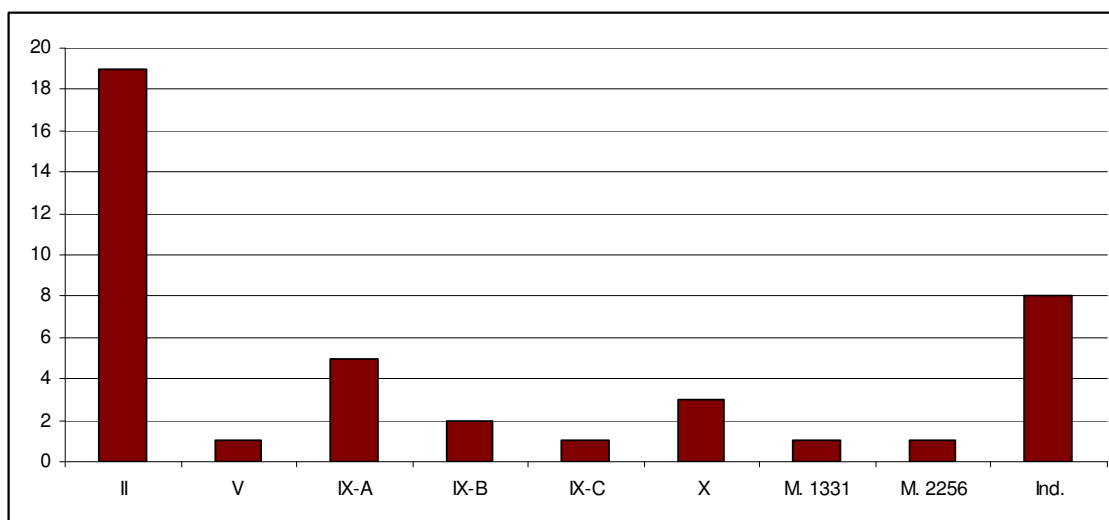


Fig. 22 – Distribuição das formas de cerâmica de “tipo Kuass” exumadas nos níveis romano-republicanos de Faro.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

As mesmas características observam-se, no território actualmente português, na zona envolvente do sítio de Monte Molião, em Lagos. Durante o ano de 2005, efectuaram-se escavações a sudeste do povoado, área que se encontrava na sua zona de protecção.

A proposta de um projecto de urbanização de loteamento para esse local tornou imperativo a realização de sondagens de diagnóstico a fim de determinar a existência de uma possível ocupação humana. A maioria das sondagens realizadas, que ultrapassaram os 500m², não forneceu quaisquer evidências arqueológicas. Contudo, numa pequena sondagem de 8m x 2m, identificou-se a presença de uma estrutura negativa, de difícil interpretação, cujos materiais indicam uma cronologia centrada em torno do último terço do séc. II a.C. A necessidade de diagnosticar, com maior precisão, esses vestígios conduziu ao alargamento da área intervencionada, que totalizou, nessa sondagem, os 24m². Entre os materiais do enchimento da estrutura negativa, destaca-se a presença abundante de ânforas de produção itálica de tipo Dressel 1A e formas derivadas do tipo D de Pellicer, também designadas de “íbero-púnicas”, de produção bética. Surgem também alguns escassos fragmentos de Tripolitanas Antigas, Maña C2 da baía de Cádiz e norte africana e 9.1.1.1. de Ramón Torres. A cerâmica campaniense é também muito abundante, correspondendo, na sua grande maioria, a cerâmica campaniense A tardia, associada a cerâmica comum itálica e da baía de Cádiz (Sousa e Serra, no prelo). A cerâmica de “tipo Kuass” exumada nesse contexto representa apenas 3% do total do conjunto exumado, e 22% no conjunto da cerâmica fina. Trata-se, ainda assim, de uma presença considerável, num contexto datável já do último terço do séc. II a.C., evidenciando que os seus centros produtores se mantêm ainda activos nesta fase, ainda que cada vez mais influenciados pelas importações crescentes de cerâmica campaniense. Nos estudos realizados em *Lixus*, onde se individualizou claramente uma ocupação republicana, designada pelos seus escavadores como a fase “mauritana antiga 1”, centrada entre 175 e 130 a.C., a cerâmica de “tipo Kuass” também apresenta uma percentagem semelhante (20%) no conjunto da cerâmica fina (Aranegui Gascó, 2005, p. 87 a p. 88). Ainda que se trate de contextos arqueológicos distintos, comprovam a utilização desta cerâmica durante o séc. II a.C., particularmente na sua segunda metade. Na área escavada no Monte Molião, as formas documentadas são os pratos da forma II (Est. XLI, n.º 323 a n.º 329; Est. XLII, n.º 330 a n.º 332) e IV de Niveau de Villedary y Mariñas (Est. XLII, n.º 333), da série 1331 de Morel (Est. XLII, n.º 334), e taças da forma IX-A (Est. XLII, n.º 335 a n.º 337), IX-B (Est. XLIII, n.º 346) e X de Niveau de Villedary y Mariñas (Est. XLIII, n.º 338 a n.º 340). Tal como ocorre nos restantes contextos analisados, também nesta fase as formas mais representadas são a II e IX-A. Cabe ainda destacar que, tal como se observou nos exemplares de cerâmica de “tipo Kuass” exumados nos níveis republicanos

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

de Faro, os pratos da forma II sofrem uma clara simplificação ao nível dos perfis, apresentando os exemplares do Monte Molião características idênticas.

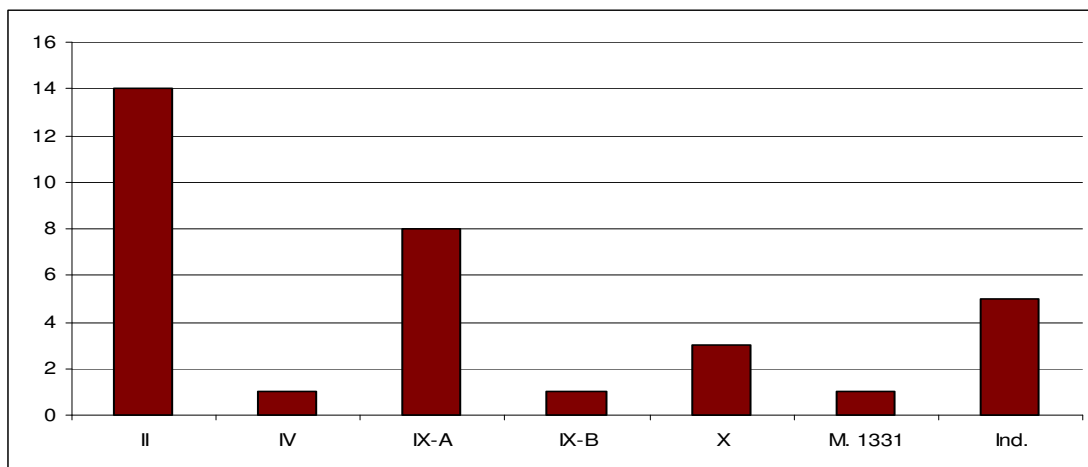


Fig. 23 – Distribuição das formas de cerâmica de “tipo Kuass” exumadas no nível do séc. II a.C., nas imediações do povoado de Monte Molião (Lagos).

Ainda que possam ser interpretados como fragmentos residuais em deposições secundárias, a recolha, no Castelo de Castro Marim, de alguns exemplares de cerâmica de “tipo Kuass” em níveis datados de meados do séc. I a.C., como é o caso dos dois pratos da forma II que já não apresentam a canelura na zona do bordo (Est. XIV, n.º 36 e n.º 37), permite considerar a possibilidade da perduração destas produções até momentos bem mais tardios, como já foi, aliás, documentado em *Lixus* (Aranegui Gascó, 2001, p. 149, 2005, p. 92).

4.5. Os contextos

Paralelamente ao estudo das produções de “tipo Kuass”, pareceu importante abordar os restantes materiais cerâmicos a elas sistematicamente associados nos níveis pré-romanos. Esta análise possibilita uma melhor avaliação do peso que esta cerâmica de mesa ocupa no conjunto do espólio exumado, assim como permite retirar alguns dados de cariz essencialmente cronológico, aplicável a algumas formas de cerâmica comum. A nível económico, os dados que esta análise permite podem fornecer informações úteis sobre as diversas proveniências e sobre os locais preferenciais de abastecimento. Evidentemente que estes materiais, por não constituírem o tema central deste trabalho, não foram alvo de um estudo detalhado. Alguns deles serviram apenas para melhor contextualizar as cerâmicas de

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

“tipo Kuass”. Outros, porém, tornaram-se, eles próprios, mais enquadrados cronologicamente.

4.5.1. Grupos de fabrico

Relativamente à cerâmica comum e aos contentores anfóricos, optámos por realizar também uma divisão prévia relativa às características das pastas, de forma a podermos analisar percentualmente as possíveis origens dos exemplares. Apenas as pastas da cerâmica de produção manual não pode ser tratada de igual forma, uma vez que não tivemos acesso à totalidade dos materiais, além de constituir, muito provavelmente, um fabrico local.

4.5.1.1. Cerâmica comum e pintada em bandas

Para a cerâmica comum e pintada em bandas, observamos, macroscopicamente, a existência de dois grupos de fabrico.

O primeiro, Grupo 1, engloba os exemplares que apresentam características de produções de escala e comercialização local e/ou regional. Diferem, naturalmente, consoante se trate dos materiais provenientes do Castelo de Castro Marim ou de Faro.

Assim, o Grupo 1 A engloba pastas não calcárias, razoavelmente compactas e pouco depuradas (entre 10% a 20% de elementos não plásticos). A análise macroscópica permitiu identificar frequentes micas de pequena dimensão, frequentes elementos ferruginosos de média e grande dimensão, alguns elementos de quartzo e algumas calcites de pequena dimensão. As suas tonalidades são geralmente, castanhas-avermelhadas (Munsell 5/4 2.5 YR) e podem apresentar um núcleo acinzentado (Munsell 6/1 2.5 YR). Trata-se do que consideramos ser a produção local/regional do Castelo de Castro Marim.

O Grupo 1 B caracteriza-se por apresentar pastas não calcárias, um pouco porosas e escassamente depuradas (cerca de 20% de elementos não plásticos). Identificaram-se, através da análise macroscópica, algumas calcites, de pequena e média dimensão, podendo por vezes apresentar veios desta constituição. Destaca-se ainda a presença de algumas partículas de plagioclase de média dimensão, poucas partículas de mica de pequena

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

dimensão e poucos elementos ferruginosos de pequena e média dimensão. A tonalidade das pastas é avermelhada (Munsell 5/8 2.5 YR). Este grupo engloba uma provável produção local/regional de Faro.

No Grupo 2, foram incluídos os exemplares de pastas calcárias, porosas, mas bem depuradas (entre 5% e 10% de elementos não plásticos). Macroscopicamente, identificou-se a presença de alguma plagioclase, calcites e elementos de quartzo de média dimensão, poucas partículas de mica de pequena dimensão e raros elementos ferruginosos de pequena dimensão. As tonalidades das pastas variam entre o bege-amarelado (Munsell 8/2 2.5 YR) e o laranja (Munsell 7/6 7.5 YR). A grande semelhança deste tipo de pastas com as de contentores anfóricos produzidos, seguramente, na zona da baía gaditana levou-nos a considerar uma mesma origem.

4.5.1.2. Contentores anfóricos

O estudo das pastas dos contentores anfóricos associados, estratigraficamente, às produções de “tipo Kuass” já foi realizado, para Faro, num trabalho anterior (Arruda, Bargão e Sousa, 2005). Reutilizamos aqui os mesmos grupos estabelecidos, mantendo as suas designações.

O Grupo I foi dividido em dois fabricos distintos. O primeiro, fabrico A, engloba pastas não calcárias compactas e estratificadas, de textura fina e fractura regular. São pastas pouco depuradas (cerca de 10% de elementos não plásticos), identificando-se a presença abundante de calcites de pequena, média e grande dimensão, ocasionais partículas de quartzo, frequentes micas brancas e raros minerais negros, opacos e de pequena dimensão. As pastas apresentam uma tonalidade que varia entre o laranja-avermelhado (Munsell 6/8 5 YR) e o laranja-acastanhado (Munsell 5/8 2.5 YR). O fabrico B apresenta as mesmas características ao nível das pastas, distinguindo-se apenas por uma maior grau de depuração (cerca de 5% de elementos não plásticos), mantendo o mesmo tipo de inclusões, somando-se apenas alguns feldspatos. As pastas variam entre o laranja-acastanhado (Munsell 6/4 7.5 YR) e o laranja-avermelhado (Munsell 5/6 5 YR) intercalada com veios calcários bege/amarelados (Munsell 8/2 10 YR). Este grupo é, ao nível da sua possível origem, o mais problemático. Embora apresente características que se aproximam dos fabricos norte africanos conhecidos até ao momento, concretamente em relação à abundância de calcites e à

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

estratificação das pastas, não encontramos, relativamente à forma da qual este fabrico é exclusivo (B/C 3 e B/C evolucionada de Pellicer) paralelos na área norte-africana ocidental. A possibilidade de se tratar de uma produção local, também proposta, choca, por outro lado, com a falta de dados relativamente a fornos deste tipo de produções durante a Idade do Ferro (Arruda, Bargão e Sousa, 2005, p. 180 e p. 182-183).

O Grupo II também foi dividido em dois fabricos distintos. O fabrico A engloba pastas calcárias pouco duras e porosas, de textura fina e fractura regular. São pastas pouco depuradas (cerca de 10% de elementos não plásticos), identificando-se a presença abundante de micas brancas e prateadas, alguns quartzos e escassos minerais negros. As pastas apresentam uma tonalidade que varia entre o beje-acastanhado (Munsell 7/4 10 YR) e o beje-rosado (Munsell 8/4 7.5 YR). O fabrico B evidencia pastas calcárias pouco compactas, arenosas e de fractura irregular. Os elementos não plásticos são muito abundantes (cerca de 20%), destacando-se a presença de grão de areia, quartzo, mica branca e prateada e elementos ferruginosos. A cor da pasta varia entre o castanho-amarelado (Munsell 6/6 10 YR) e o vermelho-amarelado (Munsell 6/6 7.5 YR). Parece corresponder às produções da Baía Gaditana (Arruda, Bargão e Sousa, 2005, p. 180-181 e p. 183).

O Grupo III engloba pastas calcárias, duras, compactas e de fractura regular. São pastas mediamente depuradas (entre 5% a 10% de elementos não plásticos), identificando-se a presença de calcites, moscovites, quartzos, feldspatos, e, raramente, alguns nódulos ferruginosos. Apresentam uma tonalidade bicolor, sendo o cerne acinzentado (Munsell 5/1 10 YR) ou acastanhado (Munsell 6/6 7.5 YR). Pode possuir uma aguada de cor beje-rosado (Munsell 7/4 5YR). Este grupo integra-se no que foi designado por J. Ramón Torres como “Extremo Ocidente Indeterminado” (Ramón Torres, 1995, p. 257; Arruda, Bargão e Sousa, 2005, p. 181 e p. 184).

O Grupo IV engloba dois fabricos. O primeiro, fabrico A, apresenta pastas não calcárias, duras, de textura compacta e fractura regular. São pouco depuradas (entre 5% a 10% de elementos não plásticos), identificando-se a presença de calcites, moscovites, quartzos, feldspatos, e, raramente, alguns nódulos ferruginosos. A pasta é bicolor, sendo o cerne cinzento-escuro (Munsell 4/1 2.5 Y) e a superfície laranja-acastanhada (Munsell 6/6 7.5 YR). É frequente a presença de uma aguada clara de cor bege (Munsell 7/6 7.5 YR) na superfície externa. O fabrico B engloba pastas não calcárias, duras, de textura rugosa e fractura regular. São mal depuradas (cerca de 10% de elementos não plásticos), identificando-se a presença de feldspatos, moscovites, quartzos e mica branca, bem com alguns minerais negros e nódulos ferruginosos. Apresentam tonalidades que variam entre o

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

castanho (Munsell 6/6 7.5 YR) podendo, ocasionalmente, mostrar um núcleo cinzento (Munsell 6/2 2.5 Y). A superfície externa está recoberta por uma espécie de engobe fino de tonalidade bege (Munsell 6/4 7.5 YR). Trata-se de produções da Campiña Gaditana e engloba todos os exemplares de ânforas de tipo Tiñosa, correspondendo aos fabricos já identificados por P. Carretero Poblete (Carretero Poblete, 2003-2004, p. 90 a p. 91; Arruda, Bargão e Sousa, 2005, p. 181 e p. 183).

O Grupo VI engloba pastas não calcárias de textura finas e compactas. Trata-se de pastas depuradas (cerca de 5% de elementos não plásticos), identificando-se raros grãos de areia sub-rolados e frequentes feldspatos. Apresentam uma tonalidade amarela-acastanhada (Munsell 5/4 10 YR) e as superfícies variam entre o castanho (Munsell 7/4 10 YR) e o vermelho-amarelado (Munsell 6/6 5 YR). Este grupo integra-se, tal como no caso do Grupo III, no que foi designado por J. Ramón Torres como “Extremo Occidente Indeterminado” (Ramón Torres, 1995, p. 257; Arruda, Bargão e Sousa, 2005, p. 182 e p. 184).

4.5.2. As formas

Como já foi referido anteriormente, o estudo destes materiais, ainda que não consista na temática principal deste trabalho, pareceu ser de extrema importância, uma vez que permite obter uma perspectiva mais globalizante do peso das diversas categorias cerâmicas presentes nos níveis dos momentos finais da Idade do Ferro, em cada um dos sítios analisados. Possibilita, através da análise das pastas, ainda que esta seja baseada apenas em observações macroscópicas, compreender o peso do material importado em relação às produções que considerámos ser de origem local e/ou regional.

Em relação aos contentores anfóricos, a existência de vários estudos pormenorizados dos seus tipos, e até a atribuição de alguns conteúdos a determinadas formas facilitou a sua análise. Optámos por utilizar as terminologias mais correntes para designar os diferentes tipos de contentores anfóricos, fazendo, contudo, previamente, a sua correspondência com a nomenclatura utilizada na tipologia de Ramón Torres (1995).

Relativamente à cerâmica comum e manual, a questão torna-se ligeiramente mais complexa. A escassez, na zona litoral do sul da Península Ibérica, de estudos tipológicos impediu uma classificação morfológica enquadrada em parâmetros preestabelecidos. Também não nos parece ser aqui o espaço indicado para desenvolver uma tipologia, nem tentar avançar com propostas de classificação. Tivemos, contudo, de efectuar algumas

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

opções para a caracterização das formas identificadas. A publicação de vários conjuntos de materiais, concretamente da área da baía gaditana, de cronologias coevas às aqui estudadas permite aferir algumas características formais e funcionais para grande parte das formas identificadas, quer no Castelo de Castro Marim, quer em Faro. A repartição por categorias morfo-funcionais pareceu a mais adequada, tendo-se evitado uma classificação apenas baseada em formas abertas / formas fechadas, classificação que limita, no nosso ponto de vista, as abordagens quanto à função. Por outro lado, o elevado estado de fragmentação da grande maioria dos recipientes que aqui analisamos impossibilitava-nos de realizar os cálculos necessários para aplicar essa caracterização.

Como já foi referido anteriormente, os critérios de quantificação destas cerâmicas foram os mesmos aplicados às produções de “tipo Kuass” já estudadas (NMI), possibilitando assim a comparação entre as várias categorias cerâmicas no âmbito de cada sítio arqueológico, assim como a análise comparativa entre os conjuntos do Castelo de Castro Marim e de Faro.

4.5.2.1. Cerâmica comum e pintada em bandas a torno

4.5.2.1.1. Tigelas

Ao nível da cerâmica comum, a forma mais frequente nestes contextos são as tigelas hemisféricas, de perfil simples, de bordo mais ou menos engrossado, caracterizando-se também por apresentar fundos, planos ou ligeiramente côncavos, e, com frequência, pé destacado, podendo ser, mais raramente, anular. Encontra-se representada, nos níveis da Idade do Ferro seleccionados para estudo, por 235 fragmentos (194 NMI) no Castelo de Castro Marim (Est. XLIV; Est. XLN, n.º 361 a n.º 367; Est. XLVI; Est. XLVII; Est. XLVIII, n.º 381 a n.º 385), e por 348 fragmentos (221 NMI) em Faro (Est. LX a Est. LXII). A análise das suas pastas indica que a grande maioria dos exemplares, exumados em ambos os sítios, provém da área da baía gaditana, representando os fabricos locais/regionais apenas cerca de 20% da produção. O diâmetro de bordo dos fragmentos aqui estudados varia entre os 116mm e os 198mm, e o de fundo entre os 34mm e os 76mm.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

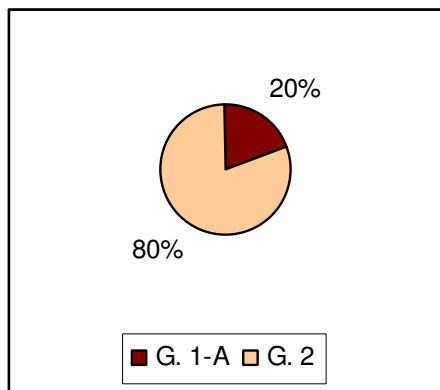


Fig. 24 – Distribuição dos grupos de fabrico das tigelas exumadas no Castelo de Castro Marim.

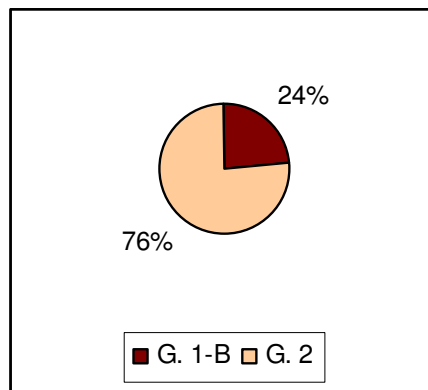


Fig. 25 – Distribuição dos grupos de fabrico das tigelas exumadas em Faro.

A cronologia desta forma ultrapassa, em larga escala, os parâmetros cronológicos da cerâmica de “tipo Kuass”, uma vez que a sua utilização está presente desde os inícios da Idade do Ferro peninsular, e permanece também durante grande parte do período romano. Não parecem existir características que permitam distinguir quaisquer particularidades a nível formal no período aqui em estudo, ainda que tal só possa ser confirmado com estudos mais específicos ao nível da evolução morfológica dos seus fragmentos de bordo e fundo. Contudo, a particularidade de apresentarem bandas de diversas tonalidades pintadas na superfície interna e, com menor frequência, na externa, parece ser mais tardia, iniciando-se, aparentemente, a partir de meados do primeiro milénio a.C. Estes recipientes parecem revestir-se de um carácter multifuncional, podendo ser utilizados principalmente no consumo individual de alimentos presumivelmente líquidos ou semi-líquidos, mas também na sua preparação.

4.5.2.1.2. Taças

Esta forma engloba taças também hemisféricas, de menor tamanho, que apresentam um bordo com tendência reentrante e pé, geralmente, plano. Está representada por cinco fragmentos (5 NMI) no Castelo de Castro Marim (Est. XLVIII, n.º 386 a n.º 390), de origem na baía de Cádiz, e por um único fragmento (1 NMI) em Faro (Est. LXXI, n.º 553), de produção local/regional. O diâmetro de bordo dos exemplares aqui estudados varia entre os 78mm e os 118mm, apresentando o único exemplar de perfil completo 42mm de diâmetro

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

de fundo. Esta forma parece emergir nos repertórios de cerâmica comum do sul da Península Ibérica apenas a partir do séc. IV a.C. Foi já proposto a utilização destas pequenas taças como lucernas, tendo em consideração que, em alguns contextos, estas aparecem com marcas de combustão na superfície interna e no bordo (Belén e Pérez, 2000, p. 534), que em alguns exemplares surge desbastado (Maia, 2004). Nos exemplares recolhidos nos sítios algarvios presentemente estudados, nenhuma dessas formas evidencia essas marcas, não se tendo contudo, recuperado qualquer exemplar completo. Poderá ainda ter sido utilizada para servir alguns alimentos, ainda que pelas suas dimensões estes se possam resumir a condimentos ou molhos. A aplicação de bandas pintadas nestes recipientes é relativamente usual, ainda que, nos conjuntos aqui analisados, não se tenha detectado nenhum exemplar com essas características.

4.5.2.1.3. Tigelas/Pratos

Considerámos ainda necessário diferenciar formas que englobámos sob a designação de tigelas/pratos. Ao nível do perfil, trata-se de exemplares em tudo semelhantes as tigelas de corpo hemisférico referidas anteriormente. Contudo, os seus diâmetros são consideravelmente maiores, pelo que poderão ter funcionado para servir alimentos, mesmo que se admita a sua utilização individual. Estão representadas no Castelo de Castro Marim (Est. XLV, n.º 368 e n.º 369 e Est. XLIX), contando

com 10 fragmentos (10 NMI). As pastas da maioria dos exemplares são de origem local/regional, enquanto que os fragmentos de origem presumivelmente gaditana estão representados por 20%. O diâmetro de bordo dos exemplares aqui estudados varia entre os 212mm e os 320mm. Cronologicamente, é difícil estabelecer balizas cronológicas para estes recipientes. Podemos apenas referir que, ainda que presentes nos espólios exumados no Castelo de Castro Marim, não identificámos qualquer exemplar com diâmetros aproximados nos materiais de Faro, o que poderá indicar que não perduram muito além do séc. IV a.C.

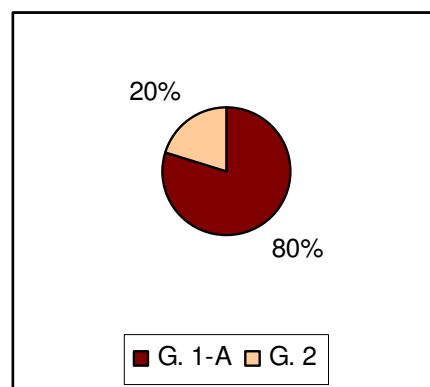


Fig. 26 – Distribuição dos grupos de fabrico das tigelas/pratos exumados no Castelo de Castro Marim.

4.5.2.1.4. Pratos de peixe

Os genericamente designados “pratos de peixe” são outra das formas mais abundantes produzidas em cerâmica comum durante os últimos séculos da Idade do Ferro na Península Ibérica. Trata-se de recipientes abertos, de bordo de tendência horizontal, ou então com um pequeno lábio mais ou menos desenvolvido e com uma depressão central. Estão representados com 19 fragmentos (15 NMI) no Castelo de Castro Marim (Est. L a Est. LI) e por 4 fragmentos (4 NMI) em Faro (Est. LXIII). Todos os exemplares apresentam pastas características da área da baía de Cádiz, exceptuando um fragmento, proveniente de Faro, que aparenta ser de produção local/regional.

O diâmetro de bordo dos exemplares aqui estudados varia entre os 150mm e os 196mm, e o de fundo entre os 46mm e os 66mm. Estes podem ser planos ou ligeiramente convexos, com ou sem pé destacado. Destaca-se ainda a presença relativamente frequente de decoração pintada neste tipo de formas, concretamente bandas concêntricas de diferentes tonalidades. Esta característica parece surgir apenas a partir do séc. V a.C., atingindo o seu auge na centúria seguinte.

No séc. III a.C., a sua utilização decresce, parecendo relacionar-se com o êxito dos pratos de cerâmica de “tipo Kuass”. Funcionalmente, estes recipientes parecem ser de uso individual, e destinados ao consumo de alimentos sólidos, particularmente de peixe e seus derivados. Tal como ocorre com os pratos de peixe em cerâmica ática e em cerâmica de “tipo Kuass”, a depressão central que caracteriza estes recipientes poderá ter sido utilizada para escorrência de líquidos ou para conter molhos ou algum tipo de especiarias.

4.5.2.1.5. Potes/Panelas

Uma outra série de recipientes, estes fechados, globulares, de bordos curtos e engrossados e colo estrangulado, constituem numa presença relativamente abundante nos repertórios cerâmicos presentemente estudados. Apresentam uma grande variedade ao nível dos bordos, mas que partilham, genericamente, uma tendência esvertida. Estão representados por 30 fragmentos (30 NMI) no Castelo de Castro Marim (Est. LII, Est. LIII, n.º 425 a n.º 428; Est. LV, n.º 434) e por 60 fragmentos (60 NMI) em Faro (Est. LXIV a Est. LXVII, Est. LXVIII, n.º 531). A distribuição dos grupos de pastas dos exemplares é idêntica em ambos os sítios. Os fragmentos provenientes da zona da baía de Cádiz representam 57% enquanto que as produções locais/regionais compõem os restantes 43%. O diâmetro de bordo dos exemplares varia, grosso modo, entre os 100mm e os 200mm. Podem apresentar uma decoração pintada em bandas na superfície externa. A funcionalidade destes recipientes pode levantar algumas questões. Em primeiro lugar, atendendo às pastas da maioria dos exemplares, de origem gaditana, compostas por argilas calcárias, dificilmente se trataria de panelas, dado não parecerem suportar altas temperaturas (Vaz Pinto, 2004, p. 13) além de que, nos fragmentos presentemente estudados, não terem sido identificadas quaisquer marcas que evidenciassem tal exposição. Essa função de cerâmica de cozinha parece estar reservada a recipientes também de cerâmica comum a torno, de perfis semelhantes, embora fabricados em pastas não calcárias, de produção local/regional, às quais se somam a quase totalidade dos exemplares em cerâmica manual. Por estas razões, acreditamos que esses recipientes fechados, de pastas gaditanas, tivessem como principal funcionalidade o

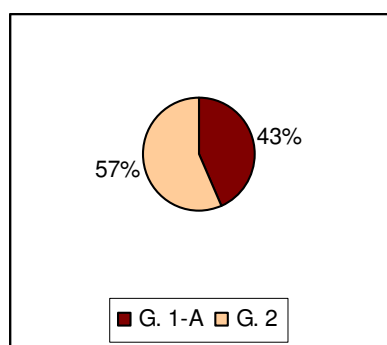


Fig. 27 – Distribuição dos grupos de fabrico dos potes/panelas exumados no Castelo de Castro Marim.

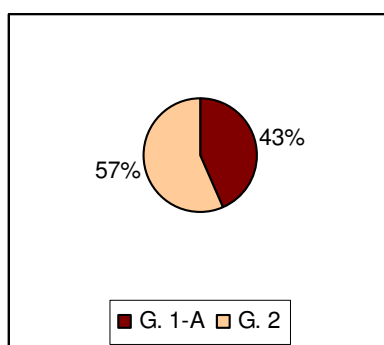


Fig. 28 – Distribuição dos grupos de fabrico dos potes/panelas exumados em Faro.

armazenamento de alimentos sólidos e/ou líquidos. Contudo, a dificuldade em confirmar esta proposta induziu-nos a englobar todos estes recipientes sob a ampla designação de potes/panelas.

4.5.2.1.6. Outros recipientes

Dentro do conjunto estudado, surgiram alguns exemplares fechados de diâmetro de bordo curto e por vezes descaído e corpo de tendência aparentemente ovóide, segundo os paralelos estabelecidos com alguns materiais provenientes da necrópole de Cádiz (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003b, p. 16). Apresentam um colo ligeiramente estrangulado e ombros caídos. Encontram-se representados apenas em Faro (Est. LXX, n.º 541 a n.º 544), contando com sete fragmentos (7 NMI). O diâmetro de bordo dos nossos exemplares varia entre os

78mm e os 118mm. A funcionalidade desta forma não é clara. Contudo, o seu diâmetro de bordo parece, de certa forma, e comparativamente a outros recipientes, apropriado à contenção/armazenamento de líquidos, não se excluindo também a possibilidade de os poder servir, ainda que, até ao momento, nenhum exemplar apareça provido de asas. A ausência, nos espólios presentemente estudados, de outros recipientes de morfologia própria para esse serviço leva-nos considerar a segunda hipótese, ainda que esta não se encontre totalmente fundamentada. A cronologia deste tipo de recipientes parece estender-se desde o séc. V até ao séc. II a.C. A mesma função parece aplicar-se a outros tipos formais presentes em Faro, que totalizam 5 fragmentos (5 NMI), de características semelhantes, concretamente em relação ao diminuto diâmetro de bordo e também a um colo mais comprido (Est. LXVII, n.º 528; Est. LXVIII, n.º 529 e n.º 530; Est. LXX, n.º 545 e n.º 546), ainda que a ausência de exemplares de perfis mais completos não permita, mais uma vez, confirmar a hipótese.

Por outro lado, existe ainda um outro tipo de recipientes, designados genericamente por “bilhas”. Trata-se de vasos profundos e fechados, geralmente com duas asas, de corpo trocócónico. O único exemplar integrável nesta forma (1 NMI), de pasta de produção local/regional, proveniente do Castelo de Castro Marim (Est. LV, n.º 433), apresenta um diâmetro de bordo de 92mm. Ainda que a sua presença seja mais frequente durante a primeira metade do I milénio a.C., estes recipientes parecem ter sido ainda utilizados, embora com uma frequência muito pouco expressiva, em finais do séc. IV/ inícios do séc. III

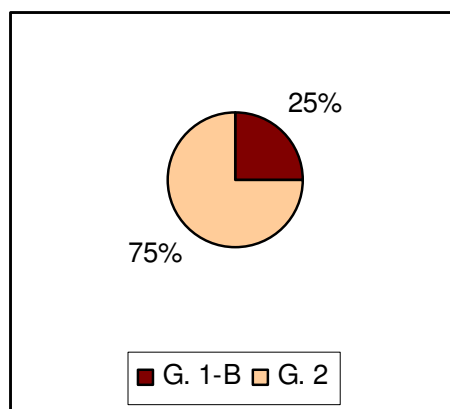


Fig. 29 – Distribuição dos grupos de fabrico de outros recipientes, possivelmente relacionados com o armazenamento e/ou serviço de líquidos, exumados em Faro.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

a.C., sendo produzidos localmente. Contudo, não excluímos a possibilidade de se tratar de um elemento residual.

4.5.2.1.7. Almofarizes

Ainda na categoria da cerâmica comum, destacamos a presença de alguns almofarizes que surgem associados a estes contextos. Trata-se de grandes recipientes abertos, de diâmetros amplos, com bordo engrossado, paredes relativamente grossas e fundos maciços, planos ou anulares. Estão representados por 7 fragmentos (4 NMI) no Castelo de Castro Marim (Est. LVII, n.º 445) e por 6 fragmentos (5 NMI) em Faro (Est. LXXIII), sendo todos de origem presumivelmente gaditana. O diâmetro de bordo dos exemplares aqui estudados varia entre os 230mm e os 330mm, e os de fundo entre os 98mm e os 144mm. Funcionalmente, serviriam para amassar, triturar e moer alimentos, desempenhando um importante papel na sua preparação (Martín Camino e Roldán Bernal, 2000, p. 1616). Formalmente, os recipientes exumados nos contextos presentemente em estudo distinguem-se ligeiramente das produções ebusitanas e cartaginesas / centro-mediterrâneas. No primeiro caso, embora se detecte algumas semelhanças ao nível da tendência horizontal do bordo, diferenciam-se dada a ausência, nos exemplares algarvios, de caneluras na superfície externa dos fundos, assim como pela inexistência de partículas de óxido de ferro na zona de atrito. Em relação às produções cartaginesas e centro-mediterrâneas, os almofarizes que estudamos apresentam uma horizontalidade de bordo, que os distingue dos de tendência oblíqua dos exemplares da área do Mediterrâneo Central (Martín Camino e Roldán Bernal, 2000). A escassez de estudos relativos a esta forma na zona meridional peninsular dificulta a sua comparação com a área onde os exemplares presentemente em estudo parecem ter tido a sua origem. Contudo, tendo em consideração o perfil e orientação do bordo, assemelham-se a alguns exemplares classificados como almofarizes provenientes de Las Cumbres (Niveau de Villedary y Mariñas e Ruiz Mata, 2000, p. 897 - fig. 6, n.º 3), da necrópole de Cádiz (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003b), de Gorham's Cave (Belén e Pérez, 2000, p. 533 - fig. 7, n.º 6-7) e do Cerro Naranja (Gonzalez Rodriguez, 1985, p. 93 – fig. 4, n.º 16).

4.5.2.1.8. Grandes taças

Existe ainda um outro grupo de recipientes que engloba taças profundas e de grande dimensão. Apresentam uma grande variedade de bordos, podendo ser curtos, esvasados, verticais e ainda reentrantes. Encontram-se representados por cinco fragmentos (5 NMI), apenas em Faro (Est. LXX, n.º 547 a n.º 549 e Est. LXXI, n.º 551 a n.º 552). As suas pastas são maioritariamente de produção local/regional, sendo apenas um exemplar de origem

gaditana. O diâmetro de bordo dos exemplares varia entre os 144mm e os 260mm. Podem, ocasionalmente, apresentar bandas pintadas na superfície interna. A sua funcionalidade parece restringir-se às funções de preparação, confecção e apresentação de alimentos. Este tipo parece surgir nos contextos meridionais apenas a partir do séc. IV a.C. (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003b, p. 17).

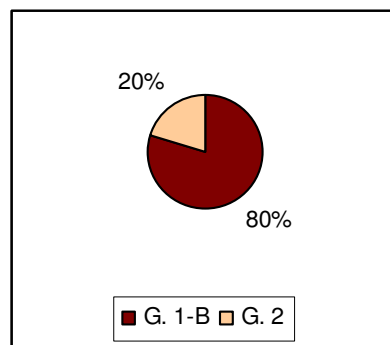


Fig. 30 – Distribuição dos grupos de fabrico de grandes taças, exumados em Faro.

4.5.2.1.9. Grandes recipientes (bacias e/ou alguidares)

Sob esta designação englobamos uma série de recipientes abertos que partilham um amplo diâmetro de bordo, ainda que variem ao nível dos pormenores formais.

O mais frequente, conhecidos amplamente como “lebrillos”, corresponde a recipientes profundos, de diâmetros amplos, corpos hemisféricos, separados do bordo por uma carena mais ou menos acentuada. Estão representados por oito fragmentos (8 NMI) no Castelo de Castro Marim (Est. LVI) e por nove fragmentos (9 NMI) em Faro (Est. LXXI, n.º 554 a n.º 557 e Est. LXXII), sendo importados na zona da Cádiz mas também

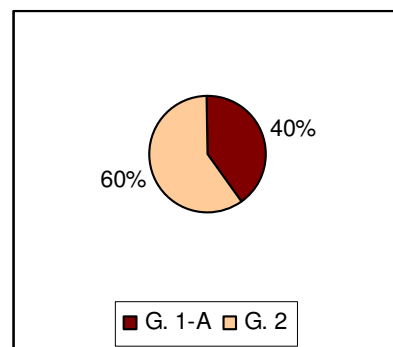


Fig. 31 – Distribuição dos grupos de fabrico de grandes recipientes, exumados no Castelo de Castro Marim.

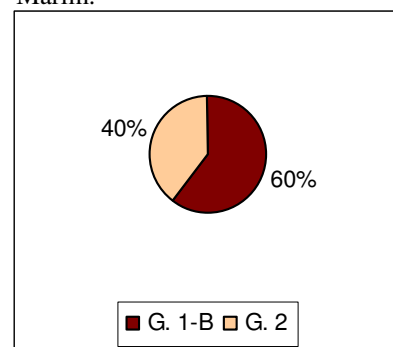


Fig. 32 – Distribuição dos grupos de fabrico de grandes recipientes, exumados em Faro

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

produzidos localmente. O diâmetro de bordo dos exemplares varia entre os 186mm e os 492mm. Os fragmentos classificados nesta forma recolhidos nos sítios algarvios apresentam grandes semelhanças, a nível formal, com os recolhidos em Castillo de Doña Blanca (Ruiz Mata, 1997, p. 363 – fig. 8, n.º 8-19), cronologicamente integráveis entre o séc. V e o séc. III a.C. Este tipo formal parece surgir a partir do séc. VI a.C., e a sua funcionalidade estaria provavelmente relacionada com actividades de preparação, confecção e apresentação de alimentos (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003b, p. 14), nos exemplares de diâmetro menor, e também com funções de armazenamento/transporte e possivelmente até de higiene, nos de maior tamanho.

Na categoria de grandes recipientes, englobámos outros fragmentos de grande dimensão, sendo dois (2 NMI) provenientes do Castelo de Castro Marim (Est. LV, n.º 435 e n.º 436) e um de Faro (Est. LXX, n.º 550). O diâmetro de bordo dos exemplares aqui estudados varia entre os 186mm e os 492mm. Desempenhariam funções semelhantes às já descritas anteriormente. Um último fragmento, ainda que inclassificável, proveniente de Faro (Est. LXIII, n.º 532) parece ainda corresponder a um recipiente de idêntica morfologia.

4.5.2.1.10. Pequenos potes e unguentários

Identificaram-se ainda alguns fragmentos correspondentes a potes globulares, de bordo esvertido, colo curto e de pequeno tamanho, decorados sobre o bordo e na superfície externa com bandas pintadas. Estão representados com sete fragmentos (5 NMI), apenas em Faro (Est. LXXIV), e apresentam pastas características da zona da baía gaditana. O diâmetro de bordo varia entre os 50mm e os 58mm. Este tipo de recipientes aparece também em Castillo de Doña Blanca (Ruiz Mata, 1988, p. 42) e em Mesas de Asta (González Rodríguez, Barrionuevo Contreras, e Aguilar Moya, 1997, p. 266 – Lam. 4, n.º 31 e n.º 36). Parecem corresponder a recipientes de uso sumptuário. Cronologicamente, este tipo de recipientes parece surgir apenas a partir do séc. IV a.C., perdurando até ao final da Idade do Ferro (Ruiz Mata, 1988, p. 42). Um outro fragmento (1 NMI), ainda que de perfil distinto destes, mas englobável sob idêntica designação, foi recuperado no Castelo de Castro Marim (Est. LVII, n.º 446), apresentando um colo mais largo e um bordo indiferenciado. Dois fragmentos de fundo podem ainda corresponder a este tipo de recipientes (Est. LVII, n.º 447 e n.º 448).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

A mesma função aplica-se aos escassos fragmentos de unguentário, também de produção gaditana, recolhidos quer no Castelo de Castro Marim (1 NMI) quer em Faro (1 NMI). Infelizmente, as suas reduzidas dimensões, além da inexistência de fragmentos de bordo, dificulta a sua classificação segundo as tipologias estabelecidas.

4.5.2.1.11. Cerâmica estampilhada

No Castelo de Castro Marim, exumou-se um único fragmento cerâmico (Est. LVII, n.º 449), que parece pertencer a algum tipo de grande recipiente, que apresenta uma decoração estampilhada de pequenas rosetas, associadas a bandas de tonalidade vermelha-violácea na superfície externa. Cabe referir que este apresenta grandes semelhanças com um outro, recolhido em contexto de necrópole, em Mesas de Asta (González Rodríguez, Barrionuevo Contreras e Aguilar Moya, 1997, p. 253 e p. 266 – Lam. 4, n.º 32).

Também em Faro foi recolhido um fragmento (Est. LXVIII, n.º 533) de um recipiente pintado em bandas de cor vermelha-violácea, que apresentava uma decoração estampilhada, constituída por pequenos motivos rectangulares dentro dos quais ostenta uma figura em “S” invertido e disposta horizontalmente.

Ainda que estes exemplares possam indiciar contactos com comunidades mais interiores e de cultura mais “celtizante”, as pastas de ambos os exemplares parecem indicar que foram produzidas na área da baía gaditana.

4.5.2.2. Cerâmica manual

4.5.2.2.1. Tigelas

Trata-se de vasos que apresentam morfologias semelhantes às tigelas em cerâmica comum, nomeadamente em relação ao corpo hemisférico e ao bordo simples. Distinguem-se apenas nas proporções, dado apresentarem diâmetros maiores, em torno dos 160mm, e paredes mais grossas. Estão representadas por sete exemplares (7 NMI) no Castelo de Castro

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Marim e por um exemplar (1 NMI) em Faro (Est. LXIX, n.º 540). A evidência de marcas de exposição ao fogo em alguns destes exemplares indicia a sua utilização como recipiente de cozinha, não se excluindo, contudo, o seu uso no consumo individual de alimentos.

4.5.2.2.2. Potes/Panelas

Formalmente, estes recipientes não são muito diferentes dos produzidos em cerâmica comum, com o corpo de tendência globular, bordos curtos de tendência esvertida e colos ligeiramente estrangulados. Estão representados por 28 fragmentos (28 NMI) no Castelo de Castro Marim (Est. LIV) e por seis exemplares (6 NMI) em Faro (Est. LXIX, n.º 534 a n.º 539). O diâmetro de bordo varia, em linhas gerais, entre os 88mm e os 180mm.

Acreditamos, como já referimos anteriormente, que estas produções seriam utilizadas, principalmente, para cozinhar alimentos (*vide infra*, 4.5.2.1.5.).

4.5.2.3. Ânforas

4.5.2.3.1. Tipo B/C de Pellicer

A forma designada de B/C de Pellicer engloba dois tipos de recipientes diferenciáveis apenas ao nível do perfil do corpo, que é troncocónico, no caso da forma B, e fusiforme, no caso da forma C. Contudo, quando se trata de um estudo de exemplares muito fragmentados, torna-se praticamente impossível diferenciar as duas formas, especialmente quando os seus bordos são tão semelhantes (Pellicer, 1978; Pellicer et al., 1983). Estes são, geralmente, reentrantes e engrossados externamente. Identificaram-se duas variantes da forma B/C, nos níveis estudados, apenas em Faro (Est. LXXV a Est. LXXVII), estando aí representadas por 56 fragmentos (56 NMI). A primeira, B/C 1 caracteriza-se por apresentar bordos de secção trapezoidal. A segunda, B/C 3, bordos de secção oval ou amendoada. A cronologia destas variantes encontra-se balizada, segundo a estratigrafia do Cerro Macareno, entre meados do séc. V a.C. e finais do séc. IV a.C. Contudo, a forma mais frequente é englobada sob a designação de B/C evolucionada, derivada da forma B/C 3, que perdura até meados do séc. II a.C. O seu conteúdo ainda não se encontra consensualmente estabelecido,

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

sendo uma das possibilidades os preparados piscícolas, dado o seu aparecimento na fábrica de Las Redes (Pellicer et al., 1983; Frutos, Chic e Berriatúa, 1988; Arruda, Bargão, e Sousa, 2005).

4.5.2.3.2. Tipo Maña Pascual A4

Este contentor anfórico peninsular foi, sem dúvida, o que mais sucesso obteve no âmbito das relações comerciais a nível do Mediterrâneo. A sua produção inicia-se ainda no séc. VI a.C. e perdura, nas suas variantes evolucionadas, até ao período tardo-republicano. Está representada por quatro fragmentos (4 NMI) no Castelo de Castro Marim (Est. LVIII, n.º 450 a n.º 452 e n.º 458) e por 14 fragmentos (14 NMI) em Faro (Est. LXXVIII).

No grupo das ânforas genericamente designadas por Maña Pascual A4 (série 11 e 12 de Ramón Torres) incluem-se contentores de bordo reentrante, com engrossamento externo e/ou interno, de diâmetros reduzidos, sem colo, e de ombros altos e arredondados, cuja separação do resto do corpo é efectuada mediante uma carena mais ou menos acentuada. A evolução desta forma, a partir do séc. III a.C., está marcada pela perda do espessamento do bordo e por uma orientação mais vertical das paredes (Arruda, Bargão e Sousa, 2005), como é visível no tipo 12.1.1.2. de Ramón Torres, representada em Faro, e cuja cronologia parece estar balizada entre finais do séc. III e a 1ª metade do séc. II a.C. O seu conteúdo, piscícola, é hoje inegável (Arruda, Bargão e Sousa, 2005).

4.5.2.3.3. Tipo Tiñosa

Ânforas do tipo Tiñosa (tipo 8.1.1.2. de Ramón Torres) são também uma presença frequente nos contextos presentemente estudados. Trata-se de recipientes de corpo de tendência oval, de bordo vertical, recto e reentrante, engrossado na superfície interna. Está representada por 6 fragmentos (6 NMI) no Castelo de Castro Marim (Est. LIX) e por 22 fragmentos (22 NMI) em Faro (Est. LXXIX).

A sua cronologia parece estar bem balizada entre o séc. IV e o séc. III a.C. São recipientes produzidos exclusivamente, até ao momento, na zona designada de Campiña

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Gaditana. O seu conteúdo, como atestam as análises laboratoriais, era o azeite, produzido na mesma área (Carretero Poblete, 2003-2004, p. 117).

4.5.2.3.4. Tipo D de Pellicer

Outra presença frequente é a das ânforas de tipo D de Pellicer. São recipientes de perfil cilíndrico, com um bordo reentrante, ligeiramente engrossado internamente, e por vezes também no lado externo. Estão representadas por cinco exemplares (5 NMI) no Castelo de Castro Marim (Est. LVIII, n.º 453 a n.º 457) e por 21 exemplares (21 NMI) em Faro (Est. LXXX).

Cronologicamente esta produção centra-se entre o séc. IV e o séc. II a.C., e admite-se um conteúdo eminentemente piscícola (Arruda, Bargão e Sousa, 2005).

4.5.2.3.5. Tipo Carmona

A presença de ânforas genericamente designadas de Carmona é mais rara comparativamente aos restantes contentores anfóricos. Correspondem ao tipo 8.2.1.1. de Ramón Torres. Trata-se de contentores de perfil tendencialmente recto, de corpo cilíndrico, com bordos amplos de terminação genericamente arredondada, embora por vezes apresente uma inclinação ligeiramente esvasada. Com alguma frequência, o bordo encontra-se separado do resto do corpo mediante caneluras. Está representada por cinco fragmentos (5 NMI), apenas em Faro (Est. LXXXI).

Relativamente ao seu conteúdo, já foi avançada a possibilidade de servirem para o transporte de produtos agrícolas, como vinho ou azeite (Carretero Poblete, 2003-2004, p. 383 a p. 384), no caso das produções da zona da Campiña Gaditana, ainda que para as da área de produção da baía gaditana um conteúdo piscícola seja a hipótese mais provável. A sua cronologia parece estar balizada entre o séc. IV e III a.C. (Carretero Poblete, 2004, p. 427 a p. 428).

4.5.3. Os níveis conservados do Castelo de Castro Marim

No sítio do Castelo de Castro Marim, foram poucos os níveis preservados datáveis dos finais da Idade do Ferro. Esta ocorrência parece dever-se, principalmente, a duas razões. A primeira relaciona-se com a intensa ocupação humana da área, especialmente durante o período medieval e moderno, que, tendo em consideração a relativa abundância de fragmentos de cerâmica de “tipo Kuass” em níveis dessa cronologia, indiciam a destruição de estratos anteriores, concretamente da última fase da Idade do Ferro e do período romano. Em segundo lugar, é necessário ter em consideração alguns indicadores cronológicos que indicam que o sítio parece ter sido abandonado ou, pelo menos, deslocado a sua ocupação na área do Castelo a partir de meados do séc. III e até meados do séc. I a.C. Esta proposta é sustentada pela quase inexistência de formas tardias de cerâmica de “tipo Kuass” e também pela comparação dos espólios artefactuais associados a essas produções entre o sítio localizado na foz do Guadiana e Faro.

Das campanhas arqueológicas realizadas entre 1983 e 1988 apenas dois níveis puderam ser integrados na baliza cronológica presentemente estudada. O primeiro, Quadrado F3, nível 4, era composto por uma camada de terras de cor castanha escura, muito compactadas, com uma espessura média de 50/65 cm. Foi interpretada como um nível de aterro/entulhamento. O segundo, proveniente do Quadrado E1, nível 6 parece constituir uma zona de depósito de materiais cerâmicos, tendo em consideração que muitos dos recipientes foram identificados em situação de empilhamento e não esquecendo o seu excelente estado de conservação, tratando-se de exemplares praticamente completos. Era composto por terras compactas de cor avermelhada, misturada com muitas pedras.

Em relação às intervenções arqueológicas realizadas entre 2000 e 2003, seleccionamos cinco unidades estratigráficas que parecem corresponder a contextos seguros. A U.E. [28], interpretada como um nível de derrube ou entulhamento, corresponde a uma camada de terras castanhas, com muitas pedras. A U.E. [39] e a U.E. [41] eram de idêntica composição, variando apenas na tonalidade da terra (castanha amarelada e castanha avermelhada, respectivamente), sendo também interpretadas como níveis de derrube ou entulhamento. A U.E. [64] corresponde a uma zona de acumulação de cinzas e carvões. Por último, a U.E. [577] corresponde a um estrato de derrube de pedras, ligado com uma camada de terras de cor castanha.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

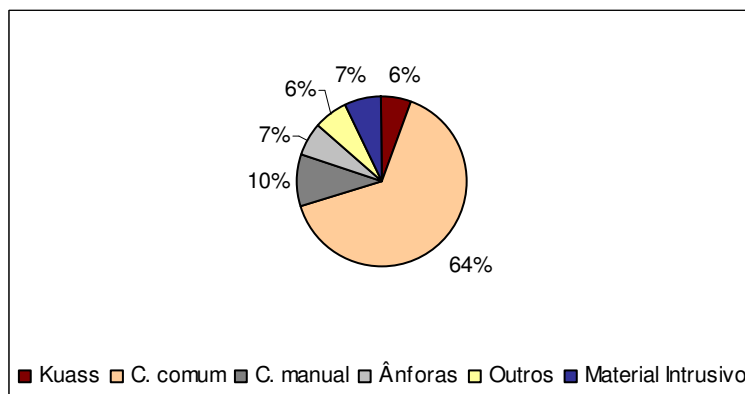


Fig. 33 – Distribuição das categorias cerâmicas representadas nos níveis conservados do Castelo de Castro Marim.

A presença de cerâmica de “tipo Kuass” não é muito expressiva, representando apenas 6% da totalidade do espólio exumado em níveis conservados. Contudo, se efectivamente a nossa proposta de a cronologia destes níveis se concentrar em finais do séc. IV / inícios do séc. III a.C., que corresponde ao momento inicial do fabrico destas produções, for correcta, isso justificaria, de certa forma, essa escassa representatividade.

Por outro lado, a cerâmica comum é extremamente abundante no conjunto, como é, aliás, frequente em outros contextos arqueológicos, traduzindo 64% do conjunto recuperado. Segue-se a cerâmica de produção manual, com 10%, os contentores anfóricos com 7% e outros materiais (metais, contas de colar, pesos de rede e de tear, entre outros), que compõem 6% do total do espólio.

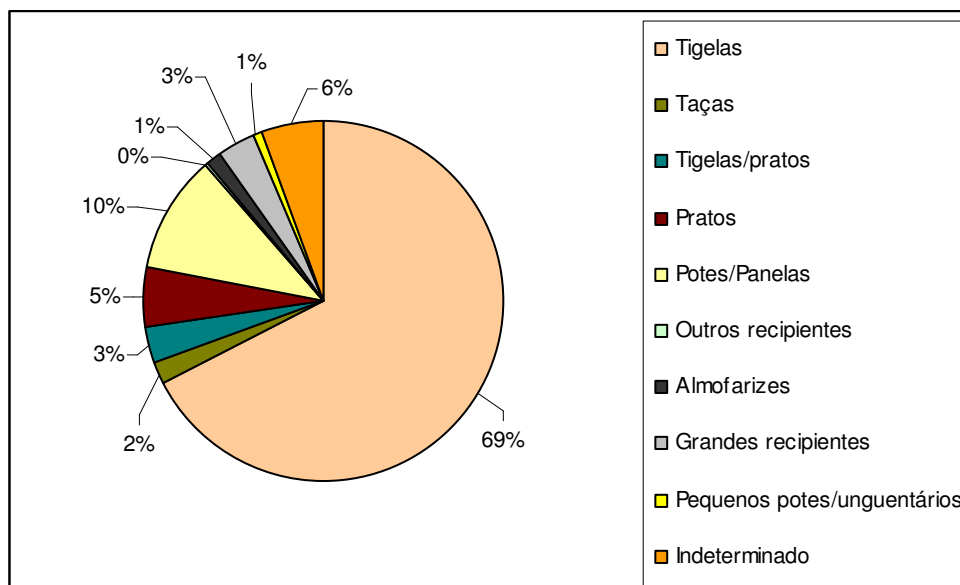


Fig. 34 – Distribuição das formas da cerâmica comum representada nos níveis seleccionados do Castelo de Castro Marim.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Em relação às formas de cerâmica comum, destaca-se a presença muito abundante de tigelas de corpo hemisférico, que podem apresentar bandas pintadas na superfície interna, que representam 69% desse reportório formal. Seguem-se as formas designadas por potes / panelas, com 10%, os pratos, com 5% e as tigelas/pratos, com 3%, os grandes recipientes, com 3% e as taças, com 2%. Os almofarizes e os pequenos potes / unguentários representam, cada qual, apenas 1% do conjunto de cerâmica comum. Por último, os recipientes presumivelmente relacionados com o armazenamento / serviço de líquidos (bilha) são formas muito escassas, não tendo representatividade no total do espólio da cerâmica comum. Os fragmentos que não foi possível classificar traduzem os restantes 6%.

O facto talvez mais interessante na análise da possível origem das produções de cerâmica comum relaciona-se com a enorme quantidade de importações presumivelmente da Baía Gaditana. Estas totalizam 75% de todo o conjunto, enquanto que as produções ditas locais ou regionais compõem os restantes 25%. Este dado evidencia, claramente, um predomínio de importações da área de Cádiz. A importância deste centro no abastecimento de produtos alimentares e manufacturados ao sítio localizado na foz do Guadiana foi já referido (Arruda, 2000, p. 730). Contudo, não deixa de ser uma evidência algo surpreendente, dado tratar-se de formas facilmente produzidas localmente, indiciando relações de profunda interdependência entre as duas áreas.

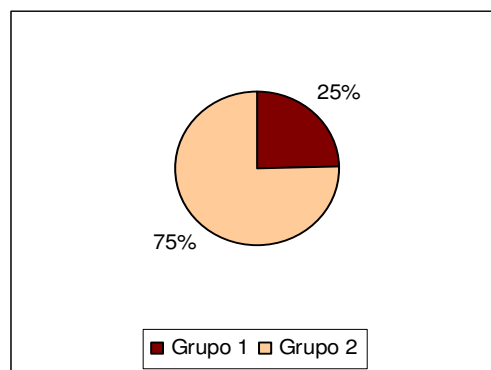


Fig. 35 – Distribuição dos grupos de fabrico da cerâmica comum e pintada em bandas exumada no Castelo de Castro Marim.

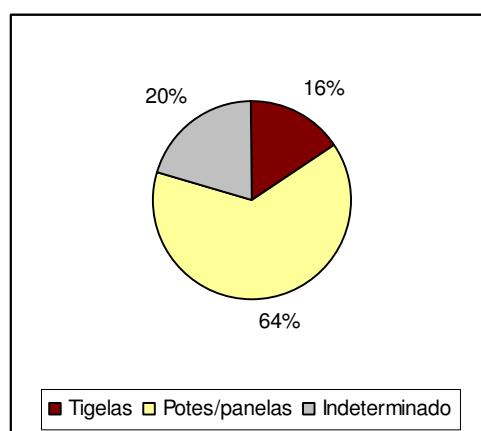


Fig. 36 – Distribuição das formas de cerâmica manual representadas nos níveis seleccionados do Castelo de Castro Marim.

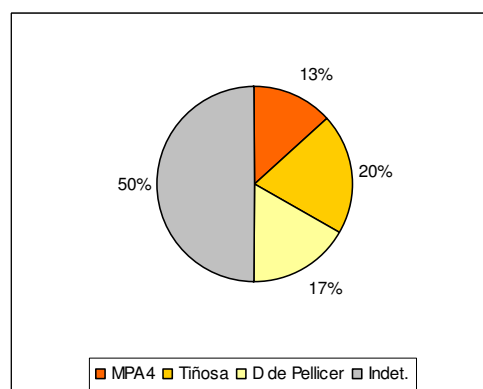


Fig. 37 – Distribuição das formas de ânforas representadas nos níveis seleccionados do Castelo de Castro Marim.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Em relação à cerâmica manual, a análise da distribuição das suas formas parece corroborar a proposta de se tratar, fundamentalmente, da cerâmica de cozinha por excelência, no sítio da foz do Guadiana. O facto de as populações locais dominarem a técnica do torno há já alguns séculos indica, por si só, que estas produções teriam como propósito desempenhar uma função concreta. Sendo, provavelmente, mais resistentes à acção do fogo do que os exemplares importados, seriam utilizadas, como indicam alguns vestígios patentes nas suas superfícies externas, para cozinhar alimentos.

Os contentores anfóricos encontram-se também pouco representados. Destaca-se, contudo, dentro desse conjunto, a grande percentagem de ânforas indeterminadas, que atingem os 50%. Esta ocorrência deve-se, para além dos fragmentos que pela sua dimensão não foram possíveis de classificar, ao facto de grande parte do espólio anfórico não estar acessível para o nosso estudo, dado tratar-se de um conjunto a ser estudado no âmbito de uma outra tese de mestrado. Dentro dos exemplares que pudemos classificar, destaca-se a presença abundante de ânforas de tipo Tiñosa, que representam 20% do conjunto. Trata-se de uma presença já divulgada (Arruda, 2001, p. 74). Todos os exemplares desta forma apresentam pastas típicas da zona da Campiña Gaditana, presentemente designadas por Grupo IV. Seguem-se as ânforas de tipo D de Pellicer, também conhecidas por ânforas de tipo “ibero-púnicas”, com 17%, tendo também sido já alvo de várias publicações (Arruda, 2001, p. 75-77). As ânforas tipo Maña Pascual A4 são mais abundantes no Castelo de Castro Marim entre o final do séc. V e a primeira metade do séc. IV (Arruda, 2001, p. 74-75). Contudo, alguns exemplares também se encontram associados a níveis mais tardios, estando representados com 13% do total do conjunto dos contentores anfóricos. No entanto, esta quantificação poderá vir a ser desmentida pela classificação final dos restantes fragmentos indeterminados.

A análise dos grupos de fabrico das ânforas representadas no Castelo de Castro Marim, indica, mais uma vez, fortes relações com o que pensamos tratar-se de zonas de produção da baía gaditana (grupo II). Contudo, as produções da Campiña Gaditana (grupo IV), que corresponde às ânforas de tipo Tiñosa, apresentam também um peso considerável no quadro das importações. Estes dados não são, porém, definitivos, uma vez que, como já foi referido, uma significativa parte destas produções ainda não foi estudada.

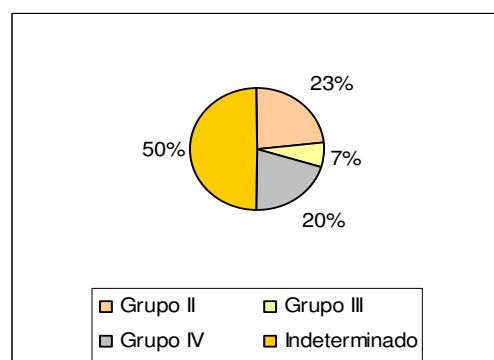


Fig. 38 – Distribuição dos grupos de fabrico das ânforas exumadas no Castelo de Castro Marim.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Podemos, contudo, depreender que os preparados piscícolas e o azeite representam um peso determinante no quadro das importações, consistindo, certamente, numa componente importante da dieta alimentar do Castelo de Castro Marim nos momentos finais da Idade do Ferro.

4.5.4. Os níveis conservados de Faro

Em relação a Faro, os contextos primários datáveis dos momentos finais da Idade do Ferro são ligeiramente mais abundantes. Foram, contudo, condicionados por alguns factores, relacionados com opções tomadas durante o processo de escavação, dado ter sido um projecto que visava uma musealização do espaço, pelo que pretendia manter estruturas relacionadas com todas as fases de ocupação.

Desta forma, o espaço onde foi possível alcançar os níveis pré-romanos foi bastante reduzido, o que dificultou e até impossibilitou a interpretação dos contextos e do urbanismo. Mesmo assim, é de destacar a abundante quantidade de materiais recolhidos nesses níveis, quer em relação à cerâmica de “tipo Kuass” quer também em função das importações anfóricas e de cerâmica comum.

Pela associação de materiais e pela sequência das unidades apresentada, que permite estabelecer uma espécie de estratigrafia relativa, seleccionámos um total de 15 contextos.

Na Sondagem 1, foram apurados onze contextos conservados: a U.E. [113], que equivale a um estrato de terras acinzentadas e compactas, corresponde ao contexto que maior número de fragmentos forneceu, com cerca de 497 exemplares passíveis de classificação morfológica; a U.E. [117] era composta por terras de tonalidade amarelada, argilosas; a U.E. [118] equivale a um depósito de terras castanhas com alguns carvões; a U.E. [119], a um nível de argilas vermelhas, muito compactas; a U.E. [122] corresponde a uma bolsa de terras castanhas claras, cinzas e carvões; a U.E. [130] equivale a um depósito de terras compactas, de tonalidade castanha clara, com muitos carvões; a U.E. [134] era composta por terras amareladas, muito compactas, parecendo corresponder a um piso; a U.E. [135] corresponde a um nível de terra cinzenta acastanhada, com muitos carvões; a U.E. [140] equivale a um depósito de terras castanhas escuras com nódulos de argila avermelhados; a U.E. [143] era composta por terras arenosas de cor castanha escura; a U.E. [145] corresponde a um nível de terra compacta, argilosa, de tonalidade acastanhada.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

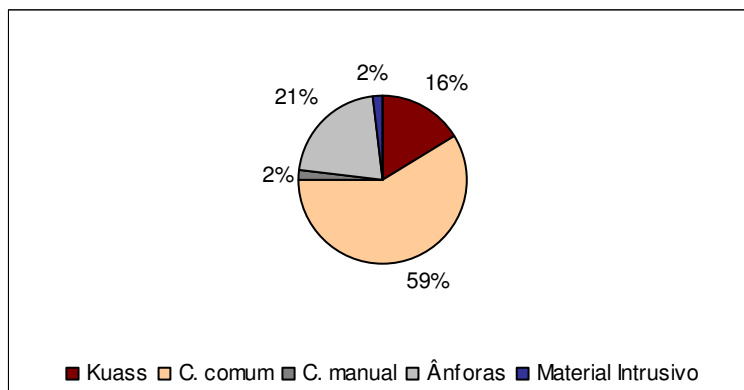


Fig. 39 – Distribuição das categorias cerâmicas representadas nos níveis conservados em Faro.

Na Sondagem 2, estudaram-se quatro contextos preservados: a U.E. [092], que equivale a um estrato de cinzas e carvões; a U.E. [094], composta por terras argilosas de tonalidade castanha clara; a U.E. [101], que corresponde a um nível de terras argilosas, castanhas escuras e com alguns carvões; a U.E [109] era composta por terras amarelas acastanhadas com alguns carvões.

A cerâmica de “tipo Kuass” dos níveis conservados de Faro encontra-se muito bem representada no conjunto, correspondendo a 16% de todo o material exumado em níveis conservados. Mais uma vez, este dado parece ir de encontro à nossa proposta cronológica de o início da ocupação, na área escavada, não anteceder o séc. III a.C., correspondendo a um momento em que as produções de cerâmica de “tipo Kuass” se encontravam já plenamente configuradas e estavam no auge da sua difusão.

A cerâmica comum é, mais uma vez, a categoria mais expressiva no conjunto, traduzindo 59% do conjunto. Seguem-se os contentores anfóricos, com 21% do espólio e a cerâmica de produção manual, com 2%.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

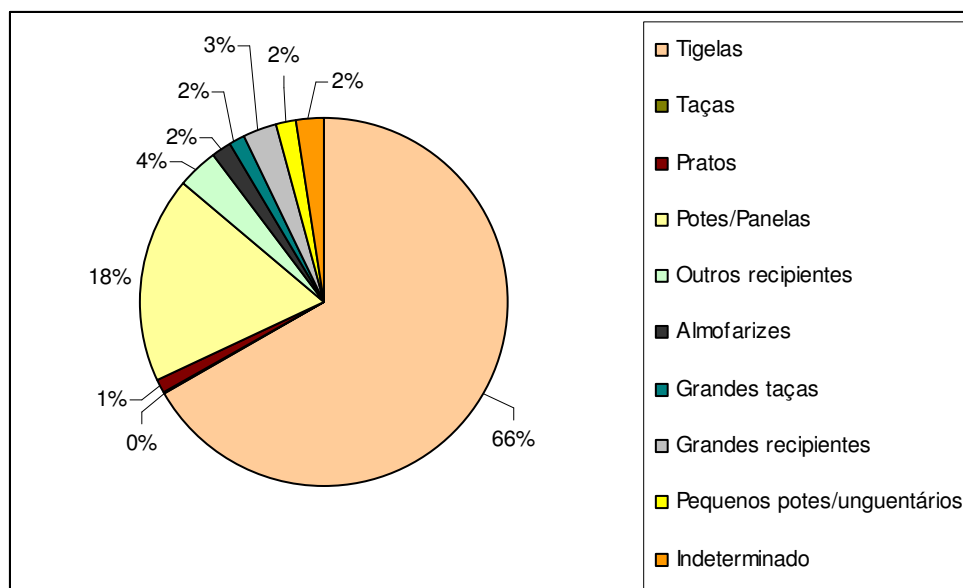


Fig. 40 – Distribuição das formas da cerâmica comum representada nos níveis conservados em Faro.

Em relação ao conjunto de formas presente na cerâmica comum, cabe destacar, mais uma vez, a presença abundante das tigelas de corpo hemisférico, que representam 66% do conjunto dessa produção. Seguem-se as formas designadas por potes / panelas, com 18%, os contentores presumivelmente destinados ao armazenamento e serviço de líquidos, com 4% e os grandes recipientes, com 3%. Os pequenos potes/unguentários, as grandes taças e os almofarizes representam, cada um, 2% do conjunto. Seguem-se os pratos, com 1% e as escassas taças de bordo reentrante, não tendo representatividade na totalidade do conjunto da cerâmica comum. Os recipientes que não foi possível classificar representam os restantes 2%.

Tal como ocorre no Castelo de Castro

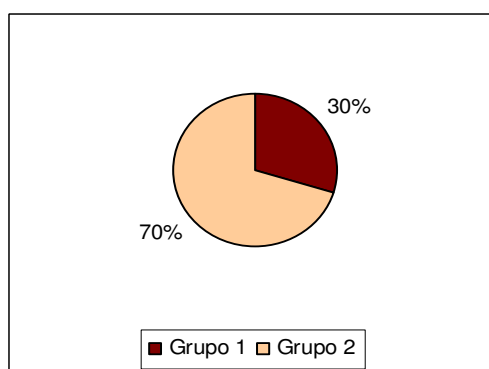


Fig. 41 – Distribuição dos grupos de fabrico da cerâmica comum e pintada em bandas exumada em Faro.

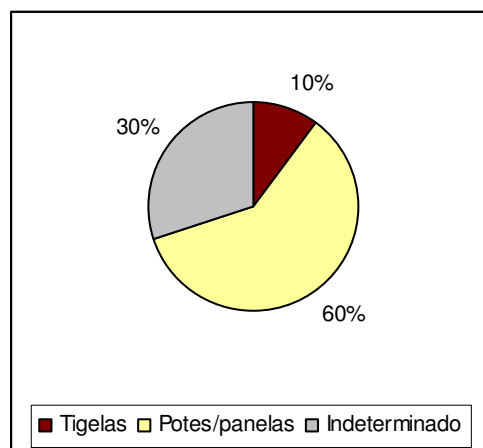


Fig. 42 – Distribuição das formas de cerâmica manual representadas nos níveis seleccionados em Faro.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Marim, a presença de cerâmica comum presumivelmente produzida, segundo a sua análise macroscópica, na área da baía gaditana é avassaladora, constituindo 70% do conjunto, enquanto que as produções de possível origem local ou regional preenchem apenas os restantes 30%, colocando-se aqui as mesmas questões desenvolvidas para o sítio da foz do Guadiana.

Também ao nível da cerâmica manual, foi possível constatar as mesmas observações efectuadas para o Castelo de Castro Marim. As formas designadas de potes/panelas são maioritárias, e várias apresentam vestígios de exposição à acção do fogo parecendo ter funcionado, também aqui, como cerâmica de cozinha.

Em relação ao espólio anfórico, cabe destacar a presença, muito abundante, de ânforas de tipo B/C de Pellicer, que representa 46% do conjunto. A maioria dos exemplares que compõem este grupo pertencem à variante B/C evolucionada. Seguem-se as ânforas da forma D de Pellicer, com 18%, as ânforas de tipo Tiñosa, com 17%, as ânforas tipo Maña Pascual A4, com 12% e as ânforas de tipo Carmona, que representam 4% da totalidade dos contentores anfóricos. Ainda que com uma representatividade escassa, a presença deste tipo anfórico é bastante relevante, dado ser o segundo caso, no território actualmente português, em que é identificado em níveis pré-romanos, pressupondo que o exemplar representado no Cerro da Rocha Branca (Gomes, 1993, p. 95 – fig. 15, n.º 5) corresponde, efectivamente, a uma ânfora de tipo Carmona.

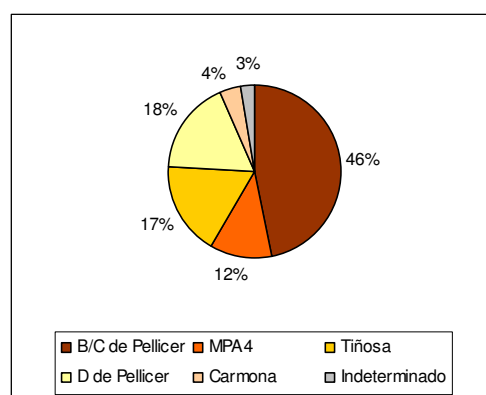


Fig. 43 – Distribuição das formas de ânforas representadas nos níveis seleccionados em Faro.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Em relação à análise sobre as possíveis origens destes contentores, cabe destacar, antes de mais, uma ocorrência singular, que corresponde ao designado “grupo I”. Propor uma origem para esta produção é, como já foi referido anteriormente, problemática. As opções dividem-se entre uma produção local ou regional algarvia, ainda que pouco sustentável, e uma origem norte africana ocidental, que

esbarra com a inexistência de informações, até ao momento, que indiquem que a forma a que corresponde esta produção (B/C evolucionadas) tenha sido aí produzida. Trata-se, porém, de uma das presenças mais significativas no quadro das importações de contentores anfóricos de *Ossonoba*. Se a primeira hipótese colocada for verdadeira, consiste no primeiro indício do desenvolvimento de importantes actividades económicas na região, capazes de produzir excedentes (quer se trate de produtos agrícolas, piscícolas ou outros) comercializáveis. Por outro lado, se se tratar de importações norte africanas ocidentais, evidencia profundas e constantes relações com essa área, permitindo estabelecer outros contactos comerciais e relações próximas entre núcleos autónomos da área correntemente designada de “Círculo do Estreito de Gibraltar”. Cabe ainda destacar a presença, ainda mais abundante, de produções da baía gaditana, seguida das da Campiña, o que evidencia, também em Faro, a importância dos preparados piscícolas e do azeite como componentes da dieta alimentar dos seus habitantes.

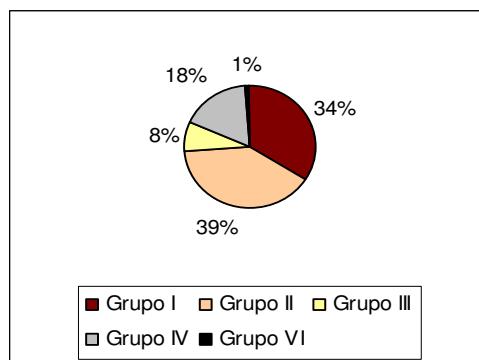


Fig. 44 – Distribuição dos grupos de fabrico das ânforas exumadas em Faro.

4.5.5. Análise e discussão

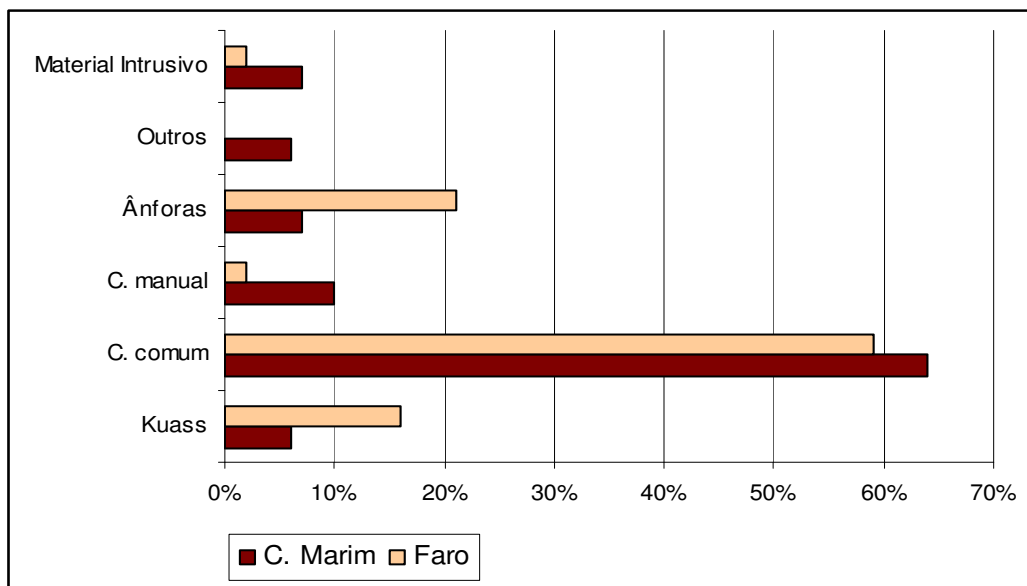


Fig. 45 – Análise percentual da distribuição das categorias cerâmicas representadas no Castelo de Castro Marim e em Faro.

A comparação percentual dos espólios analisados permite assinalar, em primeiro lugar, a distribuição das várias categorias cerâmicas. Embora a cerâmica comum atinja percentagens semelhantes em ambos os sítios, sendo a categoria melhor representada, destacam-se algumas variações ao nível da cerâmica manual, dos contentores anfóricos e da própria cerâmica de “tipo Kuass”.

Em relação a esta última, que consistia a cerâmica de mesa por excelência nestes contextos, a diferença percentual poderá traduzir momentos cronológicos ligeiramente distintos. No sítio da foz do Guadiana essa cerâmica é menos abundante, o que poderá relacionar-se com a sua primeira fase de produção (finais do séc. IV / inícios do séc. III a.C.). A sua presença mais expressiva em Faro parece, por outro lado, corresponder ao seu momento de auge, fase em que se torna, no mundo meridional peninsular, a cerâmica de mesa por excelência. O mesmo facto depende-se da análise de um outro elemento: os pratos de peixe em cerâmica comum. Esta forma parece ter obtido, numa fase prévia ao aparecimento da cerâmica de “tipo Kuass”, bastante sucesso nas comunidades meridionais. Contudo, a partir do momento de auge das produções de tipo helenístico, grosso modo, no séc. III a.C., a forma parece ser progressivamente substituída pelos pratos da forma II de Niveau de Villedary y Mariñas, mais práticos, certamente, devido à sua impermeabilização

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

fornecida pelo revestimento do engobe. A percentagem dos pratos de cerâmica comum no Castelo de Castro Marim (5%) e em Faro (1%) consiste, assim, um dado suplementar para a diferenciação cronológica dos momentos representados.

Por outro lado, a presença / ausência de determinadas formas nos sítios arqueológicos também parece indicativa de momentos distintos.

No Castelo de Castro Marim, identificou-se uma presença significativa de formas amplas, com perfil simples, que parecem corresponder a tigelas pouco profundas ou pratos, com diâmetros superiores a 210mm. Contrariamente, em Faro, não foi identificado qualquer fragmento deste tipo, rondando o maior diâmetro identificado, ao nível das tigelas, os 180mm. Parece assim, tratar-se de uma forma anterior ao séc. III a.C., pelo menos nos contextos litorais da costa algarvia.

Também a forma designada de “pequenos potes”, identificada em Faro, e à qual parece estar associada a pintura em bandas, não aparece representada no Castelo Castro Marim. Associando estes dados a outros recolhidos em contextos arqueológicos do outro lado do Guadiana, como Castillo de Doña Blanca e Mesas de Asta (Ruiz Mata, 1988; González Rodríguez, Barrionuevo Contreras e Aguilar Moya, 1997), parece tratar-se de uma forma característica do séc. III a.C., ainda que a sua origem remonte ao séc. IV a.C. O mesmo se aplica aos recipientes que possivelmente se destinavam a conter e/ou servir líquidos, especialmente os que apresentam um bordo curto e pendente, que surgem com alguma abundância em Faro e estão ausentes no Castelo de Castro Marim.

Contudo, a nível geral, as formas representadas, quer em cerâmica comum quer em cerâmica manual são bastante semelhantes, em ambos os sítios, sendo as mais frequentes as tigelas hemisféricas de perfil simples, estando também presentes, ainda que em menores quantidades, os potes/panelas, os grandes recipientes abertos (bacias/alguidares) e os almofarizes.

Em relação às áreas de produção da cerâmica comum, não deixa de ser perturbador o facto de quase mais de dois terços da cerâmica comum de ambos os sítios ser importada, aparentemente, da zona da baía gaditana, sendo as produções de âmbito local ou regional, diminutas. Este factor parece indicar a existência de relações de grande intensidade e quase de profunda dependência com essa zona nevrálgica do mundo meridional peninsular. Contudo, esta análise baseia-se apenas em descrições macroscópicas das pastas. Apenas a realização de análises laboratoriais e dos barreiros donde provêm as argilas a poderão confirmar ou não.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Quanto à cerâmica manual, destaca-se também uma superioridade na sua frequência, desta vez no Castelo de Castro Marim, comparativamente a Faro. Contudo, e se efectivamente este tipo fosse utilizado, funcionalmente, como cerâmica de cozinha, paralelamente a outras produções de cerâmica comum de âmbito local e regional, a sua aparente escassez em Faro seria compensada por um maior número de potes/panelas de produção local/regional. Trata-se de produções eminentemente caseiras, destinadas a satisfazer as funções mais necessárias do quotidiano e a substituir os recipientes mais utilizados.

Em relação aos contentores anfóricos, o aspecto comparativo que mais sobressai é a total ausência de ânforas de tipo B/C de Pellicer em Castro Marim, nos níveis de finais do séc. IV / inícios do séc. III a.C., ainda que presentes nos séculos anteriores, enquanto que em Faro são o tipo mais abundante. O que também causa estranheza é que este tipo de ânforas também não é frequente nos contextos do séc. III a.C. da zona da Baía Gaditana. Apenas na zona do vale do Guadalquivir, concretamente em Cerro Macareno (Pellicer et al., 1983) e Pajar de Artillo (Luzón, 1973) se identificam, com alguma frequência, esses exemplares, ainda que a descrição das pastas sugira fabricos substancialmente distintos do identificado em Faro. Como já foi referido, o grupo de pastas maioritário neste tipo formal, concretamente na sua variante B/C evolucionada, pode corresponder a uma produção norte africana ou a uma produção local, que parece surgir apenas após os inícios do séc. III a.C., como indica a total ausência dessa produção no sítio na foz do Guadiana, o que reforça a nossa ideia de, cronologicamente, o momento aí representado ser anterior ao de Faro. O mesmo parece aplicar-se à presença de ânforas de tipo Carmona que, ainda que escassas, se encontram presentes em Faro, nos níveis analisados, e não nos do Castelo de Castro Marim.

Resta ainda referir a diferença, também acentuada, ao nível das percentagens gerais de contentores anfóricos, o que pode, em princípio, representar uma capacidade económica ligeiramente superior de Faro em relação ao Castelo de Castro Marim. Contudo, não podemos esquecer que os níveis da Idade do Ferro escavados em Faro se encontram em melhor estado de conservação relativamente aos do sítio do Guadiana, que foram, na sua maioria, destruídos por razões já enumeradas.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

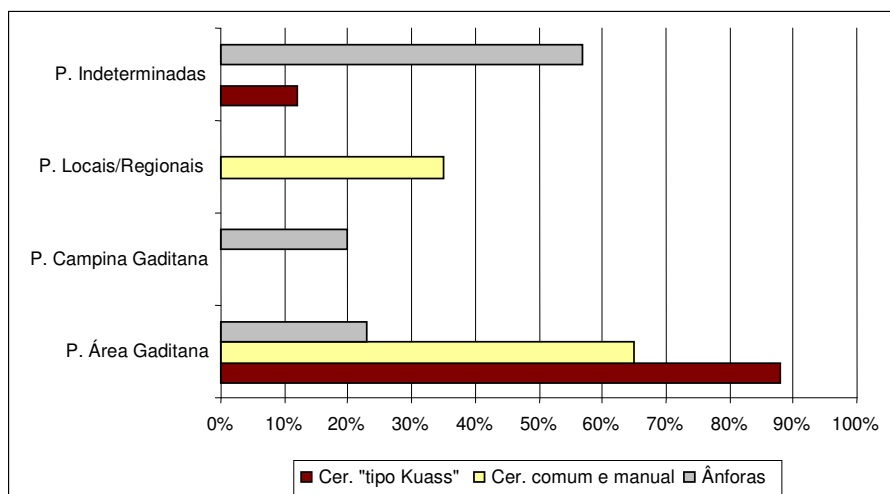


Fig. 46 – Análise percentual, segundo possíveis zonas de produção, das categorias cerâmicas representadas no Castelo de Castro Marim.

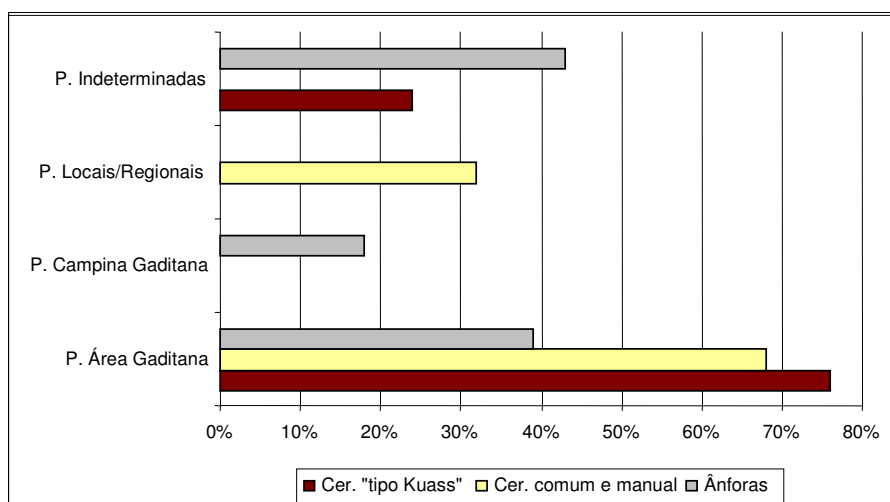


Fig. 47 – Análise percentual, segundo possíveis zonas de produção, das categorias cerâmicas representadas em Faro.

A nível geral, podemos concluir, com base na análise percentual da possível origem das várias categorias cerâmicas, que tanto o Castelo de Castro Marim como Faro revelam uma profunda e intensa ligação com a área de Cádiz, que parece evidenciar quase uma dependência económica em relação à metrópole.

A comparação destes resultados com outros contextos meridionais datados dos momentos finais da Idade do Ferro é problemática, dado que são raros os sítios onde, até ao momento, se analisou todas as categorias cerâmicas presentes nos níveis que compõem essa fase. O único local que possibilitou essa comparação foi *Lixus* (Aranegui Gascó, 2001, 2005), e apenas em alguns aspectos, concretamente no peso percentual das categorias cerâmicas. Detecta-se, aqui, percentagens muito semelhantes com os sítios algarvios,

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

especialmente Faro, e o sítio norte africano, no que os seus escavadores designaram de “fase púnica” (Aranegui Gascó, 2005, p. 141).

A semelhança entre a cultura material dos momentos finais da Idade do Ferro do Algarve e da zona meridional andaluza e norte africana já foi anteriormente reconhecida (Arruda, 1999-2000, p. 52, 2001, p. 81 e p. 82). Efectivamente, a associação de materiais cerâmicos até ao momento observada é recorrente em diversos sítios do Ocidente Mediterrâneo, como em Castillo de Doña Blanca (Ruiz Mata, 1997) Las Cumbres (Ruiz Mata e Niveau de Villedary y Mariñas, 1999; Niveau de Villedary y Mariñas e Ruiz Mata, 2000), Mesas de Asta (González Rodríguez, Barrionuevo Contreras e Aguilar Moya, 1997), Cerro Naranja (Gonzalez Rodriguez, 1985), La Tiñosa (Belén e Fernández Miranda, 1978), Gorham´s Cave (Belén e Pérez, 2000), Kuass (Ponsich, 1968; Aranegui Gascó, Kbir Alaoui e Vives Ferraniz, 2004, p. 366 e p. 368) e *Lixus* (Aranegui Gascó, 2001, 2005), entre outros.

5. A cerâmica de “tipo Kuass” no restante território português

As referências à presença de cerâmica de “tipo Kuass” no restante território actualmente português são escassas.

No Algarve, a sua presença poderá, eventualmente, estar representada em Tavira. A sua ocupação da segunda metade do I milénio a.C. foi, recentemente, publicada por via electrónica (Maia, 2004). A intervenção, dirigida pelos Drs. Manuel Maia e Maria Maia, foi efectuada na área da actual cidade, sob a sede do BNU. A referência, neste contexto, a “pratos de peixe da forma 23 de Lamboglia”, no âmbito da descrição de algumas cerâmicas de engobe vermelho, possivelmente associadas a ânforas de tipo Maña Pascual A4, Tiñosa e D de Pellicer (Maia, 2004) faz pressupor a existência de cerâmica de “tipo Kuass”, tendo em

consideração que o restante espólio cerâmico que acompanha estas produções também está presente.

Também no Cerro da Rocha Branca (Silves), as escavações dirigidas por Caetano Beirão, Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes permitiram a recolha de um vasto conjunto de materiais balizado entre os finais da primeira metade do I milénio a.C. e o período romano-republicano (Gomes, 1993). Ainda que não esteja disponível a sua representação gráfica, a referência a “(...) cerâmicas de «verniz vermelho», de tipo tardio ou «ibero-tartéssico (taças e «pratos de peixe», formas 21 e 23 de Lamboglia (...))” parecem indicar também aqui a presença de cerâmicas de “tipo Kuass”, onde parecem estar associadas a ânforas do tipo Tiñosa, B/C e D de Pellicer e, talvez também, a ânforas de tipo Carmona (Gomes, 1997, p. 95; Arruda, 1999-2000, p. 56). A presença, no Museu Municipal de Arqueologia de Silves, de um exemplar exposto da forma IX-A de Niveau de Villedary y Mariñas, com indicação de idêntica proveniência parece comprovar esta possibilidade.

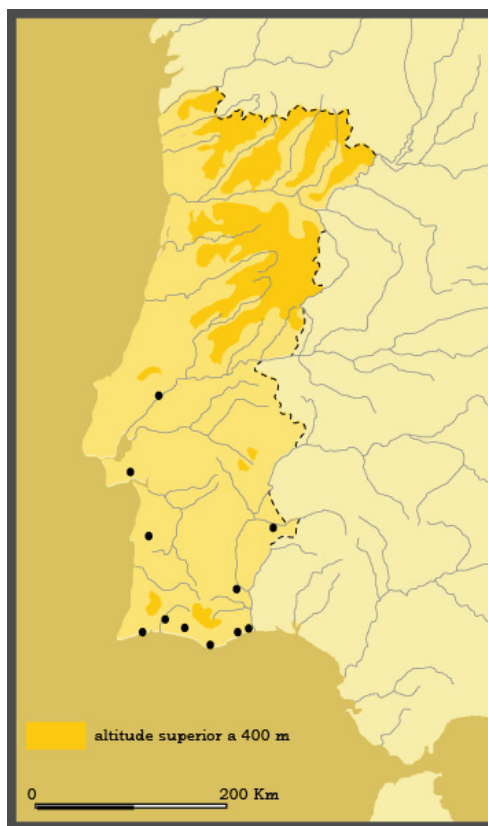


Fig. 48 Distribuição da cerâmica de “tipo Kuass” no território actualmente português (base cartográfica de Victor S. Gonçalves).

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Do sítio conhecido como Monte Molião (Lagos), que possivelmente corresponderá ao núcleo de referido nas fontes como *Lacobriga*, não conhecemos dados estratigráficos da sua ocupação pré-romana, uma vez que a única intervenção de carácter arqueológico realizada no local, sob a direcção da Dra. Susana Estrela, parece ter incidido apenas em vestígios do período romano (Estrela, 1999). Do povoado propriamente dito conhecemos apenas a existência de dois exemplares classificáveis de cerâmica de “tipo Kuass”, provenientes de campanhas de prospecção efectuadas no local pela Doutora Ana Margarida Arruda, na década de 80 do século passado, integráveis na forma II e IX-A de Niveau de Villedary y Mariñas (Est. XLI, n.º 321 e n.º 322), além de um fragmento de ânfora Maña Pascual A4, tipo 12.1.1.2. cuja cronologia está também centrada no séc. III a.C. (Arruda, Bargão e Sousa, 2005). Na zona envolvente do povoado, foi exumado, no decurso de escavações recentes, vários fragmentos de cerâmica de “tipo Kuass”, ainda que num contexto de finais do séc. II a.C., onde destacamos a presença das formas II, IV, IX-A, IX-B, X e Morel 1331 (*ver infra* 4.4.14.). Cabe apenas referir que, no decurso dos mesmos trabalhos, foi recuperado um fragmento de bordo de ânfora tipo Tiñosa (Est. XLIII, n.º 347) que, apesar de proveniente de níveis revolvidos, suporta a ocupação do povoado durante a Idade do Ferro, ainda que em momentos não anteriores ao séc. IV a.C.

Ainda em território algarvio, cabe destacar a existência de um exemplar, em exposição no Museu Municipal de Arqueologia de Silves, proveniente de S. Bartolomeu de Messines, que se enquadra na forma IX-B de Niveau de Villedary y Mariñas, apresentando decoração estampilhada no seu fundo interno.

Em Mértola, a cerâmica de “tipo Kuass” parece estar também presente e bem representada (Rego, Guerrero e Gómez, 1996, p. 131 – n.º 7-10 e p. 132 – n.º 14-16), distinguindo-se a presença da forma IX-A e da forma II-A, respectivamente, ainda que se desconheça concretamente, os níveis estratigráficos donde é proveniente. Contudo, Mértola parece ter estado plenamente integrada, em toda a dinâmica comercial que atingiu o sul do território actualmente português, particularmente nos meados do I milénio a.C., como se deduz da presença significativa de cerâmica grega (Arruda, Barros e Lopes, 1998).

No Castelo Velho de Safara, em recolhas efectuadas no local, estão presentes, pelo menos, dois fragmentos de cerâmica de “tipo Kuass” (Soares, 2001, p. 61 – fig. 7, n.º 45 e p. 62 – fig. 10, n.º 56), pertencentes, respectivamente, à forma IX-A e II de Niveau de Villedary y Mariñas.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

No restante território actualmente português, conhece-se também a existência de um prato de peixe, englobável na forma II-A estabelecida por A. M. Niveau de Villedary y Mariñas, em Santiago do Cacém (*Mirobriga*), tendo sido recuperado do espólio proveniente de escavações realizadas por D. Fernando de Almeida (Soares e Tavares da Silva, 1979, p. 159, p. 173 a p. 174 e p. 183 – n.º 57).

Nas escavações realizadas na Alcáçova de Santarém, sob a direcção da Dra. Ana Margarida Arruda, foi possível ainda exumar dois fragmentos de cerâmica de “tipo Kuass”, que parecem corresponder a pratos da forma II de Niveau de Villedary y Mariñas (Arruda, 2000, p. 6-173). Contudo, estes materiais surgem, estratigraficamente, associados a níveis já de ocupação romana.

Na publicação dos materiais recolhidos em escavações realizadas no Castro de Chibanes, por Marques da Costa, parece ser ainda possível reconhecer a presença de taças da forma IX-A de Niveau de Villedary y Mariñas (Costa, 1910, fig. 446^a, fig. 447^a, fig. 463^a e fig. 464^a).

Resta apenas referir, para finalizar, um exemplar depositado no Museu Municipal da Figueira da Foz, ainda que com proveniência desconhecida, publicado por M. Delgado (1971, Est. II, n.º 34), que consiste num fragmento de fundo, com decoração de quatro palmetas unidas pela base impressas na superfície interna, que parece também corresponder a um fragmento de cerâmica de “tipo Kuass”.

É necessário contudo, advertir que, em vários dos casos aqui indicados, concretamente nos exemplares em que não é possível conhecer o seu contexto arqueológico, os fragmentos podem corresponder a momentos cronológicos tardios, já no quadro da ocupação romana republicana.

De momento, desconhecemos se este mapa de distribuição corresponde, efectivamente, a uma realidade ou se se trata apenas de lapsos de investigação. Com efeito, a cerâmica de “tipo Kuass”, ainda que identificada na década de 60 do século passado, é uma produção só recentemente definida e sistematizada, o que poderá conduzir à sua inclusão em outras categorias cerâmicas com as quais se pode confundir, concretamente com cerâmicas campanienses ou pré-sigillatas. Com a divulgação das suas características, este mapa poderá completar-se substancialmente.

Contudo, não podemos esquecer que este vazio poderá, também, relacionar-se com um outro fenómeno que parece ter atingido a fachada atlântica ocidental portuguesa a partir

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

de meados do primeiro milénio a.C., e que conduziu à sua aparente desconexão do mundo mediterrâneo, como já foi proposto (Arruda, 1999-2000, p. 52). Ainda que sejam detectáveis alguns contactos directos ou indirectos durante o séc. V e IV a.C., traduzidos essencialmente na presença de cerâmica grega (Arruda, 1997, p. 81-96), outros indicadores de um comércio constante, como a presença de contentores anfóricos característicos desses momentos, concretamente ânforas de tipo Maña Pascual A4, Tiñosa e D de Pellicer, são muitos escassos. Por outro lado, a evolução da cultura material de vários povoados com ocupação no período orientalizante nessa área, que se traduz na permanência da cerâmica de engobe vermelho e na cerâmica cinzenta (Arruda, 1997, p. 100, 1999-2000, p. 52), indiciam também essa profunda desconexão do mundo gaditano, sofrendo estas evoluções muito marcadas no espólio artefactual, abandonando esse tipo de produções em prol das cerâmicas de “tipo Kuass” e de outros materiais de cerâmica comum e pintada em bandas.

Os poucos vestígios da presença de cerâmica de “tipo Kuass” documentados, até ao momento, na área localizada a norte da Serra algarvia, podem indicar, contudo, que se teriam mantido alguns contactos, ainda que esporádicos. Contudo, a escassez de dados sobre a sua situação estratigráfica e materiais a que surgem associados levam-nos a colocar a possibilidade de serem vestígios integráveis já em período romano.

Ainda que seja arriscado comentar esta distribuição, com base em dados tão escassos, podemos supor que a cerâmica de “tipo Kuass” se concentra particularmente na zona algarvia, onde é abundante, pelo menos nos casos presentemente estudados, presumindo-se que nos restantes povoados conhecidos na área o panorama não seja muito diferente. Na fachada ocidental atlântica, porém, a sua presença é rara, frequentemente descontextualizada, e não ultrapassa, até ao momento, os dois exemplares em qualquer um dos sítios onde foi documentada. Por último, cabe apenas destacar a sua presença ao longo da bacia do Guadiana, concretamente em Mértola e em Castelo Velho de Safara, que poderá consistir num reflexo das relações comerciais estabelecidas com o sítio da foz do rio.

6. Considerações finais

A presença de cerâmica de “tipo Kuass” no Castelo de Castro Marim e em Faro indica que ambos os locais estiveram ocupados, pelo menos, a partir de finais do séc. IV a.C.

No caso do sítio da foz do Guadiana, o início da ocupação remonta a uma fase bem anterior, centrando-se no séc. VII a.C. Contudo, o estudo das cerâmicas de “tipo Kuass” e a análise comparativa entre estas e as exumadas em Faro parecem indicar que o povoado é abandonado num momento que podemos talvez centrar em meados do séc. III a.C. Só volta a ser ocupado já em período tardo-republicano, provavelmente em meados do séc. I a.C. (Arruda, 1999-2000, p. 43). No entanto, esta proposta pode vir a ser desmentida por futuras intervenções no local, não sendo improvável ter ocorrido, a partir deste período, uma deslocação do espaço ocupado para outra área da colina.

Em relação a Faro, a situação é distinta. Os resultados apreendidos do espólio cerâmico exumado no decurso das escavações realizadas no Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique indicam que a ocupação, pelo menos naquela área, só se inicia a partir de finais do séc. IV a.C. A cerâmica de “tipo Kuass”, assim como algumas produções anfóricas tardias, como é o caso das de tipo Carmona, surgem logo nos primeiros níveis de ocupação. Ainda que existam alguns materiais que possam indiciar uma ocupação mais antiga, concretamente alguns exemplares de cerâmica ática de verniz negro (Barros, 2005) e alguns fragmentos de ânforas da variante B/C 1 de Pellicer (Arruda, Bargão e Sousa, 2005), estes surgem com um carácter meramente residual na estratigrafia analisada. Porém, a completa ausência de cerâmica de engobe vermelho e de cerâmica cinzenta impede que essa ocupação possa recuar para trás dos finais do séc. V a.C. Também aqui, apenas futuras intervenções arqueológicas, ou a publicação dos dados ainda inéditos de outras já realizadas, poderão corroborar, ou não, a cronologia proposta.

Um outro aspecto importante de referenciar é a perduração, também no território actualmente português, das cerâmicas de “tipo Kuass” já em período romano-republicano, surgindo ainda em quantidades consideráveis em contextos datados em torno ao final do séc. II e inícios do séc. I, como se observou em Faro e na zona envolvente do Monte Molião. Também na Alcáçova de Santarém e mesmo em Castro Marim, há indícios que esta produção possa ter perdurado, ainda que com carácter já claramente residual, até à segunda metade do séc. I a.C., tal como, aliás, se observou em Lixus (Aranegui Gascó, 2001, p. 149, 2005, p. 92). Não é impossível que os fragmentos do Castro de Chibanes (Costa, 1910) se

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

insiram num mesmo período cronológico. As características da cerâmica de “tipo Kuass” desta fase mais tardia evidencia que os centros produtores, ainda que já sob a forte influência dos protótipos da cerâmica campaniense, continuam em funcionamento e abastecem vários locais de consumo.

A análise conjunta dos contextos da Idade do Ferro onde surgem as cerâmicas de “tipo Kuass”, no Castelo de Castro Marim e em Faro, permitiram ainda observar uma extraordinária semelhança com outros espólios artefactuais da área meridional peninsular, concretamente a Baía e a Campiña gaditanas. Em relação à primeira, as diferenças mais assinaláveis referem-se à grande ausência de produções de uso sumptuário e principalmente de iluminação. Contudo, a significativa presença desse tipo de materiais na área de Cádiz deve-se, certamente, à proximidade da presença de centros de produção, ainda que a sua identificação ainda não se encontre bem documentada. Por outro lado, torna-se difícil avaliar o consumo de cerâmicas de uso sumptuário, desconhecendo-se as necrópoles do território algarvio, que constituem o contexto por excelência de utilização desses materiais, associados a práticas rituais (Niveau de Villedary y Mariñas, 2003a, 2003b). Ao nível da cerâmica comum, os tipos formais presentes em ambas as áreas são idênticos, destacando-se a presença das tigelas hemisféricas de perfil simples, pratos de peixe, potes/panelas, grandes recipientes e almofarizes. Ao nível das presenças anfóricas, o panorama é muito similar. As ânforas dos tipos Mañá Pascual A4, Tiñosa e D de Pellicer são as mais frequentes em ambas as áreas assim como, ainda que em menor número, as de tipo Carmona. Contudo, esta última surge apenas contextualizada em Faro, e está escassamente representada. Permite contudo estabelecer que os preparados piscícolas, o azeite e talvez o vinho, no caso de Faro, constituem as grandes bases da dieta alimentar dos povoados algarvios analisados. É necessário ainda referir a presença de um outro contentor, presente unicamente em Faro nos níveis dos finais da Idade do Ferro. Trata-se das ânforas de tipo B/C de Pellicer, concretamente da sua variante evolucionada. As características das pastas da maioria destes exemplares, de tonalidade muito avermelhada, estratificada e com abundantes intrusões calcárias, são bastante diferentes das ânforas que considerámos, ainda que macroscopicamente, provenientes quer da baía gaditana, quer da área da Campiña. Podem, contudo, corresponder a uma produção norte africana, ainda que não tenhamos encontrado, nas publicações sobre a área, paralelos formais para os presentes em Faro. Este facto leva-nos ainda a considerar a possibilidade de estas ânforas serem uma produção local ou regional algarvia (Arruda, Bargão e Sousa, 2005), ainda que tal actividade não esteja suficientemente documentada. Com efeito, a proposta de uma produção local de ânforas de tipo D de Pellicer no Castelo de Castro Marim não se encontra suficientemente

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

documentada, podendo os exemplares apresentados terem sofrido deformações devido a processos pós-deposicionais (Arruda et al., no prelo). Por outro lado, também a descrição de um forno de ânforas em Tavira, proposto por M. Maia (2004), se assemelha, a nosso ver, mais com uma zona de armazenagem, tendo em consideração que dificilmente, numa mesma fornada, se cozessem ânforas, cerâmica de “tipo Kuass” e cerâmica comum. Mesmo a descrição sumária efectuada das pastas dos contentores anfóricos presumivelmente aí produzidos parecem-se notoriamente com as pastas típicas da Campiña e da Baía Gaditana, tratando-se, presumivelmente, de ânforas de tipo Tiñosa e Maña Pascual A4, ainda que a sua representação gráfica seja, regra geral, pouco esclarecedora. A planta do dito forno também não foi, infelizmente, representada, pelo que se torna difícil aceitar, apenas com base no registo fotográfico apresentado, os paralelos estabelecidos com Torre Alta.

Voltando agora à análise dos contextos primários dos momentos finais da Idade do Ferro do Castelo de Castro Marim e de Faro, cabe ainda realçar a percentagem extraordinária de importações presumivelmente da área da baía de Cádiz, tanto ao nível da cerâmica de mesa, como da cerâmica comum e das ânforas. Como vimos anteriormente, mais de três terços da cerâmica de “tipo Kuass” de ambos os locais é proveniente, segundo as análises macroscópicas realizadas, da área de Cádiz. A mesma percentagem, aproximadamente, é observável ainda, na cerâmica comum. Em relação à possível origem de contentores anfóricos, a percentagem de importações da baía gaditana é mais reduzida, representando apenas cerca de um quarto do conjunto das ânforas, no Castelo de Castro Marim, e dois quintos, em Faro. As produções da Campiña Gaditana estão também bem representadas, constituindo cerca de um quinto das produções anfóricas importadas. Cabe contudo não esquecer que, no que concerne à análise realizada aos contentores anfóricos do Castelo de Castro Marim, os valores apresentados não são definitivos, uma vez que correspondem, por razões anteriormente explicadas, a apenas metade do conjunto exumado.

As características geográficas do actual território algarvio contribuíram, acentuadamente, para a sua individualização em relação ao restante território português. A área caracteriza-se, quer ao nível do clima quer da vegetação, por um ambiente tipicamente meridional, integrando-se no que foi definido por Orlando Ribeiro de «Portugal Mediterrâneo», consistindo na zona mais mediterrânea da costa portuguesa (Ribeiro, 1986). A barreira formada pela serra consistiu sempre um elemento que condicionou esse relativo isolamento, particularmente durante o período pré-romano. Por outro lado, os recortes da sua fachada litoral privilegiaram fortemente os contactos por via marítima quer com a actual Andaluzia, quer com o território norte africano a ocidente do Estreito de Gibraltar. Talvez

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

estas condicionantes geográficas justifiquem também a grande similaridade de espólios artefactuais entre todas essas áreas, particularmente na época presentemente em estudo, que engloba todo o período compreendido entre finais do séc. IV a.C. e o início da presença romana no território actualmente português.

Não nos parece tratar-se, contudo, somente de paralelismos formais. Segundo os dados disponíveis, as populações que se instalaram nesses povoados possuíam já um conjunto artefactual de características “mediterrâneas”, ainda que em momentos distintos. No caso do Castelo de Castro Marim, como já foi referido, essa ocupação inicia-se no séc. VII a.C., estando possivelmente relacionada com a captação de minérios da zona do interior alentejano (Arruda, 1997, 1999/2000), mantendo-se ininterruptamente até, pelo menos, meados do séc. III a.C. Em Faro, a ocupação, segundo os dados disponíveis, inicia-se apenas em finais do séc. IV a.C. O material associado a esses momentos iniciais de ocupação, assim como a sua forte componente de produções presumivelmente provenientes da baía gaditana, parece também indicar que a sua população era oriunda dessa área.

As características da evolução económica da Baía de Cádiz, durante a segunda metade do I milénio a.C., são já bem conhecidas. Nos momentos posteriores à chamada “crise do séc. VI”, *Gadir* encabeça toda uma reestruturação económica que irá caracterizar a zona meridional peninsular e norte africana ocidental a partir, pelo menos, do séc. V a.C., e cuja base seria a exploração de preparados piscícolas (López Castro, 1993, p. 353). Esta extensa área, designada genericamente por «Círculo do Estreito» ou «Liga gaditana», teria como centro nevrálgico essa metrópole, e manifestaria uma identidade económica, social e cultural autónoma (Tarradel, 1967; Arteaga, 1994, p. 26). A posição de *Gadir*, a partir destes momentos, pode ser definida como um centro hegemónico dentro da área do Estreito de Gibraltar, que, de certa forma, geria os seus recursos económicos, ainda que os restantes núcleos integrados, como é o caso de *Lixus*, *Sexi* e *Málaka*, mantivessem uma plena autonomia. Contudo, a *Gadir* parece caber uma certa polarização, que permitia dirigir as relações políticas e comerciais com o mundo mediterrâneo, simbolizada pelo Templo de Melqart, que funcionava como garante institucional dessas transacções (Arteaga, 1994, p. 44-45, 1997, p. 121).

O grande pilar económico deste ocidente mediterrâneo vai passar a repousar, como já foi referido, sobre a exploração, industrialização e comercialização, em grande escala, dos recursos agro-pecuários e piscícolas. Os produtos que adquirem agora um maior peso nas exportações são os preparados piscícolas e algumas produções agrícolas, nomeadamente trigo, azeite e vinho (Niveau de Villedary y Mariñas de Villedary, 2001, p. 325). Contudo,

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

outras actividades como a extracção de metais e captação dos produtos provenientes das rotas africanas (ouro, escravos e marfim) e atlânticas (estanho) desempenhariam ainda um papel relevante (Cabrera Bonet, 2000, p. 314).

Toda esta reestruturação económica conduziu, naturalmente, a novos modelos de gestão e exploração do território. Conhecem-se, até ao momento, numerosos vestígios de fábricas de preparados piscícolas na área, destacando-se uma particular concentração na zona da baía gaditana, concretamente entre o séc. V e o séc. II a.C. (Vallejo Sánchez, Córdoba Alonso e Niveau de Villedary y Mariñas, 1999). Parece tratar-se de pequenas unidades de carácter familiar, dadas as suas dimensões (López Castro, 1993, p. 358), cuja produção, claramente excedentária, estaria directamente controlada pelo centro gaditano, através de oligarquias ou elites locais (Vallejo Sánchez, Córdoba Alonso e Niveau de Villedary y Mariñas, 1999, p. 107 a p. 108 e p. 112).

Também no litoral marroquino, se identificaram evidências de uma estratégica idêntica de exploração de recursos, concretamente fábricas de preparados piscícolas, documentadas, até ao momento, em Kuass e *Thamusida* (Ponsich e Tarradel, 1965), evidenciando as próximas relações entre as duas áreas. Estes centros encontram-se, geralmente, associados a centros produtores de ânforas (Mañá Pascual A4 e tipo D de Pellicer), cerâmica comum e cerâmica dita fina (cerâmica “tipo Kuass”), concretamente em Torre Alta, Pery Junquera, Kuass, *Lixus* e *Banasa* (*apud in* Aranegui Gascó, Kbirí Alaoui e Vives Ferrandiz, 2004, p. 363), entre outros. Destaca-se ainda um forte incremento destas produções anfóricas, seguramente relacionadas com a natureza, escala e dimensão dos produtos agora exportados, quer para outras áreas peninsulares quer para os mercados mediterrâneos, nomeadamente o grego e o cartaginês (López Castro, 1993, p. 356). A difusão destes produtos está comprovada não só por vários testemunhos literários, como também pela identificação de ânforas produzidas na baía gaditana e talvez também em Kuass, em locais como Corinto e Olímpia (Maniatis et al, 1984, p. 205 a p. 207; Aranegui Gascó, Kbirí Alaoui e Vives Ferrándiz, 2004, p. 366). Os contentores anfóricos destinados ao transporte desses preparados piscícolas seguem, a partir do séc. V a.C., padrões muito concretos, como está patente na forma Mañá Pascual A-4 e variantes, que garantiam, possivelmente, a origem das indústrias de preparados piscícolas ocidentais (Arteaga, 1994, p. 48).

Esta reestruturação económica, no entanto, não recai unicamente sobre os preparados piscícolas. Durante as últimas décadas, têm-se vindo a identificar, na área da Campiña Gaditana, uma série de núcleos, cuja pequena dimensão e elementos arquitecturais, como é o

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

caso de Cerro Naranja (González Rodríguez, 1985), indiciam a existência de uma outra estratégia económica: a exploração agrícola. Esta parece vocacionada, principalmente, para a produção de azeite e, presumivelmente, de produtos vinícolas, que eram posteriormente distribuídos nas áreas envolventes em novos tipos de contentores anfóricos, concretamente nas ânforas de tipo Tiñosa e Carmona, respectivamente. A cronologia desses núcleos agrícolas parece iniciar-se durante o séc. IV a.C., e perdurar até ao início da presença romana em território peninsular. Num trabalho recente, P. Carretero Poblete (2003-2004) relacionou este fenómeno com movimentos migratórios de populações “líbio-púnicas” para território peninsular, sob a superintendência de Cartago. Esta interpretação implicava, necessariamente, que o seu estabelecimento nessas terras só seria possível graças a uma forte influência de Cartago, sob as comunidades peninsulares, capaz de impor, dessa forma, o seu domínio sobre toda a exploração agrícola da Campiña Gaditana. Esta leitura relançou, assim, o debate sobre uma hipotética presença / influência cartaginesa no sul do território peninsular, anterior á presença bárcida.

A tese tradicional que defende essa presença cartaginesa de carácter imperialista, na Península Ibérica, materializada através da conquista militar e da soberania territorial, foi elaborada por A. Schulten, num ambiente ideológico marcadamente classicista e anti-semita (López Castro, 1991, p. 73). Defendia que, a partir de meados do 1º milénio a.C., e coincidindo com a capitulação de Tiro, em 573 a.C., Cartago teria herdado todo o seu império comercial e marítimo, no qual estaria incluído o mundo fenício ocidental. A metrópole africana teria desenvolvido, a partir de então, uma política agressiva que a conduzira a confrontos com as cidades gregas e, posteriormente, com Roma, e cujo objectivo seria controlar política e economicamente o espaço mediterrâneo. Na luta pelos recursos do Ocidente, Cartago fora, segundo A. Schulten, um agente directo da destruição de *Tartessos* e *Mainake*, e subjugara as colónias fenícias ocidentais, à semelhança do que tinha ocorrido no Mediterrâneo Central (Schulten, 1972; Fernández Jurado, Rufete Tomico e Garcia Sanz, 1997, p. 83). Os argumentos que suportavam esta leitura eram, na sua maioria, extrapolados directamente das fontes escritas, utilizadas e manipuladas sem qualquer processo prévio de revisão crítica. É o caso do tratado de 509 a.C. transmitido por Políbio, realizado entre Cartago e Roma. Durante décadas, foi utilizado como um dos argumentos mais poderosos que sustentava a tese tradicional, dado que a sua leitura indicia a presença e forte influência de estabelecimentos cartagineses na costa peninsular. Contudo, na década de 70 do séc. passado, M. J. Peña procedeu a uma reinterpretação histórico-geográfica das cláusulas transmitidas por Políbio, propondo que o documento não se refere ao território peninsular, mas sim à zona central norte-africana (Peña, 1976-78, p. 515 a p. 519). Um outro

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

argumento a favor da teoria tradicional tem como base o segundo tratado romano-cartaginês também transmitido por Políbio e datado de 348 a.C. A referência ao contexto peninsular é, desta vez, clara, dado referir especificamente os núcleos de *Mastia* e *Tarseion*. Este tratado acordava que a navegação, o comércio e a colonização de Roma e seus aliados (entre os quais se incluíam os gregos) não era permitida para além dessas zonas, sendo entendido como uma evidência inegável do domínio cartaginês sobre as cidades peninsulares. Cartago bloqueara as rotas comerciais e a navegação às entidades responsáveis pela elaboração de fontes escritas, o que justificaria, por seu lado, a ausência de informações sobre a Península Ibérica até à época romana. A metrópole norte africana asseguraria, desta forma, o controlo comercial do Ocidente mediterrâneo. O término das importações de cerâmicas gregas no território peninsular, verificada a partir de finais do séc. IV a. C., fora encarado como uma consequência do referido tratado, sendo praticamente o único dado de cariz arqueológico que podia sustentar uma dependência efectiva das cidades fenícias do ocidente face a Cartago.

Esta ocorrência pode, no entanto, ter sido motivada por uma outra conjuntura, que uniu simultaneamente factores internos e externa à Península Grega. Por um lado, na Grécia, verifica-se uma quebra de produção motivada por profundas transformações geopolíticas, derivadas do processo de construção do Império de Alexandre Magno. Simultaneamente, no Mediterrâneo Central, assiste-se a uma reordenação dos poderes, sendo que as colónias gregas ocidentais ficam cada vez mais desprotegidas e frágeis face à influência cartaginesa e ao nascente poder de Roma, perdendo progressivamente a sua importância ao nível das relações económicas e comerciais.

Nos finais da década de 70 do séc. XX, C. Whittaker revê os modelos imperialistas cartagineses, propondo a existência, em várias áreas mediterrâneas, nas quais incluiu o sul peninsular, de relações de dependência política e económica em relação a Cartago, estabelecidas por sistemas de alianças e tratados, mas que não implicavam necessariamente uma conquista territorial, mas apenas uma política hegemónica por parte da metrópole (Whittaker, 1982; Wagner, 1994, p. 11; Fernández Jurado, Rufete Tomico e Garcia Sanz, 1997, p. 83). Esta nova hipótese foi, desde cedo, bem recebida e desenvolvida por outros investigadores, que desmontaram a anterior proposta de A. Schulten, rebatendo os seus argumentos e abrindo caminho a uma nova abordagem sobre as relações entre Cartago e o mundo fenício ocidental (López Castro, 1991; Wagner, 1994; Arruda, 1993). Efectivamente, o contraste entre as informações interpretadas das fontes escritas e o registo arqueológico era demasiado acentuado para poder ser ignorado. A cultura material patente nos sítios

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

arqueológicos, durante este período, apresenta claras dissemelhanças com a de Cartago. Uma presença de carácter colonial cartaginesa, anterior aos Bárcidas, em território peninsular, tornava-se, assim, insustentável. Até ao momento, existem apenas dois locais onde um processo similar poderá ter ocorrido, designadamente em *Ebussus* (Ibiza) e *Baria* (Villaricos) (López Castro, 1991, p. 81 a p. 84). A presença de materiais de filiação claramente cartaginesa nesses sítios é extremamente abundante, e não apresenta paralelos com qualquer outra área do mesmo âmbito cronológico, na costa a ocidente. Existem, efectivamente, materiais similares em outros locais arqueológicos (como cascas de ovos de avestruz, ânforas púnicas e máscaras de terracota), mas em quantidades que não permitem mais do que constatar evidências de relações comerciais entre as duas zonas.

P. Carretero Poblete (2003-2004) tem o mérito de aduzir novos argumentos para o suporte desta proposta, ainda que, em nossa opinião, vários sejam discutíveis. Em primeiro lugar, a existência de populações líbio-fenícias ou líbio-púnicas em território peninsular só é indicada nas fontes escritas em momentos posteriores ao início da presença bárcida e está associada, na sua maioria, a contingentes militares (Ferrer Albelda, 1996, p. 128 a p. 129). O mesmo critério cronológico refere-se à associação de cunhagens do período romano republicano de núcleos da zona da Campiña Gaditana que, se efectivamente se relacionarem com essas populações de origem africana, como os paralelos indicados aparentam, nada impede que essas movimentações tenham decorrido, mais uma vez, apenas a partir do séc. III a.C. Por outro lado, os paralelos arquitectónicos estabelecidos para as plantas dos sítios de exploração agrícola da Campiña gaditana, cujos compartimentos se organizam em torno de um pátio central, não parecem ser uma característica do mundo “púnico”, mas sim de um sistema “urbanístico” mais abrangente, de matriz mediterrânea, vigente em períodos anteriores a meados do primeiro milénio a.C. e que perdurou em momentos posteriores. Por último, seria difícil supor a existência de um controle de um território tão longínquo como a Campiña Gaditana, por parte da metrópole norte africana, sem quaisquer tipo de supervisão, particularmente de carácter militar, além de que continuam a não surgir os vestígios materiais que possam corroborar essa fundamentação. Até ao momento, ainda não surgiram novos dados que possam suportar esse tipo de domínio. Pelo contrário, toda a intensificação da exploração agrícola parece ocorrer num período de transformação e adaptação a novos modelos de exploração do território, dos quais as indústrias de preparados piscícolas são, seguramente, os mais conhecidos. Contudo, a vertente agrícola seria, sem dúvida, essencial, e esses estabelecimentos “rurais” englobar-se-iam, certamente, numa rede de subsistência mais ampla que os relacionaria, em regime de interdependência, com os núcleos de povoamento principais. Não podemos também esquecer que o azeite consistia num produto

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

importante, não só para a dieta alimentar como também para a elaboração dos preparados piscícolas. Também o aparecimento de novos modelos formais na cultura material não parece ser um argumento indiscutível. Na verdade, grande parte das formas ao nível da cerâmica comum têm a sua origem, como já foi anteriormente referido, no séc. VI a.C., ou derivam claramente de protótipos anteriores (Ruiz Mata, 1997, p. 343 a p. 345). A cerâmica de “tipo Kuass”, ainda que corresponda à grande inovação dos repertórios cerâmicos a partir de finais do séc. IV a.C., no mundo fenício-ocidental, não se relaciona com alterações culturais, mas sim, ao que tudo indica, com uma adaptação e satisfação de um gosto geral pelas cerâmicas de morfologia helenística, criado nos séculos anteriores, com as importações de cerâmicas gregas. Por último, os novos contentores anfóricos que surgem neste período não parecem ser, especialmente no caso das ânforas de tipo Tiñosa, de perfis muito distintos dos tipos que já circulavam no mundo fenício ocidental, concretamente das Mañá Pascual A4, tanto que, ao nível de fragmentos do bordo, apenas as características das pastas permitem, muitas vezes, distinguir ambos os tipos. Os contentores anfóricos de tipo Tiñosa parecem reflectir apenas um novo modelo de exploração agrícola, concentrado, especialmente, na produção de azeite, que se intensifica, notoriamente, a partir do séc. IV a.C.

A cronologia do início da ocupação do povoado *ossonobense*, definida até ao momento, integra-se neste movimento de reestruturação económica, indiciando que também aqui se teriam desenvolvido essas actividades produtivas. Não só a cultura material, mas também a estratégia de implantação e os recursos disponíveis, coincidem perfeitamente com os dos núcleos norte africanos ocidentais e com os da costa andaluza que desenvolveram essas actividades. Contudo, até ao momento, ainda não se identificaram, em todo o território algarvio, evidências que as possam documentar em período pré-romano. Mesmo em Tavira, onde as escavações realizadas na área do BNU atestam a prática de actividades piscícolas na segunda metade do I milénio a.C., a julgar pela abundante presença de restos de fauna ictiológica e malacológica, além da descoberta única de uma rede de pesca em excelente estado de conservação, ainda conectada a vários pesos de rede e associada à presença de vários anzóis de cobre (Maia, 2004), não são dados suficientes para afirmar a existência de indústrias de preparados piscícolas no local. Esse tipo de unidades reveste-se de uma série de características a nível arquitectónico que, até ao momento, não foi identificado em todo o território actualmente português em momentos anteriores à ocupação romana.

Este facto causa também, todavia, uma certa perplexidade, especialmente tendo em consideração o desenvolvimento dessas actividades depois do período augustano em todo o

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

território algarvio. Os sítios arqueológicos implantados nesta costa, com ocupação na segunda metade do I milénio a.C., situam-se em zonas com excelentes recursos marinhos, quer ao nível da captação de vários tipos de peixe quer de sal, componente essencial para a sua conservação e transformação. A própria implantação de uma série de novos núcleos de povoamento, como se supõe que tenha ocorrido em não só em Faro, mas talvez também em Vila Velha de Alvor e Monte Molião (Arruda, Bargão e Sousa, 2005, p. 205), em momentos coevos do intensificar da exploração desses produtos em todo o restante mundo peninsular meridional, fazia também supor o desenvolvimento das ditas actividades nas imediações de cada área. Talvez este desconhecimento se deva não à inexistência de tais unidades, mas sim a lacunas de actividades de prospecção, ou mesmo ao carácter urbano que, na actualidade, reveste as zonas envolventes de muitos desses núcleos.

A análise efectuada ao espólio exumado no Castelo de Castro Marim e em Faro indica que estes povoados algarvios mantinham intensas relações com a área da baía gaditana e, a julgar pela quantidade de importações, quase uma relação de dependência ao nível de produtos alimentares e de produções cerâmicas. A sua capacidade económica seria assim, bastante elevada, ainda que sejam escassos os indícios da sua proveniência. No Castelo de Castro Marim, os dados recolhidos durante as escavações permitem afirmar que a pesca e a recollecção de moluscos consistiam em actividades vitais para a economia do povoado. Os restos de fauna ictiológica e malacológica recolhida são muito abundantes, assim como vários tipos de anzóis de cobre e pesos de rede (Arruda, no prelo a). A tecelagem parece ter também desempenhado um papel relevante, dada a quantidade abundante de pesos de tear, cossoiros e agulhas. Infelizmente, das escavações realizadas em Faro, não foi possível detectar este tipo de elementos. Desconhecemos, até ao momento, as características da fauna recolhida, uma vez que ainda não surgiram oportunidades para esta ser tratada devidamente. Por outro lado, as características do solo impediu a boa conservação de fragmentos de metais e no espólio exumado também não surgiram outro tipo de objectos como os identificados no Castelo de Castro Marim. Contudo, a área intervencionada foi muito limitada, assim como as zonas escavadas em profundidade onde se atingiram níveis da Idade do Ferro.

A agricultura pode ter-se constituído como uma actividade importante para a economia dos sítios em análise, num modelo similar ao já conhecido para a área da Campiña Gaditana. Contudo, desconhece-se, até ao momento, qualquer tipo de estabelecimentos de carácter rural em torno dos povoados algarvios estudados, ainda que tal se possa relacionar com a ausência de prospecções sistemáticas na área. No entanto, no caso do Castelo de

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

Castro Marim, esse factor não parece estar relacionado com falta de investigação na zona, uma vez que a área envolvente já foi várias vezes prospectada, sendo os únicos vestígios reconhecidos, até ao momento, localizados na Serra (Arruda, 1999-2000, p. 52; Freitas e Oliveira, no prelo). Esta situação poderá assim dever-se a uma fraca capacidade agrícola dos solos no território de Castro Marim, ao contrário do que ocorre na zona envolvente de Faro.

Por outro lado, não parece descabido conceber que a importância e principal actividade do Castelo de Castro Marim fosse idêntica à dos séculos imediatamente anteriores, e estivesse relacionada com a captação de metais. O curso do Guadiana proporcionava uma via privilegiada de penetração para o interior alentejano, concretamente para zonas de elevado potencial mineiro. O Castelo de Castro Marim, juntamente com Mértola, tornar-se-iam em centros de recepção e de redistribuição de produtos oriundos da zona da baía gaditana, que seriam canalizados para essas zonas mais interiores em troca, presumivelmente, de metais, que seriam, por sua vez, enviados para Cádiz (Arruda, 1997). Ainda que esta tese tenha sido proposta particularmente para o séc. V e o séc. IV a.C., a presença de cerâmica de “tipo Kuass” em Mértola e no Castelo Velho de Safara indicia uma continuidade dessas relações, dado que neste último sítio a prática da metalurgia da prata parece estar atestada durante a segunda metade do primeiro milénio a.C. (Soares, Araújo e Cabral, 1985, p. 91 e p. 93; Soares, 2001). Ainda que com menor importância do que na primeira metade do I milénio a.C., os recursos metalúrgicos parecem terem desempenhado um papel relevante nas actividades económicas dos momentos finais da Idade do Ferro na zona meridional peninsular (Belén Deamos e Escacena Carrasco, 1997, p. 140).

No que concerne à organização sócio-política dos núcleos costeiros algarvios, os dados são ainda mais escassos. Tem sido proposto, com base nos indícios das actividades económicas desenvolvidas, que os povoados seriam controladas por “um grupo de comerciantes eventualmente dependentes de uma elite político-administrativa” (Arruda, 1999-2000, p. 61; 2000, p. 730), correspondendo ao modelo de sociedade oligárquicas proposto por O. Arteaga (1994, p. 34) para o “Círculo do Estreito” na segunda metade do I milénio a.C. Contudo, a ausência de necrópoles de cronologias coevas do momento estudado (Arruda, 1999-2000, p. 58) impede um conhecimento mais fundamentado da estruturação social interna de cada sítio.

Relativamente às relações estabelecidas entre os vários núcleos, concordamos com a proposta já sugerida de que nenhum parece exercer qualquer espécie de capitalidade sobre os restantes (Arruda, 1999-2000, p. 61). A autonomia individual destes centros parece perdurar também pelo período romano-republicano, uma vez que, na sua maioria, foram

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

centros de cunhagem monetária durante essa fase (Faria, 1997). No entanto, a abundante quantidade de importações provavelmente oriundas da área gaditana, não só ao nível da cerâmica de mesa mas também de cerâmica comum e de produtos alimentares, estes últimos documentados pelos contentores anfóricos, parece indiciar uma certa relação de dependência com essa metrópole, que provavelmente exercia, também nos povoados algarvios, a sua hegemonia, em módulo semelhante ao que ocorria em relação a outros núcleos do “Círculo do Estreito”. Porém, a uma escala regional, parece importante questionarmo-nos sobre a possibilidade da actividade cultural assumida no Castelo de Castro Marim ter desempenhado o papel de uma “instituição polarizante” do seu território imediato. Segundo O. Arteaga (1994, p. 31), os templos e lugares de culto exerciam, além da função religiosa, uma função eminentemente social e “cívica”, traduzida pelo controle económico, político e administrativo do seu território envolvente.

Como foi já referido, todos estes sítios apresentam uma cultura material muito homogénea, indicando uma mesma filiação, com profundas influências mediterrâneas, e extremamente semelhante à definida para a outra margem do Guadiana, no que é por alguns designado de horizonte “turdetano” (Arruda, 1999-2000). Assim, pelo menos ao nível do registo arqueológico, parece óbvia a existência de uma “identidade cultural” comum entre as duas zonas, que foi certamente condicionada pelas características geográficas da própria região algarvia, sendo a via marítima a mais favorecida, por oposição à penetração para o interior, dificultada pela Serra. Estas ligações com o interior alentejano, no período em questão, não são, contudo, inexistentes, mas apenas menos constantes. Eram realizadas, certamente, utilizando as vias fluviais, o que explica a necessidade de implantação dos povoados algarvios nos estuários de grandes rios, e reflectem-se na identificação de alguns materiais de influência mediterrânea nas áreas interiores.

A clara semelhança entre os espólios artefactuais algarvios e andaluzes, assim como a semelhança de padrões de implantação no território, parece indicar a existência “(...) un único esquema cultural y un único escenario social, y es una muestra de que el Algarve litoral se constituye como una prolongación del territorio hacia oriente del Guadiana.” (Arruda, 1999-2000, p. 59), como indicia o já famoso excerto da obra de Estrabão que, ainda que durante o período romano republicano, embora distinga, inicialmente, as duas áreas, colocando o limite da Turdetânia no rio Guadiana, acaba por descrevê-las em conjunto.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

7. Bibliografia

ACQUARO, E. (2000) - Los fenicios y púnicos en Cerdeña. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos (Cádiz, 1995)*. Cádiz: Universidad. Vol. I: p. 71-81.

ADROHER AUROUX, A. M. (2000) - Contextos de barniz negro en la Alta Andalucía entre los siglos II y I a.C. In AQUILUÉ ABADÍAS, X., GARCÍA ROSSELLÓ, J. y GUITART DURÁN, J. (coord.), *Actas de la Taula Rodona: La ceràmica de vernís negre dels segles II i I aC: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica (Empúries, 1998)*. Mataró, p. 149-176.

ADROHER AUROUX, A. M.; RISUEÑO OLARTE, B. (1991) – Los modos de producción en el artesanado de la antigüedad a través de los talleres cerámicos. *Florentia Iliberritana*. Granada: Universidad. 2: p. 7-20.

ADROHER AUROUX, A. M.; LÓPEZ MARCOS, A. (1995): Las cerámicas de barniz negro. I. Cerámicas áticas y protocampanienses. *Florentia Iliberritana*. Granada. 6: p. 11-53.

ADROHER AUROUX, A. M.; LÓPEZ MARCOS, A. (1996): Las cerámicas de barniz negro. II. Cerámicas campanienses. *Florentia Iliberritana*. Granada. 7: p. 11-37.

ALARCÃO, J. (1988) – *O domínio romano em Portugal*. 3ª ed. Publicações Europa América.

ALARCÃO, J. (coord.) (1996) – *De Ulisses a Viriato*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.

ALCARAZ HERNÁNDEZ, F. M. (1988) - Excavación de urgencia en Villaricos. Cuevas de Almanzora, Almería 1988. *Anuario Arqueológico de Andalucía. Actividades de urgencia. Informes y memorias*. Sevilla. III: p. 26-29.

ALCARAZ HERNÁNDEZ, F.M. (1989) - Excavación arqueológica de urgencia en Villaricos. Cuevas de Almanzora. Almería 1989. *Anuario Arqueológico de Andalucía. Actividades de urgencia. Informes y memorias*. Sevilla. III: p. 30-32.

ALMAGRO GORBEA, M. J. (1984): La Necrópolis de Baria (Almería). Campañas de 1975-78. *Excavaciones Arqueológicas en España*. Madrid. 129.

ALVAR, J. (1991) – La caída de Tiro y sus repercusiones en el Mediterráneo. In *La caída de Tiro y el auge de Cartago. V Jornadas de Arqueología fenicio-púnica de Ibiza. Ibiza, 1990*. Ibiza: Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza. 25: p. 19-27.

ALVAR, J.; MARTÍNEZ MAZA, C.; ROMERO, M. (1992): La (supuesta) participación de Cartago en el fin de Tartesso. *Habis*. Sevilla. 23: p. 39-52.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

ALEXANDROPOULOS, J.; GRAN-AYMERICH, J. M. J. (1987) – Fouilles à Malaga et recherches phénico-puniques dans la région du Détroit de Gibraltar. *Mélanges de la Casa Velázquez*. Paris. XXIII: p. 523-529.

AMO, M. del (1970): La cerámica campaniense de importación y las imitaciones campanienses en Ibiza. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 27: p. 201-256.

AMO, M. del; BÉLEN DEAMOS, M. (1981): Estudio de un corte estratigráfico en el Cabezo de S. Pedro. *Huelva Arqueológica*. Huelva. V: p. 57-148.

AQUILUÉ ABADÍAS, X.; CASTANYER MASOLIVER, P.; SANTOS RETOLAZA, M.; TREMOLEDA TRILLA, J. (2000) – Les ceràmiques de vernís negre dels segles II i I aC a Empúries, L'Escala, Alt Empordà. In AQUILUÉ ABADÍAS, X., GARCÍA ROSELLÓ, J. e GUITART DURAN, J. (coord.), *Actas de la Taula Rodona: La ceràmica de vernís negre dels segles II i I aC: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica (Empúries, 1998)*. Mataró, p. 31-58.

ARANEGUI GASCÓ, C. (1996) – Los platos de peces y el más allá. *Complutum Extra. Homenaje al Profesor Manuel Fernández-Miranda (I)*. Madrid. 6: p. 401-414.

ARANEGUI GASCÓ, C. (ed. cient.) (2001) – Lixus – Colonia Fenicia y Ciudad Púnico-Mauritana; Anotaciones sobre su ocupación medieval. *Saguntum Extra*. Papeles del Laboratorio de Valencia. València. 4.

ARANEGUI GASCÓ, C. (ed. cient.) (2005) – Lixus – 2 Ladera Sur. Excavaciones Arqueológicas Marroco-Españolas en la colonia fenicia. Campañas 2000-2003. *Saguntum Extra*. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia. Valencia. 6.

ARANEGUI GASCÓ, C.; BELÉN DEAMOS, M.; FERNÁNDEZ-MIRANDA, M.; HERNÁNDEZ, E. (1992) - La recherche archéologique espagnole à Lixus: Bilan et perspectives. In *Lixus. Actes du Colloque (Larache, 1989)*. Collection de l'École Française de Rome. Paris-Roma. 166: p. 5-15.

ARANEGUI GASCÓ, C.; TARRADELL-FONT, N.; KBIRI ALAOUI, M.; CARUANA, I. (2000) – Lixus. Arquitectura, cerámica y monedas de época púnico-mauritana. *Revista de Arqueología*. Madrid. 28: p. 14-24.

ARANEGUI GASCÓ, C.; KBIRI ALAOUI, M.; VIVES FERRÁNDIZ, J. (2004) – Alfares y producciones cerámicas en Mauritania Occidental. Balance y perspectivas. In *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Vol. I: p. 363-378.

ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M., dir. (1998) – *La quantification des céramiques. Conditions et protocole. Actes de la table ronde du Centre archéologique européen du Mont Beauvray (Glux-en-Glenne, 7-9 avril 1998)*. Bibracte. 2.

ARRIBAS, A.; ARTEAGA, O. (1975) – El yacimiento fenicio de la desembocadura del río Guadalhorce (Málaga). *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*. Serie monográfica. Granada. 2.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

ARRIBAS, A.; TRIAS, M. G.; CERDÁ, D; HOZ, J. (1987) - *El Barco de El Sec (Costa de Calviá, Mallorca). Estudio de los materiales*. Mallorca.

ARRUDA, A. M. (1986) – Castro Marim na Idade do Ferro. In *Actas do 4º Congresso do Algarve*. Silves: Racial Clube. Vol. I: p. 33-38.

ARRUDA, A. M. (1987) – Castelo de Castro Marim. *Informação arqueológica*. Lisboa. 8: p. 32-34.

ARRUDA, A. M. (1988) – Nota acerca da ocupação romano-republicana do Castelo de Castro Marim. In *Actas do 5º Congresso do Algarve*. Silves: Racial Clube. Vol. I: p. 13-17.

ARRUDA, A. M. (1991) – Panorama das importações gregas em Portugal. In *Actas del Simposium Internacional Iberos y Griegos: Lecturas desde la diversidad (Ampurias, 1991)*. Huelva Arqueológica. Huelva. XIII, n.º 1: p. 127-154.

ARRUDA, A. M. (1993) – O oriente no Ocidente. In MEDINA (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. Vol. 2: p. 17-44.

ARRUDA, A. M. (1997) – *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*. Lisboa: Edições Colibri.

ARRUDA, A. M. (1998) - O Algarve nos séc. V e IV a.C. In *O Algarve. Da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri, p. 23-31.

ARRUDA, A. M. (2000): *Fenícios e Mundo Indígena no centro e sul de Portugal (séc. VIII-VI a.C.)*. Em torno às histórias possíveis. Dissertação de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.

ARRUDA, A. M. (1999/2000) – *Los Fenícios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Carrera Edició.

ARRUDA, A. M. (2000) – As cerâmicas de importação do Castelo de Castro Marim: no âmbito do comércio ocidental dos séculos V a III a.C. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos (Cádiz, 1995)*. Cádiz: Universidad. Vol. II: p. 727-735.

ARRUDA, A. M. (2001) – Importações púnicas no Algarve: cronologia e significado. In *Actas do colóquio internacional “Os Púnicos no Extremo Ocidente” (Lisboa, 2000)*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 69-98.

ARRUDA, A. M. (2003): Tavira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território durante a 1ª Idade do Ferro. In *Tavira. Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 51-56.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

ARRUDA, A. M. (no prelo a) - Os recursos marítimos na economia da Idade do Ferro do Sul de Portugal: o sal, a pesca e os preparados de peixe.

ARRUDA, A. M. (no prelo b) - O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século.

ARRUDA, A. M.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1995) – O que é a II Idade do Ferro no sul de Portugal. In *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular. Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35, n.º 2: p. 237-257.

ARRUDA, A. M.; BARROS, P.; LOPES, V. (1998) – Cerâmicas áticas de Mértola. *Conímbriga*. Coimbra. 37: p. 121-149.

ARRUDA, A. M.; BARGÃO, P.; SOUSA, E. (2005) – A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8, n.º 1: p. 177-208.

ARRUDA, A. M.; FREITAS, V.; OLIVEIRA, C. (no prelo) - Os Fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P.; PEREIRA, R. (no prelo) – A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana.

ARTEAGA, O. (1994) – La liga púnico-gaditana. Aproximación a una visión histórica occidental, para su contrastación con el desarrollo de la hegemonía cartaginesa en el mundo Mediterráneo. *Cartago, Gadir, Ebusus y la influencia púnica en los territorios hispanos. VIII Jornadas de Arqueología fenicio-púnica de Ibiza. Ibiza, 1993*. Ibiza: Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza. 33: p. 23-57.

ARTEAGA, O. (1997) – Socioeconomía y sociopolítica del iberismo en la Alta Andalucía. In FERNÁNDEZ JURADO, J.; RUFETE TOMICO, P.; GARCÍA SANZ, C. (eds.), *La Andalucía Ibero-Turdetana (Siglos VI-IV a. C.)*(Huelva, 1994). *Huelva Arqueológica*. Huelva. XIV: p. 97-136.

ARTEAGA, O.; SERNA, M. R. (1975) – Los Saladares 71. *Noticiario Arqueológico Hispanico*. Madrid. 3: p. 9-90.

AUBET, M. E. (1987) – *Tiro y las colonias fenicias de Occidente*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.

AUBET, M. E.; CARMONA, P.; CURIÀ, E.; DELGADO, A.; FERNÁNDEZ CANTOS, A.; PÁRRAGA, M. (2000) – *Cerro del Villar I. El asentamiento fenicio de la desembocadura del Guadalhorce y su interacción com el hinterland*. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura.

BARCELÓ, J.; DELGADO, A.; FERNÁNDEZ, A.; PÁRRAGA, M. (1995) – El área de producción alfarera del Cerro del Villar (Guadalhorce- Málaga). *Rivista di Studi Fenici*. Roma. 23, n.º 2: p. 145-182.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

BARROS, P. (2003): As cerâmicas áticas de Tavira. In *Tavira. Território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 73-75.

BARROS, P. (2005) – Cerâmicas áticas no Circuito do Estreito do Extremo-Occidente Peninsular: Quinta da Queimada, Ilhéu Rosário, Faro e Tavira. In *El Período Orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental. Anejos de Archivo Español de Arqueología*. Mérida: CSIC. Vol. II: p. 931-945.

BARTHELEMY, M. (2000) - El comercio fluvial en la península ibérica. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos (Cádiz, 1995)*. Cádiz: Universidad. Vol. I: p. 291-297.

BATS, M. (1988) - Vaisselle et alimentation à Olbia de Provence (v. 350 - v. 50 av. J.-C.). Modeles culturels et catégories céramiques. *Revue Archéologique de Narbonnaise*. Montpellier. Sup. 18.

BEIRÃO, C. M.; SILVA, C. T.; SOARES, J.; GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1987) – Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. IV, 3: p. 45-136.

BEIRÃO, C. M.; SILVA, C. T.; SOARES, J.; GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1987) – Um Depósito votivo da II Idade do Ferro, no sul de Portugal, e as suas relações com as culturas da meseta. *Studia Paleohispanica. Actas do IV Colóquio de Linguas y Culturas Paleohispanicas. Veleia*. Vitoria: Universidad del País Vasco. 2-3: p. 207-221.

BELÉN DEAMOS, M.; FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. J., GARRIDO, J. P. (1977) – Los orígenes de Huelva. Excavaciones en los Cabezos de San Pedro y La Esperanza. *Huelva Arqueológica*. Huelva. III.

BELÉN DEAMOS, M.; FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. (1978): La Tiñosa (Lepe, Huelva). *Huelva Arqueológica*. Huelva. IV: p. 197-289.

BELÉN DEAMOS, M.; ESCACENA CARRASCO, J. L. (1990) – Niebla (Huelva). Excavaciones junto a la Puerta de Sevilla (1978-1982). La cata 8. *Huelva Arqueológica*. Huelva. XII: p. 167-305.

BELÉN DEAMOS, M.; ESCACENA CARRASCO, J. L. (1997) – Economía y sociedad en la Turdetania de los siglos V-IV a.C. In FERNÁNDEZ JURADO, J.; RUFETE TOMICO, P.; GARCÍA SANZ, C. (eds.), *La Andalucía Ibero-Turdetana (Siglos VI-IV a. C.)*(Huelva, 1994). *Huelva Arqueológica*. Huelva. XIV: p. 138-160.

BELÉN DEAMOS, M.; ANGLADA, R.; ESCACENA, J. L.; JIMÉNEZ, A.; LINEROS, R.; RODRIGUEZ, I. (1997) – *Arqueología en Carmona (Sevilla). Excavaciones en la Casa-Palacio del Marqués de Saltillo*. Sevilla: Consejería de Cultura, Junta de Andalucía.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

BELÉN DEAMOS, M.; PÉREZ, I. (2000) – Gorham’s Cave, un santuario en el Estrecho. Avance del estudio de los materiales cerámicos. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos (Cádiz, 1995)*. Cádiz: Universidad. Vol. II: p. 531-542.

BELTRÁN LLORIS, M. (1970) – *Guía de la Cerámica Romana*. Zaragoza: Libros Pórtico.

BENDALA GALÁN, M.; ROLDÁN GÓMEZ, L.; BLÁNQUEZ PÉREZ, J.; MARTÍNEZ LILLO, S. (1994)- Proyecto Carteia: Primeros resultados. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 21: p. 81-116.

BERNAL CASASOLA, D.; DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J.; EXPÓSITO ÁLVAREZ, J. A.; SÁEZ ROMERO, A.M.; LORENZO MARTÍNEZ, L.; SÁEZ ROMERO, A. (2003) – *Arqueología y Urbanismo. Avance de los hallazgos de época púnica y romana en las obras de la carretera de Camposoto (San Fernando, Cádiz)*. Cádiz: Universidad.

BERNAL CASASOLA, D.; LORENZO MARTÍNEZ, L.; EXPÓSITO ÁLVAREZ, J. A.; SÁEZ ROMERO, A. M.; DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. (2004) – Las innovaciones tecnológicas itálicas en la alfarería gadirita (s. II a.C.). A propósito del taller anfórico de la Avda. de Portugal. In *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Vol. 2: p. 621-632.

BLÁNQUEZ PÉREZ, J.(1985) - Un nuevo material cerámico de engobe rojo. In *Actas del VI Congreso Internacional de Arqueología Submarina (Cartagena, 1982)*. Madrid, p. 463-474.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (1992) - *Fenicios, griegos y cartagineses en Occidente*. Madrid.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; ALVAR EZQUERRA, J.; WAGNER, C. G. (1999) - *Fenicios y cartagineses en el Mediterráneo*. Madrid.

CABRERA BONET, P. (1994) – Cádiz y el comercio de productos griegos en Andalucía Occidental durante los siglos V y IV a.C. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 51, n.º 2: p. 89-101.

CABRERA BONET, P. (1997) – La presencia griega en Andalucía (siglos VI al IV a.C.). In FERNÁNDEZ JURADO, J.; RUFETE TOMICO, P.; GARCÍA SANZ, C. (eds.), *La Andalucía Ibero-Turdetana (Siglos VI-IV a. C.)*(Huelva, 1994). *Huelva Arqueológica*. Huelva. XIV: p. 33-59.

CABRERA BONET, P. (2000) – Cádiz y Ampurias: relaciones económicas y de intercambio. Siglos V y IV a.C. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos (Cádiz, 1995)*. Cádiz: Universidad. Vol. I: p. 313-317.

CARRETERO POBLETE, P. A. (2003/2004) – *Las ánforas tipo “Tiñosa” y la explotación agrícola de la Campiña Gaditana entre los siglos V y III a.C.* Tesis Doctoral Inédita. Universidad Complutense de Madrid.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

CARRETERO POBLETE, P. A. (2004) – Las producciones cerámicas de ánforas tipo “Campamentos Numantinos” y su origen en San Fernando (Cádiz): Los hornos de Pery Junquera. In *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Vol. 2: p. 427-439.

CASTAÑEDA FERNÁNDEZ, V.; HERRERO LAPAZ, N. (1998) – Intervención arqueológica de urgencia en los entornos de los hornos tardopúnicos de Torre Alta (San Fernando, Cádiz). Sondeos arqueológicos en la Unidad de ejecución, n.º 16. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. III: p. 134-137.

CINTAS, P. (1952) – *Ceramique Punique*. Tunis.

COSTA, A. I. M. (1910) – Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal. *O Archeologo Português*. Lisboa. XV: p. 55-83.

CUADRADO, E. (1953) – Materiales ibéricos: cerámica roja de procedencia incierta. *Zephyrus*. Salamanca. IV: p. 265-310.

DELGADO, M. (1971) – Cerâmica campaniense em Portugal. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Coimbra: Ministério de Educação Nacional, Junta Nacional de Educação. Vol. 2: p. 403-420.

DELGADO HERVÁS, A.; FERNÁNDEZ CANTOS, A.; RUIZ MARTÍNEZ, A. (2000) - Las transformaciones del s. VI a.n.e. en Andalucía: Una visión desde las relaciones entre fenicios e indígenas. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos (Cádiz, 1995)*. Cádiz: Universidad. Vol. IV: p. 1781-1787.

ESCACENA, J. L.; BELÉN DEAMOS, M. (1997) – El poblamiento en la Baja Andalucía durante los siglos V-IV a.C. In FERNÁNDEZ JURADO, J.; RUFETE TOMICO, P.; GARCÍA SANZ, C. (eds.), *La Andalucía Ibero-Turdetana (Siglos VI-IV a. C.) (Huelva, 1994)*. Huelva Arqueológica. Huelva. XIV: p. 33-59.

ESTRELA, S. (1999): Monte Molião, Lagos: intervenção de emergencia (1998) e problemas da gestão do património em sítios arqueológicos clasificados. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2, n.º1: p. 199-234.

FABIÃO, C. (1999) – O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território português. Dissertação de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 3 volumes. Edição policopiada.

FABIÃO, C. (2003) – O Serro do Cavaco (Tavira). In *Tavira. Território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 77-81.

FARIA, A. M. (1997) - Moedas da época romana cunhadas no actual território algarvio. *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Ministério da Cultura, IPPAR, p. 361-371.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

FERNÁNDEZ, J. H.; GRANADOS, J. O. (1979) - Cerámicas de imitación aticas del Museo Arqueológico de Ibiza. *Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza*. Ibiza. 2.

FERNÁNDEZ JURADO, J. (1988-89) – Tartessos y Huelva. *Huelva Arqueológica*. Huelva, X-XI, 1.

FERNÁNDEZ JURADO, J.; RUFETE TOMICO, P.; GARCÍA SANZ, C. (eds.) (1997) - *La Andalucía Ibero-Turdetana (Siglos VI-IV a. C.)*(Huelva, 1994). Huelva Arqueológica. Huelva. XIV.

FERRER ALBELDA, E. (1996) – Los púnicos de Ibéria y la Historiografía Grecolatina. *SPAL Revista de Prehistoria y Arqueología*. Sevilla. 5: p. 115-131.

FREITAS, V.; OLIVEIRA, C. (no prelo) – A ocupação proto-histórica do Baixo Guadiana.

FRUTOS REYES, G.; CHIC, G.; BERRIATÚA, N. (1988) – Las ánforas de la factoría prerromana de salazones de “Las Redes” (Puerto de Santa María, Cadiz). In *Actas I Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Santiago de Compostela. Vol. I: p. 295-306.

FRUTOS REYES, G.; MUÑOZ VICENTE, A. (1994) - Hornos púnicos de Torre Alta (San Fernando, Cádiz). *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva, p. 393-414.

GAMITO, T. J. (1994a) – Polícia Judiciária. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 9: p. 115-117.

GAMITO, T. J. (1994b) – Ipses (Vila Velha, Alvor). In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 213-218.

GAMITO, T. J. (1997) - A cidade de *Ossonoba* e o seu território envolvente. *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Ministério da Cultura, IPPAR, p. 343-359.

GAMITO, T. J. (1997) – Ipses (Vila Velha de Alvor). *Noventa Séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Ministério da Cultura, IPPAR, p. 257-264.

GARCÍA Y BELLIDO, A. (1978): *La España del siglo primero de nuestra era (según P. Mela y C. Plinio)*. 3ª. Ed. Madrid, Espasa-Calpe.

GARCÍA Y BELLIDO, A. (1993): *España y los españoles hace dos mil años según la Geografía de Strábon*. 10º ed. Madrid: Espasa Calpe.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; BEIRÃO, C. M. (1986) – O Cerro da Rocha Branca (Silves) – resultados preliminares de três campanhas de escavações. In *Actas do 4º Congresso do Algarve*. Silves: Racal Clube. Vol I: p. 77-83.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

GOMES, M. V. (1993) - O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais – Os fenícios no território português*. Lisboa. IV: p. 73-107.

GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, R. (1985) – Excavaciones de urgencia en el Cerro Naranja (Jerez de la Frontera, Cádiz), 1985. *Anuario Arqueológico de Andalucía. Actividades de urgencia. Informes y memorias*. Sevilla. III: p. 90-96.

GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, R.; BARRIONUEVO CONTRERAS, F.; AGUILAR MOYA, L. (1997) – Notas sobre el mundo funerario en la Baja Andalucía durante el periodo turdetano. In FERNÁNDEZ JURADO, J.; RUFETE TOMICO, P.; GARCÍA SANZ, C. (eds.), *La Andalucía Ibero-Turdetana (Siglos VI-IV a. C.)*(Huelva, 1994). *Huelva Arqueológica*. Huelva. XIV: p. 33-59.

GONZÁLEZ TORAYA, B.; TORRES QUIRÓS, J.; LAGÓSTENA BARRIOS, L.; PRIETO REINA, O. (2000) – Los inicios de la producción anfórica en la Bahía gaditana en época republicana: La intervención de urgencia en Avda. Pery Junquera (San Fernando, Cádiz). In *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano (Sevilla – Écija, 1998)*. Écija. Vol I: p. 175-185.

GRAN-AYMERICH, J. M. J. (1991) – *Málaga phénicienne et punique. Recherches franco—espagnoles 1981-1988*. Paris: Éditions Recherche sur les civilisations.

GUERRA, A. (1995) - *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Edições Colibri.

GUERRA, A. (1998) – Nomes pré-romanos de povos e lugares do occidente peninsular. Dissertação de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.

GUERRERO AYUSO, V. (1980) – Las cerámicas pseudos-campanienses ebusitanas en Mallorca. *Archéologie en Languedoc*. Montpellier. 3: p. 169-194.

GUERRERO AYUSO, V. (1995) – La vajilla púnica de usos culinários. *Rivista di Studi Fenici*. Roma. XXIII, n.º 1: p. 61-99.

GUTIÉRREZ LÓPEZ, J. M. (1997) – La factoría de salazones púnico-gaditana “Puerto 19” de Pinar Hondo (El Puerto de Santa Maria, Cádiz). *Anuario Arqueológico de Andalucía. Actividades de urgencia. Informes y memorias*. Sevilla. III: p. 72-85.

KBIRI ALAOUI, M. (no prelo) – Apport de l’analyse physico-chimique à l’étude des céramiques.

LAMBOGLIA, N. (1952) - Per una classificazione preliminare della ceramica campana. In *Atti del I Congresso Internazionale di Studi Liguri (Bordighera, 1950)*. Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri, p. 139-206.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

LÓPEZ CASTRO, J. L. (1991) - Cartago y la Península Ibérica: ¿imperialismo o hegemonía?. *La caída de Tiro y el auge de Cartago. V Jornadas de Arqueología fenicio-púnica de Ibiza. Ibiza, 1990*. Ibiza: Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza. 25: p. 73-84.

LÓPEZ CASTRO, J. L. (1993) – La producción fenicia occidental de salazón de pescado. In *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga (Coimbra, 18 a 20 de Outubro de 1990)*. Coimbra, p. 353-362.

LÓPEZ CASTRO, J. L. (1994) – Hispania Poena. Los fenicios en la Hispania romana. Barcelona: Editorial Crítica.

LÓPEZ PARDO, F. (1990) – Sobre la expansión fenicio-púnica en Marruecos. Algunas precisiones a la documentación arqueológica. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. 63, n.º 161-162: p. 7-41.

LÓPEZ PARDO, F. (1993) – La colonización fenicio-púnica en el África noroccidental. *Hispania Antiqua*. Valladolid. 17: p. 435-449.

LÓPEZ PARDO, F.; SUÁREZ PADILLA, J. (2002) – Traslados de población entre el Norte de África y el sur de la Península Ibérica en los contextos coloniales fenicio y púnico. *Gerion*. Madrid. 20: p. 113-152.

LÚZON NOGUÉ, J. M. (1973) – Excavaciones en Itálica. Estratigrafía en el Pajar de Artillo (Campaña 1970). *Excavaciones Arqueológicas en España*. Madrid. 78.

MAIA, M. (2000) – Tavira fenícia. O território para ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a.C. In *Fenícios y Territorio. Actas del II Seminario Internacional sobre temas fenicios*. Alicante: Instituto Alicantino de Cultura “Juan Gil-Albert”, p. 121-150.

MAIA, M.; MAIA, M (2001) - *Carta Arqueológica da Freguesia do Cachopo*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.

MAIA, M. (2003a) – O Bronze Final Pré-Fenício no Concelho de Tavira. In *Tavira. Território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 39-47.

MAIA, M. (2003b) – Fenícios em Tavira. In *Tavira. Território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 57-72.

MAIA, M. (2004): <http://www.arqueotavira.com/Estudos/PescaTavira.pdf>

MANIATIS, Y.; JONES, R. E.; WHITBREAD, I. K.; KOSTIKAS, A.; SIMOPOULOS, A.; KARAKALOS, C.; WILLIAMS, C. K. (1984) – Punic amphoras found at Corinth, Greece: an investigation of their origin and technology. *Journal of Field Archaeology*. Boston. 11, n.º 2: p. 205-222.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

MANTAS, V. (1993) – A cidade luso-romana de Ossonoba. *Actas del I Colóquio de Historio Antigua de Andalucía (Córdoba, 1998)*. Córdoba, p. 515-537.

MANTAS, V. (1997) – As *civitates*: esboço da grafia política e económica do Algarve romano. *Noventa séculos entre a terra e o mar*. Lisboa: Ministério da Cultura, IPPAR, p. 361-371.

MARTÍN CAMINO, M.; ROLDÁN BERNAL, B. (2000) – Cerámica de cocina de importación en la Cartagena púnica: los morteros y grandes platos. Siglo III a.C. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos (Cádiz, 1995)*. Cádiz: Universidad. Vol. IV: p. 1615-1623.

MARTÍN RUIZ, J. A. (1995) - *Catálogo documental de los fenicios en Andalucía*. Sevilla: Consejería de Cultura, Junta de Andalucía.

MARTÍN RUIZ, J. A.; MARTÍN RUIZ, J. M.; GARCÍA CARRETERO, J. R. (1995): Las copas tipo Cástulo del Cerro del Castillo (Fuengirola, Málaga). Una aportación al estudio de su distribución en el área del Estrecho. In *Actas del II Congreso Internacional «El Estrecho de Gibraltar», Ceuta – Noviembre 1990. Arqueología Clásica e Historia Antigua*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a distancia. II: p. 273-286.

MEDINA, J. (dir.) (1993) – *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube.

MOREL, J.-P. (1969) - Études de la céramique campanienne, I: L'atelier des petites estampilles. *Mélanges de l'École Française de Rome*. Paris-Roma. 81: p. 59-117.

MOREL, J.-P. (1978) – A propos de céramiques campaniennes de France et d'Espagne. *Archéologie en Languedoc*. Montpellier. 1 : p. 149-168.

MOREL, J.-P. (1981) – *Céramique Campanienne: les formes*. Paris: Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et de Rome. 244.

MOREL, J.-P. (1982) – La céramique à vernis noir de Carthage-Byrsa: nouvelles données et éléments de comparaison. In *Actes du Colloque sur la céramique antique (Cartago, 1980)*. Carthage Dossiers. Tunis. 1: p. 43-76.

MOREL, J.-P. (1986) – La céramique à vernis noir de Carthage, sa diffusion, son influence. *Cahiers des Études Anciennes*. Québec. XVIII: p. 26-57.

MUÑOZ GAMBERO, J. M. (2001) – Cerro de la Tortuga, Málaga. El comercio en el templo ibero-púnico del Cerro de la Tortuga a través de la cerámica. WULFF ALONSO, F.; CRUZ ANDREOTTI, G; MARTÍNEZ MAZA, C. (eds), *Comercio y comerciantes en la Historia Antigua de Málaga (siglo VIII a.C. – año 711 d.C.)*. *Actas del II Congreso de Historia Antigua de Málaga*. Málaga: Servicio de Publicaciones, p. 327-348.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

MUÑOZ VICENTE, A. (1989) – Excavaciones arqueológicas de urgencia en la necrópolis de Cádiz: área de la Plaza de Asdrúbal. Sector H. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. III: p. 87-97.

MUÑOZ VICENTE, A.; FRUTOS REYES, G.; BERRIATÚA HERNÁNDEZ, N. (1988) – Contribución a los orígenes y difusión comercial de la industria pesquera y conservera gaditana a través de las recientes aportaciones de las factorías de salazones de la Bahía de Cádiz. *Actas del I Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar (Ceuta, 1987)*. Madrid. I: p. 487-508.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (1999) - La cerámica “tipo Kuass”. Avance a la sistematización del taller gaditano. *SPAL Revista de Prehistoria y Arqueología*. Sevilla. 8: p. 115-134.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2000a) - La cerámica roja gaditana de tradición griega (tipo Kuass). Estado de la cuestión. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Proto-História da Península Ibérica*. Porto: A.D.E.C.A.P. (Vila Real, 1999). Vol V: p. 373-388.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2000b) - La producción de cerámicas rojas de tradición griega en la zona de Cádiz. La cerámica de tipo ‘Kuass’: una nueva perspectiva. *Madridier Mitteilungen*. Heidelberg. 41: p. 178-196.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2001) – Pozos púnicos en la necrópolis de Cádiz: Evidencias de prácticas rituales funerarias. *Rivista di Studi Fenici*. Roma. XXIX, 1: p. 89-136.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2002/2003) – La cerámica gaditana «tipo Kuass»: *item* cronológico para los contextos tardopúnicos del sur peninsular. *Pyrenae*. Barcelona. 3: p. 175-209.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2003a) – *Las Cerámicas Gaditanas “Tipo Kuass”*. Bases para el análisis de la Bahía de Cádiz en época púnica. Cádiz: Universidad.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2003b) – El uso ritual de la vajilla cerámica en la necrópolis púnica de Cádiz. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 76: p. 3-30.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2004) – La producción de barniz púnico-gaditano en el s. II a.C. Nuevos datos aportados por el conjunto alfarero de Pery Junquera (San Fernando, Cádiz). In *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Vol. 2: p. 677-689.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M.; RUIZ MATA, D. (2000) – El poblado de Las Cumbres (Castillo de Doña Blanca): Urbanismo y materiales del s. III a.C. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos (Cádiz, 1995)*. Cádiz: Universidad. Vol. IV: p. 893-903.

PAULO, D. (1999/2000) – As sondagens arqueológicas realizadas na antiga Fábrica da Cerveja – Faro. *Anais do Município de Faro*. Faro. XXIX-XXX: p. 17-85.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

PAULO, D.; BEJA, N. (2002) – Relatório de Progresso/2001. Sondagens no Museu de Faro.

PAULO, D.; BEJA, N. (2003) – Relatório de Progresso/2002. Sondagens no Museu de Faro.

PELLICER CATALÁN, M. (1978) – Tipología y cronología de las ánforas preromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilla). *Habis*. Sevilla. 9: p. 365-400.

PELLICER CATALÁN, M.; ESCACENA CARRASCO, J. L.; BENDALA GALÁN, M. (1983) – El Cerro Macareno, *Excavaciones Arqueológicas en España*. Madrid. 124.

PEÑA, M. J. (1976-78) – La (supuesta) cláusula referente al Sudeste y al Levante peninsular en el tratado entre Roma y Cartago. *Ampurias (Actas del Simposi Internacional «Els orígens del món Ibéric») (Barcelona-Empúries, 1977)*. Barcelona: Diputació de Barcelona/Institut de Prehistòria i Arqueologia. 38-40: p. 511-530.

PERDIGONES MORENO, L. (1991) – La necrópolis fenicio-púnica de Cádiz (siglos VI a IV a.C.). In *Actas das I-IV Jornadas de Arqueologia fenicio-púnica (Ibiza, 1986-1989)*. Ibiza: Museo Arqueològic d'Eivissa/Direcció General de Cultura, p. 221-230.

PERDIGONES MORENO, L.; MUÑOZ VICENTE, A.; BLANCO JIMÉNEZ, F.; ALONSO DE LA SIERRA (1985) – Excavaciones de urgencia en el alcantarillado de extramuros de Cádiz en 1985). *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. III: p. 40-52.

PEREIRA, A. (2001/2002) – Terra sigillata do Largo da Sé – Faro. *Anais do Município de Faro*. Faro. XXXI-XXXII: p. 60-76.

PONSICH, M. (1968) – Alfarerías de época fenicia y púnico-mauritana en Kuass (Arcila, Marruecos). *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*. Valencia. 4: p. 3-25.

PONSICH, M. (1969) – Les ceramiques d'imitation: la campanienne de Kouass. Région d' Arcila-Maroc. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 42 : p. 56-80.

PONSICH, M. ; TARRADEL, M. (1965) – *Garum et industries antiquas de salaison dans la Méditerranée Occidentale*. Bibliothèque de l'École des Hautes Études Hispaniques. Paris. XXXVI.

RAMÓN TORRES, J. (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central e occidental*. Barcelona: Universitat.

REGO, M.; GUERRERO O.; GÓMEZ, F. (1996): Mértola: una ciudad *mediterránea* en el contexto de la Edad del Hierro del Bajo Guadiana. In *Actas de las I Jornadas Transfronterizas sobre la Contienda hispano-portuguesa*. Biblioteca de Estudios Arochenos. Aroche. 1: p. 119-132.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

RIBEIRO, O. (1986) – *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

RODRÍGUEZ FERRER, E. (1988) – El templo de Hércules-Melkart. Un modelo de explotación económica y prestigio político. In *Actas del I Congreso Peninsular de Historia Antigua (Santiago de Compostela, 1986)*. Santiago de Compostela, p. 101-110.

ROLDÁN GÓMEZ, L.; BENDALA GALÁN, M. (1996) – Carteia. Ciudad púnica y romana. *Revista de Arqueología*. 183: p. 16-25.

ROLDÁN GÓMEZ, L.; BENDALA GALÁN, M.; BLÁNQUEZ PÉREZ, J.; MARTÍNEZ LILLO, S. (1998) – *Carteia*. Madrid: Consejería de Cultura. Vol. I.

ROSA, J. A. P. (1984) – Estamos em Ossónoba? *Anais do Município de Faro*. Faro. XIV: p. 148-156.

ROUILLARD, P. (1992) – Le commerce grec du Ve et du IVe siècle av. J. C. dans les régions de Lixus et Gades. In *Lixus, Actes du Colloque (Larache, 1989)*. Collection de l'École Française de Rome. Paris-Roma. 166: p. 207-215.

RUIZ GIL, J. A. (1986) – Sondeos Arqueológicos de urgencia para la delimitación de las factorías de salazones púnico-gaditanas de El Puerto de Santa María, Cádiz. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. III: p. 101-105.

RUIZ GIL, J. A. (1991) – Cronología de las factorías de salazones púnicas de Cádiz. In *Atti del II Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici (Roma, 1987)*. Roma. III: p. 1211-1214.

RUIZ GIL, J. A.; LÓPEZ AMADOR, J. J. (2000) – Sobre el origen prehistórico de la industria pesquera gaditana. *Revista de Arqueología*. 232: p. 24-33.

RUIZ GIL, J. A.; RUIZ FERNÁNDEZ, J. A. (1987) – Excavaciones de urgencia en El Puerto de Santa Maria, Cádiz. *Revista de Arqueología*. 74: p. 5-12.

RUIZ MATA, D. (1986) – Informe sobre las excavaciones sistemáticas realizadas en el yacimiento del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz). *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. II: p. 360-365.

RUIZ MATA, D. (1987) – La formación de la cultura turdetana en la bahía de Cádiz a través del Castillo de Doña Blanca. In *Iberos. Actas de las I Jornadas sobre el Mundo Ibérico (Jaén, 1985)*. Jaén, p. 299-314.

RUIZ MATA, D. (1988) – El Castillo de Doña Blanca. Yacimiento clave de la protohistoria peninsular. *Revista de Arqueología*. Madrid. 85: p. 36-48.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

RUIZ MATA, D. (1990) – La colonización fenicia en la bahía de Cádiz a través del Castillo de Doña Blanca. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. II: p. 291-303.

RUIZ MATA, D. (1993) – Proyecto: La colonización fenicia en la bahía de Cádiz a través del Castillo de Doña Blanca. *Investigaciones arqueológica en Andalucía (1985-1992). Proyectos*. Huelva, p. 489-496.

RUIZ MATA, D. (1997) – Fenicios, Tartesios y Turdetanos. In FERNÁNDEZ JURADO, J.; RUFETE TOMICO, P.; GARCÍA SANZ, C. (eds.), *La Andalucía Ibero-Turdetana (Siglos VI-IV a. C.)*(Huelva, 1994). *Huelva Arqueologica*. Huelva. XIV: p. 33-59.

RUIZ MATA, D. (1998) – Turdetanos: origen, territorio y delimitación del tiempo histórico. *Revista de Estudios Ibéricos*. Madrid. 3: p. 153-221.

RUIZ MATA, D.; PÉREZ, C. (1995) – *El poblado fenicio del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz)*. Biblioteca de temas portuenses. Puerto de Santa María: Ayuntamiento. 5.

RUIZ MATA, D.; CÓRDOBA ALONSO, I. (1999) – Los hornos turdetanos del Cerro Macareno. Cortes H.I. y H.II. In *XXIV Congreso Nacional de Arqueología (Cartagena, 1997)*. Murcia. 3: p. 95-105.

RUIZ MATA, D.; CÓRDOBA ALONSO, I.; PÉREZ PÉREZ, C. J. (1998) – Vinos, aceites y salazones en la Turdetania. In *Actas del Congreso Internacional «Los Iberos: Príncipes de Occidente» (Barcelona, 1998)*. Barcelona, p. 387-397.

RUIZ MATA, D.; NIVEAU DE VILLEDAY Y MARIÑAS, A. M. (1999) – La zona industrial de Las Cumbres y la cerámica del s. III a.n.e. (Castillo de Doña Blanca – El Puerto de Santa María, Cádiz). In *XXIV Congreso Nacional de Arqueología. Impacto colonial y sureste ibérico (Cartagena, 1997)*. Murcia: Instituto de Patrimonio Histórico. Vol. III: p. 125-131.

SÁEZ ROMERO, A. M. (2004) – El alfar tardopúnico de Torre Alta. Resultados de las excavaciones de 2002-03. In *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Vol. 2: p. 699-711.

SÁNCHEZ FERNÁNDEZ, C. (2001) - Ceramics griegas en Andalucía (siglos V y IV a.C.). In LÓPEZ CASTRO, J. L. (ed.), *Colonos y comerciantes en el Occidente Mediterráneo*. Almería: Universidad de Almería, p. 131-148.

SANCIU, A. (1998) – Ceramica a vernice nera e imitazioni. *Rivista di Studi Fenici*. Roma. XXVI, 1: p. 57-79.

SANMARTÍ-GREGO, E. (1978) – L’atelier des patères à trois palmettes radiales et quelques productions connexes. *Journées d’études de Montpellier sur la céramique campanienne. Archéologie en Languedoc*. Montpellier. 1: p. 21-36.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

SCHULTEN, A. (1972 (1945)) – *Tartessos*. Madrid.

SOUSA, E. e SERRA, M. (no prelo) - Resultados das intervenções arqueológicas realizadas na zona de protecção do Monte Molião (Lagos).

SILGO GAUCHE, L. (1992) – Los límites étnicos de la Turdetania. In *Estudios de Arqueología Ibérica y Romana. Homenaje a Enrique Plá Ballester*. Valencia, p. 365-372

SIRET, L. (1906) – *Villaricos y Herrerías. Antigüedades púnicas, romanas, visigóticas y árabes*. Madrid.

SOARES, A. M.; ARAÚJO, M.; CABRAL, J. M. (1985) – O Castelo Velho de Safara: vestígios da prática da metalurgia. *Arqueologia*. Porto. 11: p. 87-94.

SOARES, A. M. (2001) – O Castelo Velho de Safara. Notícia preliminar. *Vispasca. Arqueología e História*. Aljustrel. 10: p. 57-64.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1979) – Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. V: p. 159-184.

SOLIER, Y. (1969) – Note sur les potiers pseudo-campaniens Nikias et Iôn. *Revue Archéologique de Narbonnaise*. Montpellier. 2: p. 29-48.

SOTO JIMÉNEZ Y ARANAZ, L. (1988) – La Salduba de la Bética (II). *Jabega*. Malaga. 59: p. 3-11.

SPARKES, B.A.; TALCOTT, L. (1970) - Black and plain pottery of the 6th, 5th and 4th centuries B.C. *The Athenian Agora*. Princeton, New Jersey: American School of Classical Studies at Athens. Vol. XII.

STEFANO, C. A. (2000) - Caramiche a v.n. dei centri punici della Sicília occidentale. In *Actas IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*. Cádiz: Universidad. Vol. III: p. 1297-1308.

STEINSTRA, P. (1986) - Systematic macroscopic description of the texture and composition of ancient pottery – some basic methods. *Newsletter*. Leiden. Vol. 4: p. 28-48.

TARRADEL, M. (1965) – Los fenicios en Occidente: Nuevas perspectivas. In *Harden, D., Los Fenicios*. Barcelona: Ediciones Aymá S.A.

TRONCHETTI, C. (1991) - La ceramica a vernice nera di Cagliari nel IV e III sec. A.C.: importazioni e produzioni locali. In *Atti del II Congresso Internazionale di Studi fenici e punici. Roma, 9-14 Novembre 1987*. Roma: Consiglio nazionale delle ricerche. Vol. III: p. 1271-1278.

A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro

VALLEJO SÁNCHEZ, J. I.; CÓRDOBA ALONSO, I.; NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (1999) – Factorías de salazones en la bahía gaditana: economía y organización espacial. In *XXIV Congreso Nacional de Arqueología. Impacto colonial y sureste ibérico (Cartagena, 1997)*. Murcia: Instituto de Patrimonio Histórico. Vol. III: p. 107-114.

VAZ PINTO, I. (2004) – Cerâmica comum de provável origem bética das *villae* romanas de São Cucufate. *Lusíada. Arqueologia, História de Arte e Património*. Lisboa. 2/4: p. 9-29.

VENTURA MARTÍNEZ, J. J. (2000) – La cerámica de barniz negro de los siglos II-I a.C. en Andalucía Occidental. In AQUILUÉ ABADÍAS, X., GARCÍA ROSELLÓ, J. e GUITART DURÁN, J. (coord.), *Actas de la Taula Rodona: La ceràmica de vernís negre dels segles II i I aC: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica (Empúries, 1998)*. Mataró, p. 31-58.

VIANA, A. (1949) – Restos de Ossónoba, no Largo da Sé, em Faro. *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes técnicos de Engenharia e Condutores*. N.º 39-46.

VIEGAS, C. (2003) – Les sigillées du sud de la Gaule à Castro Marim et Faro (Algarve – Portugal). In *Société Française pour l'étude de la ceramique antique en France. Actes du Congrès de Saint-Romain-en-Gal*. Saint-Romain-en-Gal, p. 641-646.

VIEGAS, C. (no prelo) – A cidade de Ossonoba – importações cerâmicas.

WAGNER, C. G. (1994) – El auge de Cartago (s. VI – IV) y su manifestación en la Península Ibérica. *Cartago, Gadir, Ebusus y la influencia púnica en los territorios hispanos. VIII Jornadas de Arqueología fenicio-púnica de Ibiza. Ibiza, 1993*. Ibiza: Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza. 33: p. 7-22.

WAGNER, C. G. (1984) – El comercio púnico en el Mediterráneo a la luz de una nueva interpretación de los tratados concluidos entre Cartago e Roma. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo. VI: p. 211-224.

WAGNER, C. G. (1999) – Los Bárquidas y la conquista de la Península Ibérica. *Gerion*. Madrid. 17: p. 263-294.

WHITTAKER, C. R. (1978) – Carthaginian Imperialism in the fifth and fourth centuries. In GARNSEY and WHITTAKER, *Imperialism in the Ancient World*. Cambridge. P. 59-91.